



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

NATHÁLYA OLIVEIRA ANANIAS

**ANDROCENTRISMO E ADULTOCENTRISMO NA APLICAÇÃO DA
LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL PELO TJ/SP**

MONOGRAFIA

Brasília – DF

2020

NATHÁLYA OLIVEIRA ANANIAS

**ANDROCENTRISMO E ADULTOCENTRISMO NA APLICAÇÃO DA
LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL PELO TJ/SP**

Monografia apresentada como requisito parcial para a
obtenção de título de Bacharel em Direito pela
Universidade de Brasília – UnB.

Orientadora: Prof. Dra. Ela Viecko de Castilho Wolkmer

Brasília-DF

2020

NATHÁLYA OLIVEIRA ANANIAS

**ANDROCENTRISMO E ADULTOCENTRISMO NA APLICAÇÃO DA
LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL PELO TJ/SP**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em
Direito pela Universidade de Brasília – UnB.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Doutora Ela Wiecko Volkmer de Castilho (Orientadora)
Universidade de Brasília

Mestra Miquelly Barbosa da Silva (Avaliadora)
Universidade de Brasília

Mestre André Luiz Pereira de Oliveira (Avaliador)
Organização das Nações Unidas

Prof. Doutora Cynthia Rejanne Correa Araujo Ciarallo (Avaliadora)
Universidade Paulista

Mestra Nayara Teixeira Magalhães (Suplente)

Brasília-DF
14 de dezembro de 2020

Dedico esta monografia à Mary de Fátima Oliveira Ananias (*in memorian*), por ser a última etapa necessária à conclusão de um sonho compartilhado por nós duas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Mary (*in memorian*), minha mãe. Estar formando na UnB é a concretização de um sonho que não foi sonhado só. Sei que ela estaria extremamente feliz com esse momento e, por isso, dedico esse trabalho a ela. Também, agradeço por ter, sempre, acreditado em mim e por ter feito eu acreditar em mim mesma. Ela é minha referência de amor, empatia, esperança e resistência.

Agradeço ao Humberto, meu pai. Sem seu trabalho e seu suor eu jamais estaria aqui hoje, concluindo essa etapa para a formatura. Agradeço por ter apoiado minha mudança para Brasília e por seguir me apoiando nos meus sonhos.

Agradeço à Maryana, minha irmã, por sempre ter dito o que precisava ser dito, por me apoiar em cada uma das minhas invenções e por ser minha parceira de vida.

Agradeço ao Gabriel, meu irmão, por me permitir ser quem eu sou e por acreditar em mim.

Agradeço à Mariana, minha avó, e à Maria Cristina, minha madrinha, por serem amor e segurança.

Agradeço à Bergman, minha tia, e ao Carlos, meu tio, por terem possibilitado minha vinda para Brasília e por terem me acolhido em sua casa.

Agradeço à Juliana, minha amiga, pelas longas conversas, desabafos e apoio. Sua amizade é essencial na minha vida.

Agradeço pela oportunidade de ter composto tantos espaços na UnB que me transformaram pessoalmente. Sem eles eu provavelmente continuaria naturalizando diversas violências diárias. Portanto, agradeço à Caliandra e a cada pessoa que formou a gestão. Também, agradeço ao Programa de Educação Tutorial (PET) do Direito, por ter me aproximado de discussões teóricas sobre o que eu acreditava. Agradeço também a cada pessoa da ocupação da reitoria em 2016. Vocês me possibilitaram acreditar em um amanhã diferente.

Também agradeço a cada pessoa do verescoito: Agenor, Fernanda, Matheus, Lucas, Gabriel, Marcelo, Camila, Pedro. Vocês transformaram minhas madrugadas de sexta e foram essenciais para minha permanência nesse curso.

Agradeço a cada pessoa que tive a oportunidade de conviver na Casa do Estudante, em especial a Amanda, o Cassiano, a Júlia e a Maryana, minha irmã, moradoras do 212 B. Viver no mesmo espaço que vocês foi engrandecedor. Também, agradeço ao Movimento de Casas de Estudantes que tem uma atuação importante na defesa de uma educação pública de qualidade que possibilite a permanência de todos.

Agradeço por ter conhecido, na UnB, mulheres incríveis, de quem pretendo ser amiga pelos próximos anos de vida. Agradeço à Daniela pelo amor e acolhimento. Agradeço à Ana Paula, por me ajudar a enxergar minhas autosabotagens e por continuar acreditando em mim quando eu mesma não acreditava. Agradeço à Carolina pelas leituras atenciosas desta monografia e por ser referência. Agradeço à Ingrid pelo carinho e pelo companheirismo em luta.

Agradeço à professora e orientadora Ela por ter me possibilitado trabalhar com esse tema, por ter me permitido escrever essa monografia no meu tempo e pela orientação. Agradeço também à professora Livia Gimenes por me trazer tranquilidade quando eu estava me sentindo desesperada e aflita para dar continuidade à escrita.

Agradeço à Clara Arantes por ter compartilhado comigo parte da história do coletivo “Mães na Luta”.

Agradeço à Aurení, minha sogra, por ter sido a melhor orientadora pedagógica que eu poderia ter. Sem ela, eu provavelmente não teria terminado essa monografia agora. Agradeço também, ao Israel, meu sogro, à Isabela, minha cunhada e ao Vitor, meu concunhado. Seu apoio foi essencial nessa “reta final”.

Por fim, agradeço à Gabriela e ao Chico. À Gabriela por ter me mostrado que é possível construir um relacionamento onde nossa individualidade também esteja presente. E ao Chico, por ser meu “porto seguro” e por me incentivar a sonhar novamente.

RESUMO

Objetiva-se, no presente trabalho, identificar se o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é androcêntrico e adultocêntrico ao aplicar a Lei 12.318/2010, a Lei de Alienação Parental. Para isso, através de revisão bibliográfica, busca-se complexificar o olhar sobre o conceito de Síndrome de Alienação Parental e sobre os impactos da aplicação da Lei no Brasil, apontando especialmente para críticas relacionadas a gênero e idade. Apresenta-se também, ações de resistência à Lei no Brasil com destaque para a atuação do coletivo “Mães na Luta” e das ações institucionais que visam sua revogação. Em seguida, faz-se uma contextualização histórica e social das relações de poder na modernidade/colonialidade e no patriarcado moderno relacionados ao direito e apresenta-se os conceitos de androcentrismo e adultocentrismo com base em revisão bibliográfica de teorias decoloniais, despatriarcalizadoras e de um feminismo jurídico latinoamericano. Por fim, faz-se a análise das sentenças judiciais proferidas pelo Tribunal no ano de 2019 no âmbito de ações declaratórias de alienação parental, buscando visualizar como as juízas e os juízes enxergaram as pessoas envolvidas no processo e as relações de poder que estabeleceram a partir disso.

Palavras-chave: Lei de Alienação Parental; Síndrome de Alienação Parental; Androcentrismo; Adultocentrismo.

ABSTRACT

The objective of this study is to identify whether the Court of Justice of the State of São Paulo is androcentric and adultcentric when applying Law 12.318/2010, the Parental Alienation Law. For this, through a literature review, we seek to complexify the view on the concept of Parental Alienation Syndrome and on the impacts of law enforcement in Brazil, pointing especially to criticisms related to gender and age. It also presents actions of resistance to the Law in Brazil, with emphasis on the performance of the collective "Mothers in the Fight" and the institutional actions aimed at its repeal. Then, a historical and social contextualization of power relations in modernity/coloniality and modern patriarchy related to law is made, and the concepts of androcentrism and adultcentrism are presented based on a bibliographic review of decolonial, depatriarchalizing theories and latin American legal feminism. Finally, we analyze the court rulings handed down by the Court in 2019, in the context of declaratory actions of parental alienation, seeking to visualize how the judges saw the people involved in the process and the power relations they established from that.

Keywords: Parental Alienation Law; Parental Alienation Syndrome; Androcentrism; Adultcentrism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	COMPLEXIFICANDO A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL.....	13
2.1	APROXIMAÇÕES ENTRE A LEI 12.318/2010 E A SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL.....	14
2.1.1	Os conceitos de Alienação Parental e Síndrome de Alienação Parental.....	16
2.1.2	Aproximações com a lei brasileira.....	18
2.2	PERSPECTIVAS DE GÊNERO E IDADE.....	21
2.2.1	Reflexões críticas sobre a teoria de Gardner.....	22
2.2.2	Reflexões críticas sobre a aplicação da lei no Brasil.....	24
2.3	RESISTÊNCIAS À LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL.....	28
2.3.1	Coletivo “Mães na Luta”.....	29
2.3.2	Ações institucionais de revogação da Lei 12.318/2010.....	31
3	BREVES REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E IDADE NO DIREITO A PARTIR DO GIRO DECOLONIAL E DE UM FEMINISMO JURÍDICO LATINOAMERICANO.....	35
3.1	COLONIALIDADE DO PODER, COLONIALIDADE DO GÊNERO E DIREITO.....	35
3.1.1	Colonialidade do poder.....	36
3.1.2	Colonialidade do gênero.....	39
3.1.3	Direito e colonialidade.....	41
3.2	PATRIARCADO MODERNO, FAMÍLIA E DIREITO.....	43
3.2.1	Patriarcado moderno.....	43
3.2.2	Direito d(e) família.....	46
3.2.3	Violências de gênero e idade.....	49
3.2.3.1	Androcentrismo.....	50
3.2.3.2	Adultocentrismo.....	52
3.3	POR UM FEMINISMO JURÍDICO POPULAR DECOLONIAL E DESPATRIARCALIZADOR.....	53
4	ANDROCENTRISMO E ADULTOCENTRISMO NO TJ/SP.....	56
4.1	METODOLOGIA.....	57
4.2	A VISÃO DAS JUÍZAS E DOS JUÍZES SOBRE AS PESSOAS DA SENTENÇA.....	57
4.2.1	Sentença um.....	57
4.2.1.1	Mãe.....	58
4.2.1.2	Pai.....	61
4.2.1.3	Filhos.....	63
4.2.2	Sentença dois.....	64
4.2.2.1	Mãe.....	64
4.2.2.2	Avó paterna.....	66
4.2.2.3	Pai.....	66
4.2.2.4	Filho.....	68
4.2.3	Sentença três.....	70
4.2.3.1	Mãe.....	70
4.2.3.2	Pai.....	71
4.2.3.3	Filha e filho.....	73
4.2.4	Sentença quatro.....	74
4.2.4.1	Mãe.....	74
4.2.4.2	Avó Paterna.....	75
4.2.4.3	Filha.....	77

4.2.5 Sentença cinco.....	78
4.2.5.1 Mãe.....	78
4.2.5.2 Pai.....	79
4.2.5.3 Filha.....	80
4.2.6 Sentença seis.....	81
4.2.6.1 Pai.....	81
4.2.6.2 Mãe.....	82
4.2.6.3 Filho.....	83
4.2.7 Sentença sete.....	83
4.2.7.1 Pai.....	83
4.2.7.2 Mãe.....	84
4.2.7.3 Filho.....	85
4. 3 ANDROCENTRISMO E ADULTOCENTRISMO PELO TJ/SP.....	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

A Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010 introduziu a definição legal de alienação parental no ordenamento jurídico brasileiro¹ e exemplificou algumas condutas consideradas como alienação. Desde que implementada, ela vem sofrendo diversas críticas, especialmente sobre a teoria que a fundamenta e sobre os impactos que sua aplicação no Brasil tem causado na vida de mulheres, crianças e adolescentes.

O projeto de lei que a originou, o PL nº 4.053/2008, foi construído com base no conceito de Síndrome de Alienação Parental (SAP), do médico estadunidense Richard Gardner. Teorias críticas à Lei no Brasil apontam que além da ausência de comprovação científica da SAP, a aplicação da lei coloca em risco mulheres, crianças e adolescentes devido, principalmente, à inversão do processo e a culpabilização da genitora em casos de denúncia de violência doméstica e de abuso sexual contra as crianças e adolescentes.

Dessa forma, construí uma análise da lei e da sua aplicação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP) que permitisse identificar as relações de poder sobre gênero e idade mantidas pelas juízas e juizes na decisão. Assim, perguntei: O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é androcêntrico e adultocêntrico ao aplicar a Lei de Alienação Parental? Optei por analisar as decisões do TJ/SP porque é um dos tribunais brasileiros que mais contém decisões sobre o tema. Além disso, a pesquisa é uma contribuição à pesquisa mais ampla do grupo “Direito, gênero e famílias” que objetiva analisar a aplicação da Lei em todos os tribunais brasileiros.

Argumento que, nas sentenças analisadas, identifiquei a existência de androcentrismo e adultocentrismo na aplicação da Lei 12.318/2010 pelo TJ/SP, porque legitimou todas as sentenças, inclusive as que mantiveram relações de poder sobre gênero e idade. Em uma das sentenças o juiz aplicou os estereótipos da LAP, os associou a cada pessoa do processo e construiu a mãe como manipuladora e “ex-esposa vingativa”, além de tê-la reprovado pessoalmente. Também, em outras sentenças o juiz e as juízas reforçaram o poder dos pais e da mãe sobre as/os filhas/os. Em algumas das sentenças analisadas elas/es mantiveram relações de dominação que se aproximaram da família patriarcal e que se mostraram como um novo instrumento de manutenção do patriarcado moderno.

1 De acordo com o *caput* do artigo 2º da Lei 12.318/2010: “Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.” (BRASIL, 2010).

Para isso, complexifiquei o olhar sobre a Lei de Alienação Parental a partir de revisão bibliográfica. Também por revisão bibliográfica, complexifiquei o olhar sobre o direito sob uma perspectiva decolonial e antipatriarcal, alinhada a um feminismo jurídico latinoamericano. Por fim, construí uma metodologia de análise das sentenças que me permitiu identificar como as juízes e os juízes enxergaram as pessoas envolvidas no processo e como dialogaram com suas demandas e interesses para, então, verificar as relações de poder que mantiveram nas sentenças e sua proximidade com os conceitos de androcentrismo e adultocentrismo.

No primeiro capítulo apresentei os conceitos de Alienação Parental e de Síndrome de Alienação Parental e analisei sua proximidade com a Lei 12.318/2010. Em seguida, apresentei reflexões críticas feministas sobre a SAP e sobre a lei brasileira. Por fim, trouxe os movimentos de resistência à LAP, através da atuação do coletivo “Mães na Luta” e de ações institucionais contrários à Lei, com destaque para o PLS 498/2018, proposto pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus Tratos, o PL 6.371/2019, proposto pela deputada Iracema Portella e a Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada pela Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero.

No segundo capítulo apresentei os conceitos de modernidade/colonialidade, colonialidade do poder e colonialidade do gênero e sua relação com o direito. Depois, apresentei o conceito de patriarcado moderno, sua relação com a família e com o direito sob uma perspectiva jurídico feminista latinoamericana. Apresentei as violências de gênero e idade e os conceitos androcentrismo e adultocentrismo e, ao final, propus alternativas à produção de conhecimento eurocêntrica, patriarcal, androcêntrica e adultocêntrica, com foco no direito.

No terceiro capítulo analisei as sentenças proferidas pelo TJ/SP em 2019 no âmbito de ações declaratórias de alienação parental. Primeiro, identifiquei como as juízas e os juízes enxergaram cada pessoa envolvida em cada sentença analisada e como dialogaram com suas demandas na fundamentação da decisão. Em seguida, verifiquei quais as relações de poder sobre gênero e idade mantidas pelas/os juízas/es e as relacionei aos conceitos estudados.

2 COMPLEXIFICANDO A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL

A Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010 dispõe sobre a alienação parental e se originou do Projeto de Lei nº 4.053/2008 de autoria do deputado Regis de Oliveira, do PSC/SP. O projeto foi avaliado na Câmara pela Comissão de Seguridade Social e Família, onde o Deputado Pastor Pedro Ribeiro, do PMDB-CE apresentou emenda. O relator do projeto na comissão, Acélio Casagrande, votou pela aprovação do projeto com acolhimento da emenda. Em seguida, o substitutivo do projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde a relatora, deputada Maria do Rosário, entendeu pela sua aprovação, com supressão de parte do artigo 8º e exclusão do artigo 9º². A alteração proposta foi acatada e o projeto foi transformado em lei ordinária após sanção do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2008).

O deputado Regis de Oliveira, na justificação do projeto, afirmou que a alienação surge na família após o divórcio ou a separação, momento em que um dos genitores, movido por raiva devido ao término da relação, manipula a criança para sentir ódio do outro genitor. Aponta que a manipulação é um abuso emocional e pode causar diversos distúrbios psicológicos na criança. Defende também que a família é mais do que produção e procriação, devendo ser um local de amor, respeito e realizações. A partir disso, sustenta que o Estado deve intervir nas relações a fim de assegurar o desenvolvimento das crianças e adolescentes, conforme estabelece a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2008).

Por isso, o referido projeto de lei tinha o objetivo de: i) definir de alienação parental; ii) fixar os parâmetros para sua caracterização e; iii) estabelecer medidas para reduzir ou impedir a alienação. A justificação foi elaborada a partir dos artigos “Soluções Judiciais Concretas Contra a Perniciosa Prática da Alienação Parental” de Rosana Barbosa Ciprião Simão e “Síndrome de Alienação Parental” de François Podevyn. O deputado Regis de Oliveira contou ainda com a

2 Os artigos 8º e 9º do substitutivo estabeleciam:

“Art. 8º A Seção II do Capítulo I do Título VII do Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

Art.236.....

Parágrafo único. Incorre na mesma pena, se o fato não constitui crime mais grave, quem apresenta relato falso a agente indicado no caput ou a autoridade policial cujo teor possa ensejar restrição à convivência de criança ou adolescente com genitor.

Art. 9º A Seção II do Capítulo I do Título VII do Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

Art. 236-A. Impedir ou obstruir ilegalmente contato ou convivência de criança ou adolescente com genitor.

Pena – detenção de seis meses a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.” (BRASIL, 2008).

colaboração individual de membros das associações “Pais para sempre”, “Pai legal” e “Pais por justiça” e membros da sociedade civil (BRASIL, 2008).

O projeto sofreu alterações em sua redação ao longo de sua tramitação no legislativo, destacando-se duas. A primeira, criada a partir da emenda do deputado pastor Pedro Ribeiro, foi a ampliação do polo ativo e passivo da lei. Assim, o pastor defendeu que a alienação também pode ser praticada contra o adolescente e não apenas contra a criança, como constava na redação original. Além disso, equiparou as/os avós/avôs e as/os detentoras/es de guarda às/aos genitoras/es, passando a configurar como possíveis causadoras/es ou vítimas da alienação parental. A segunda foi o veto ao artigo 9º do substitutivo apresentado pelo relator deputado Acélio Casagrande que buscava criminalizar a prática de alienação. De acordo com a relatora deputada Maria do Rosário a criminalização seria um exagero e tornaria a situação ainda pior para a criança ou o adolescente (BRASIL, 2008).

O Projeto foi aprovado com as alterações, foi sancionado pelo então presidente, Lula, e foi convertido em lei ordinária. Desde então, muitas mães, profissionais do direito, da psicologia e da assistência social que acompanham a aplicação da lei nos tribunais, têm levantado críticas a seu repeito. Elas e eles afirmam que a lei coloca crianças, adolescentes e mulheres em risco, indo contra seu objetivo inicial. Por isso, lutam por sua revogação.

Neste capítulo contextualizo o termo “alienação parental” nos moldes da lei brasileira e apresento as principais críticas levantadas dentro e fora da academia quanto a aplicação da lei. Apresento também mobilizações não institucionais e institucionais como o Projeto de Lei do Senado nº 498/2018 e o Projeto de Lei 6.371/2019, que propõem a revogação da lei, assim como da ADI nº 6.273, ajuizada pela Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero. Por fim, apresento um dos movimentos de mulheres mães que pedem pela revogação da Lei de Alienação Parental, o “Mães na Luta”. Esse e outros coletivos, como o “Voz materna” têm denunciado as violações de direitos decorrentes da aplicação da Lei de Alienação no Brasil.

A seguir, trago algumas reflexões sobre o conceito de alienação parental no Brasil e as suas bases teóricas.

2.1 APROXIMAÇÕES ENTRE A LEI 12.318/2010 E A SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL

No início dos anos 2000, surgiram no país organizações de pais separados. Essas organizações foram criadas com o objetivo, segundo elas mesmas, de defender os direitos dos

genitores não-guardiões e para isso buscaram - e buscam - atrair os olhares da população e do judiciário para suas demandas. Assim, criaram sites, cartilhas e passaram a dar entrevistas em jornais (MENDES, 2013). Inicialmente, conforme apontam Analícia Martins de Sousa e Leila Maria Torraca de Brito (2006), essas organizações tinham como central a defesa da guarda compartilhada. Entretanto, durante a tramitação do projeto que deu origem à Lei nº 11.698/2008 - instituiu e disciplinou a lei de guarda compartilhada - a Síndrome de Alienação Parental assumiu o centro dos debates.

Sousa e Brito afirmam que a mudança da centralidade do debate das organizações ocorreu no início de 2006 devido, segundo a uma associação de pais separados, à velocidade de tramitação do projeto de lei da guarda compartilhada e ao artifício usado pelas/os guardiãs/os para afastar o genitor não guardião dos filhos. Desde então passaram a defender a necessidade de se discutir a Síndrome de Alienação Parental, um transtorno psíquico causado às filhas e/ou filhos devido às atitudes das/os guardiãs/aos. Com a aprovação da lei de guarda compartilhada, as organizações aumentaram a quantidade de debates e de eventos sobre a SAP. Todas essas ações aliadas ao argumento de sofrimento psíquico da criança, geraram uma comoção na sociedade e levaram à elaboração do PL 4.053/2008 que tinha como objetivo punir as alienadoras (MENDES, 2013; SOUSA; BRITO, 2011).

Antes mesmo da propositura do projeto, o conceito de SAP já era aplicado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS), o primeiro a utilizar o conceito em suas decisões (SOUSA; BRITO, 2011). Em pesquisa à jurisprudência identifiquei acórdão publicado em 14 de junho de 2006 onde a desembargadora Maria Berenice Dias concede a guarda da criança à avó paterna devido ao comportamento materno que indica, segundo ela, a presença da síndrome de alienação parental. Em seu voto, a relatora afirma que as atitudes da mãe podem comprometer a integridade psicológica da criança (RIO GRANDE DO SUL, 2006). O reconhecimento prévio do tema pelo TJ/RS e a visibilidade alcançada pelas divulgações das associações, levaram à legitimação do projeto antes mesmo da sua aprovação. Assim, em dois anos o projeto foi aprovado na Câmara e no Senado e foi sancionado pelo então presidente, Lula (BRASIL, 2008; SOUSA; BRITO, 2011).

Nesta monografia apresento algumas das principais críticas direcionadas à síndrome de alienação parental e à lei brasileira. Entretanto, entendo necessário compreender antes o conceito de SAP e a sua relação com os dispositivos da Lei 12.318/2010. Por isso, nos subtópicos seguintes apresento os conceitos de Alienação Parental e Síndrome de Alienação Parental para Gardner e relaciono-os a argumentos do PL 4.053/2008 e a dispositivos da Lei nº 12.318/2008.

2.1.1 OS CONCEITOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Alienação parental (AP) e Síndrome de Alienação Parental estão diretamente relacionados, mas não possuem o mesmo conceito. Mário Henrique Castanho Prado de Oliveira afirma que a alienação parental refere-se à conduta da genitora ou genitor alienadora/o em relação à criança, enquanto a síndrome de alienação trata das consequências dessa interferência para a criança. A SAP tem origem nas práticas alienadoras reiteradas ao longo da formação da criança, entretanto é mais complexa que a AP, porque a criança absorve o que é dito pela genitora ou genitor e passa a contribuir para a difamação do genitor alienado. Dessa forma, a SAP se origina da AP, mas a AP não origina, necessariamente, a SAP. Ainda assim, muitas vezes os conceitos são analisados e trabalhados como se fossem o mesmo (OLIVEIRA, 2012).

O conceito de AP foi formulado inicialmente por Douglas Darnall e foi posteriormente trabalhado pelo médico estadunidense Richard Alan Gardner, responsável pela teoria da SAP, conceito trazido para o Brasil pela Associação de Pais Separados (APASE) (DIVERSIDADE!, 2020). Gardner defende que o termo Alienação Parental é insuficiente para nomear o fenômeno que conceitua, uma vez que as crianças podem ser alienadas dos pais por diferentes motivos. Assim, defende o uso do termo Síndrome de Alienação Parental, porque, segundo ele, possibilita enxergar o real motivo por trás das ações de quem aliena, a programação da criança (GARDNER, 2002).

Gardner define a SAP como um distúrbio na infância que se manifesta especialmente em contextos de disputa de guarda. Afirma que uma das primeiras manifestações é o afastamento ou recusa à convivência com o genitor não guardião. Isso ocorre devido a um esforço reiterado, especialmente da mãe, em difamar o pai para os/as filhos/as fazendo uma “lavagem cerebral” na criança que, ao longo do tempo, passa a contribuir com a mãe. O autor defende ainda que esse comportamento é uma doutrinação que, por sua vez, é um tipo de abuso emocional que chega a ser pior do que outros abusos – físico, sexual e negligência - , porque pode afastar a criança, por toda a vida, de um genitor amoroso (GARDNER, 2002).

O médico caracteriza a síndrome por oito sintomas que podem aparecer juntos na criança, especialmente nos tipos moderado e severo. São eles:

1. Uma campanha denegritória contra o genitor alienado.
2. Racionalizações fracas, absurdas ou frívolas para a depreciação.
3. Falta de ambivalência.
4. O fenômeno do “pensador independente”.

5. Apoio automático ao genitor alienador no conflito parental.
 6. Ausência de culpa sobre a crueldade a e/ou a exploração contra o genitor alienado.
 7. A presença de encenações ‘encomendadas’.
 8. Propagação da animosidade aos amigos e/ou à família extensa do genitor alienado.
- (GARDNER, 2002).

No tipo leve nem todos os sintomas aparecem, mas a medida que há uma progressão da alienação para os tipos moderado e severo, a maior parte ou todos eles passam a se manifestar.

Em relação a quem aliena, Gardner (1991, apud SOUSA; BRITO, 2011, p. 274) afirmou que em mais de 80% dos casos analisados por ele, a mãe era a responsável pela SAP. Por isso, assegurou que a síndrome ocorre, principalmente pelo comportamento materno. Após criticado por movimentos feministas nos Estados Unidos, o médico passou a declarar que a quantidade de mães e pais que alienam é de 50%. Segundo Sousa e Brito (2011) o autor, assim como fez em outras situações, modificou sua proposição diante de críticas para abafá-las e para facilitar a inclusão da SAP no V Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5). Ainda sobre as alienadoras, Gardner afirmou que em alguns casos a alienação está diretamente relacionada à estrutura psíquica das mães que possuem um transtorno de personalidade que pode resultar em transtornos psíquicos após a separação ou o divórcio, no decorrer das disputas judiciais. (SOUSA; BRITO, 2011).

Ao longo de sua produção, Gardner aponta alguns ‘tratamentos’ que devem ser feitos diante de casos de SAP. Esses ‘tratamentos’ consistem em medidas judiciais direcionadas à alienadora. Dentre eles destacam-se a aplicação de multa à alienadora, redução do valor da pensão alimentícia das crianças e adolescentes, uso de tornozeleira pela alienadora, prisão da alienadora, transferência imediata da criança para a casa do genitor alienado e a interrupção do contato com a alienadora, podendo ser feito apenas sob supervisão do genitor alienado. Além disso, indica um tratamento psicoterápico para a criança vinculado ao judiciário, o qual chamou de “terapia de ameaça”. Nos casos em que a/o adolescente se nega a conviver com o pai alienado, deverá passar por tratamentos em hospitais psiquiátricos. Por fim, indica que nos casos de denúncia sexual a criança deve ser colocada frente ao acusado em audiência para averiguação da veracidade dos fatos (MONTEZUMA; PEREIRA; MELO, 2017; SOUSA; BOLOGNINI, 2017)

Segundo Gardner (2002) existem alguns tribunais que não reconhecem sua teoria, entretanto, é cada vez maior a quantidade de tribunais que a utiliza, tendo registrado 66 casos nos Estados Unidos até a data da escrita do artigo. O autor afirma também que muitos profissionais do direito preferem utilizar o termo AP por medo de sofrer retaliações ou de não terem seus argumentos considerados por usarem SAP. Porém, defende que o correto é o uso do termo SAP

devido a sua relação direta com a intensidade do litígio parental e devido ao poder que a corte tem de romper e curar o transtorno, que segundo o autor, é maior que de um terapeuta. Argumenta que a negação da SAP é a defesa principal da alienadora e, por isso, os profissionais precisam estar preparados para enfrentá-la. Ainda assim, não devem abrir mão do uso do termo SAP, pois apenas ele dá conta do prejuízo terrível que isso representa às famílias.

No Brasil, embora existam pessoas críticas à SAP, a maior parte das pessoas que escreve sobre a AP e a SAP endossam as concepções e os pressupostos de Gardner sem tecer reflexões críticas. Essa incorporação acrítica da teoria do psiquiatra foi fundamental na elaboração do projeto que originou a Lei 12.318/2010 e é fundamental até hoje, dez anos após sua vigência (MENDES, 2013).

2.1.2 APROXIMAÇÕES COM A LEI BRASILEIRA

O PL nº 4.053/2008 foi construído em conjunto com a APASE que foi responsável por importar o conceito de síndrome de alienação parental. Sousa (2020) aponta que houve uma assimilação do conceito de SAP e de AP como se fossem o mesmo. Segundo a autora, essa assimilação faz parte de uma estratégia discursiva, uma vez que a alienação como síndrome nunca foi reconhecida pelos manuais classificatórios de psiquiatria. Dessa forma, a lei brasileira, embora se refira à alienação parental, tem como fundamento o conceito de síndrome de alienação parental de Richard Gardner.

A Lei nº 12.318/2010 define a AP e elenca algumas condutas que se enquadram na sua tipificação. Conforme redação:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

- I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
- II - dificultar o exercício da autoridade parental;
- III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
- IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
- VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, a lei brasileira estabelece como alienação parental uma conduta ou um conjunto de condutas praticado por um dos genitores, avós ou detentores da guarda que causa prejuízos psicológicos às crianças e adolescentes ao induzi-las ao ódio contra o genitor que não detém a guarda. Na justificação do projeto, escrita pelo deputado Regis de Oliveira, consta que a alienação parental surge após o divórcio ou a separação e consiste em um abuso emocional, porque atenta contra a perfeita formação psicológica da criança, causando transtornos que podem durar a vida toda. Argumenta também que é um abuso do exercício do poder familiar e um desrespeito aos exercícios do direito de personalidade da criança³. Diante destes argumentos, alega que o Estado tem o dever de interferir nessas relações para a proteção da criança e para exigir o exercício da maternidade e da paternidade responsáveis (BRASIL, 2008).

Quanto a quem aliena, o deputado Regis de Oliveira afirma que tanto o pai quanto a mãe podem praticar a AP, por isso adota o termo “genitor” que posteriormente foi ampliado para abarcar todas/os aquelas/es que detém a guarda. O deputado justifica essa afirmação dizendo que o número de pais e mães que alienam tende ao equilíbrio. Entretanto, como apontam Sousa e Brito (2011), não é possível identificar dados e pesquisas que comprovem tal declaração. Por isso, questionam se o seu objetivo não seria similar aos de Gardner, ou seja, evitar polêmicas sobre o assunto.

Regis de Oliveira parece retirar as atenções de algo que poderia ser um problema e o levaria a encontrar reações bem informadas da crítica feminista: a diferenciação de gênero. Ainda assim, em leitura mais detalhada da justificação do projeto, identifiquei trechos em que o deputado parece reforçar a ideia de que a mãe é a alienadora. Dentre eles, o mais evidente é um trecho de um artigo escrito pela ex-desembargadora Maria Berenice Dias (2006, apud BRASIL, 2008, p. 6) do TJ/RS onde afirma que:

No entanto, muitas vezes a ruptura da vida conjugal gera na mãe sentimento de abandono, de rejeição, de traição, surgindo uma tendência vingativa muito grande. Quando não consegue elaborar adequadamente o luto da separação, desencadeia um processo de destruição, de desmoralização, de descrédito do ex-cônjuge. Ao ver o interesse do pai em preservar a convivência com o filho, quer vingar-se, afastando este do genitor.

3 Esse entendimento está presente no texto da Lei nº 12.318/2010 que dispõe: “Art. 3º-A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.”(BRASIL, 2010)

Para isso cria uma série de situações visando a dificultar ao máximo ou a impedir a visitação. Leva o filho a rejeitar o pai, a odiá-lo. A este processo o psiquiatra americano Richard Gardner nominou de "síndrome de alienação parental": programar uma criança para que odeie o genitor sem qualquer justificativa. Trata-se de verdadeira campanha para desmoralizar o genitor. O filho é utilizado como instrumento da agressividade direcionada ao parceiro. A mãe monitora o tempo do filho com o outro genitor e também os seus sentimentos para com ele (DIAS, 2006 apud BRASIL, 2008, p. 6-7).

Nesse texto, endossado pelo deputado, a desembargadora afirma nitidamente a posição da mãe como alienadora e do pai como alienado. A mãe, fora de si e nutrida pelo sentimento de vingança é capaz do que for preciso para afastar o/a filho/a do pai que deseja manter as relações mesmo diante do divórcio. Esta concepção não foi, ao menos diretamente, incorporada pela lei, mas diante dessas observações, penso em algumas perguntas que estão associadas à pergunta central desta monografia⁴: há diferenciação de gênero na aplicação da Lei nº 12.318/2010 pelo judiciário? Se sim, em quais termos? Qual a posição da mulher-mãe no processo de disputa de guarda que discute a existência da alienação parental?

Ainda sobre a mãe como alienadora, pesquisadoras/es brasileiras/os que endossam a teoria de Gardner apontam que as atitudes da mãe têm razões patológicas que se manifestam após uma situação de grande conflito a partir de uma estrutura psíquica já construída (SOUSA; BRITO, 2011). A imagem da mãe é constituída pela ideia de um monstro que tem comportamentos que devem ser combatidos. Nesse sentido, Sousa (2010) observa que as produções brasileiras sobre a AP e a SAP têm como característica marcante julgamentos morais em relação a quem é chamada/o alienadora/r. Em geral, essas afirmações, assim como muitas outras sobre a SAP e a AP, privilegiam aspectos individuais e psicológicos, o que é possibilitado pela ausência de rigor científico e metodológico da teoria de Gardner.

Como resposta à alienação, a Lei 12.318/2010 estabelece, em seu art. 6º, as medidas que os juízes poderão tomar, cumulativamente ou não, dependendo da gravidade do caso⁵. Entre elas

4 A pergunta da pesquisa é: O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é androcêntrico e adultocêntrico ao aplicar a Lei 12.318/2010?

5 Conforme redação da Lei de alienação parental:

“Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

destaco a aplicação de multa ao alienador, a inversão da guarda e a suspensão da autoridade parental, que estão diretamente vinculadas aos ‘tratamentos’ propostos por Gardner. Esta verificação, assim como as demais anteriores, apontam para a relação direta entre a Lei nº 12.318/2010 e a teoria da Síndrome de Alienação Parental, de Richard Gardner.

Desde que impulsionou sua teoria, Gardner encontrou muitos opositores, especialmente nos Estados Unidos. No Brasil, algumas autoras e autores se dedicam ao estudo da SAP de forma crítica. Para complexificar o entendimento do judiciário a seu respeito e o impacto que sua aplicação tem sobre a vida das mulheres é essencial analisar criticamente a lei de alienação parental. Por isso, no tópico seguinte apresento reflexões críticas às teorias de Gardner e à lei brasileira.

2.2 PERSPECTIVAS DE GÊNERO E IDADE

Optei por apresentar o marco teórico que utilizo na pesquisa no segundo capítulo, porque busco fazer algumas aproximações entre a SAP e a LAP, conceitos e problemáticas que estou introduzindo neste capítulo. Porém, utilizei o marco teórico da pesquisa na construção desse primeiro capítulo, porque ele introduz novas formas de se enxergar. A seguir trago o conceito de modernidade/colonialidade, mas o explico agora. O que importa aqui é entender como busco romper com o pensamento moderno/colonial.

O direito categoriza os fatos e simplifica as relações para uma leitura rápida e uma resposta imperativa. Ele é uma das ferramentas de reprodução e produção da modernidade/colonialidade. Para romper com esse tipo de pensamento é necessário enxergar o que a modernidade esconde, ou seja, as dores, as complexidades, as pessoas.

Dessa forma, uma compreensão da Lei 12.318/2010 que enfrente a colonialidade, exige, também, uma análise que supere sua aparência e busque identificar a complexidade das relações e as dores causadas às pessoas. No caso da presente pesquisa, especialmente as dores causadas às mulheres, crianças e jovens. Por isso, neste tópico apresento reflexões críticas⁶ à SAP, à Lei 12.318/2010 e à sua aplicação pelos tribunais brasileiros.

Parágrafo único. Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar” (BRASIL, 2010).

6 As reflexões críticas não se restringem ao direito, porque a própria lei carrega um conceito da psiquiatria e sua aplicação nos tribunais está diretamente relacionada ao trabalho de profissionais da psicologia e da assistência social. Além disso, cada área apresenta contribuições importantes que ampliam as perspectivas críticas em relação à Lei.

2.2.1 REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A TEORIA DE GARDNER

Gardner vinculou-se à Universidade de Columbia como professor voluntário e utilizou o título para obter reconhecimento acadêmico e para colocar-se como especialista diante dos tribunais. O médico construiu sua carreira atuando como perito em processos de divórcio ou de regulação das responsabilidades parentais, onde utilizava sua tese para defender ex-combatentes acusados de abuso sexual e/ou de violência doméstica. Ele reposicionava o acusado como vítima, invertendo as posições no processo e descredibilizando as denúncias feitas pelas mulheres (SOTTOMAYOR, 2011).

Entretanto, a validade científica da SAP é questionada em diversos países devido a uma série de motivos. Gardner divulgou seu trabalho através de seu *website* e de associações de pais separados, tendo publicado poucos artigos e nenhum com revisão por pares (*peer review*), diferente do que afirma. Também, publicou seus livros em sua editora privada, livros estes que não constam na maior parte das bases de dados das universidades estadunidenses. Quanto aos casos judiciais em que atuou, em nenhum deles o tribunal avaliou a validade científica de suas teses, tomando-as como verdades. Autores/as críticos/as à Gardner apontam que suas afirmações são dramáticas e não científicas. Por isso, afirmam que ela é uma pseudociência (SOTTOMAYOR, 2011, p. 79).

Gardner constroi a SAP em afirmações que não possuem embasamento científico. Dentre elas, destaca-se a afirmação de que a SAP está presente em 90% dos casos de disputa de guarda, argumento frequentemente utilizado pelo médico. Seja em artigos, nos tribunais, em declarações, o autor não apresenta dados que confirmem sua declaração (MENDES, 2013). Além disso, os sintomas que permitem identificar a existência da SAP são construídos por pensamentos circulares que não apresentam relação de causa e efeito entre a alienação e a possível manipulação pela mãe. Gardner desconsidera a complexidade dos comportamentos e das relações e reduz o afastamento entre o pai e a criança à mãe que, segundo ele, tem um comportamento perverso (SOTTOMAYOR, 2011).

O afastamento da criança de um dos genitores pode ocorrer por diversos motivos que são mais complexos e não partem apenas da subjetividade, de aspectos psicológicos individuais, mas sim de uma análise completa que leva em consideração o social, o cultural, o político e o econômico. A aproximação da criança com genitor/a que detém a guarda, assim como seu afastamento do/a genitor/a não-guardião não derivam de um comportamento de manipulação pela/o guardião/ão (SOTTOMAYOR, 2011; SOUSA; BRITO, 2011).

Sottomayor defende que essa simplificação das relações e dos comportamentos e, consequentemente, do processo de decisão, é o motivo pelo qual a teoria de Gardner continua sendo tão agradável para os tribunais. Entretanto, eles devem avaliar cada caso conforme seus fatos e devem ouvir as crianças reconhecendo seus sentimentos e respeitando-as. Afirmar que essa simplificação através da associação direta do comportamento das crianças - de se afastar do pai - a um suposto comportamento alienador da mãe é misógino, porque presume que a mãe é maldosa, egoísta e irracional. Diante disso, defende que a SAP é, além de tudo, um posicionamento político (SOTTOMAYOR, 2011).

De acordo com Consuelo Barea (2009), a SAP é uma estratégia política patriarcal que se opõe aos avanços legais conquistados pelas mulheres e crianças. Ela parte da concepção de mundo que estabelece o homem como centro do universo, como o sujeito enquanto as demais pessoas são objetos. Ela é um movimento de resposta, por parte de grupos dominantes, para a manutenção de privilégios e de poder sobre as mulheres e as crianças. A SAP é uma manifestação de *backlash*, ou seja, é um ataque em resposta às conquistas de direitos das mulheres a nível pessoal e sistêmico que busca retroceder as mudanças geradas por políticas de igualdade e diversidade⁷. Ela renova o código patriarcal e satisfaz ao machismo ao mesmo tempo em que se esconde sob o discurso de correção de problemas e de ciência.

Em trabalhos anteriores, Gardner demarca um posicionamento político que, na SAP, parece buscar esconder. Sottomayor (2011) afirma que suas teorias têm origem sexista e pedófila. Para comprovar tal afirmação a autora menciona obras anteriores do médico em que ele coloca a mulher como objeto e como recipiente de sêmen. Quanto às crianças, a jurista cita diretamente trechos de obras em que o médico chega a afirmar que a pedofilia é uma prática aceita e recorrente entre bilhões de pessoas, além de estimular a sexualidade da criança, o que segundo ele, seria bom⁸. Esse posicionamento desconsidera mulheres e crianças como sujeitos que têm o direito de desenvolver livremente sua personalidade. Além disso, não considera os traumas causados às crianças por abusos sexuais.

Embora essas afirmações não estejam explícitas nos textos que tratam da SAP, elas aparecem “camufladas”, uma vez que são utilizadas como base para a construção da própria teoria. Gardner patologiza o comportamento da mãe e da criança e reduz os problemas decorrentes do divórcio a um único em que a mãe é a culpada pelo afastamento da criança do pai. Além disso,

7 Termo cunhado no campo da violência de gênero por Susan Faludi. Para mais informações sobre Backlash, SAP e violência de gênero, ler BAREA, 2009. Para mais informações sobre Backlash, SAP e violência contra crianças ler VARGAS; BADILLA, 2011.

8 Para mais informações sobre o posicionamento sexista e pedófilo do autor, ler SOTTOMAYOR, 2011, p. 83–85.

desconsidera a autonomia das crianças ao colocá-las como totalmente passíveis da atitude da genitora (SOTTOMAYOR, 2011).

Teorias críticas à SAP nos Estados Unidos apontam que sua aplicação nos tribunais tem contribuído para a desvalorização dos depoimentos das crianças, especialmente em casos de abuso sexual, e para a invisibilidade das violências contra as mulheres, assumindo um papel ideológico (SOTTOMAYOR, 2011). Embora a violência contra as crianças não seja o foco deste trabalho, acho importante fazer algumas considerações, porque elas estão diretamente relacionadas às dores das mães que perderam suas filhas e/ou filhos por conta da lei de alienação.

Gardner criou critérios para diferenciar alegações de abuso sexual falsas e verdadeiras a partir de suas observações pessoais em um número desconhecido de casos. O raciocínio circular de sua teoria leva a dedução de que, em casos que há denúncia de abuso sexual, ela é uma ferramenta utilizada pela mãe para manipular a criança, afastando-a do pai. Gardner chega a dizer que o próprio relato do abuso pela criança pode ter sido implantado em sua cabeça pela mãe. Portanto, de acordo com a SAP, quando não comprovado o abuso sexual, automaticamente a denúncia é tida como falsa e a mãe como alienadora. Diante disso, a SAP coloca as mães em um impasse: não denunciar ou denunciar e correr o risco de ser enquadrada como alienadora (SOTTOMAYOR, 2011).

Além disso, diante dos tratamentos apresentados pelo médico, a criança pode correr ainda mais riscos. De acordo com Sousa e Bolognini (2017), o tratamento indicado por Gardner se aproxima menos de intervenções terapêuticas e mais de técnicas disciplinares. As suas proposições colocam em confronto as forças dos profissionais em atuação – juízes, advogados, terapeutas- e a força dos membros das famílias com o objetivo de subjugar. A inversão imediata da guarda e o afastamento abrupto da criança com a/o genitor/a que ela tem grande ligação, pode gerar grandes prejuízos na formação psicológica. Além disso, em casos de abuso sexual, pode colocar ainda mais a criança em risco (SOTTOMAYOR, 2011; SOUSA; BOLOGNINI, 2017; SOUSA; BRITO, 2011)

Os problemas provenientes da inversão da guarda, especialmente nos casos de abuso sexual, têm sido centrais nas críticas direcionadas à Lei nº 12.318/2010 no Brasil. A seguir, apresento algumas das principais reflexões críticas e apontamentos que complexificam o olhar sob a lei brasileira.

2.2.2 REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI NO BRASIL

A teoria de Gardner foi trazida para o Brasil pela APASE que desconsiderou as discussões e críticas que já existiam a época no contexto internacional. O mesmo fez o deputado Regis de Oliveira, que utilizou acriticamente a teoria do médico estadunidense. Os argumentos em torno da SAP foram tomados pelo deputado e por todas/os as/os envolvidas/os na avaliação do projeto de lei como verdade. Além de não terem considerado os questionamentos e polêmicas sobre a teoria no cenário internacional, não a avaliaram em conformidade com o contexto sócio-histórico e cultural do Brasil, o que seria essencial. A ausência dessas discussões contribuiu para a disseminação da teoria como uma verdade incontestável (DIVERSIDADE!, 2020; MENDES, 2013; SOUSA; BRITO, 2011).

Assim como Gardner a Lei brasileira enquadra diversos comportamentos como alienação parental e associa diretamente o afastamento da criança a uma suposta manipulação, principalmente da mãe. Além disso, a aprovação da lei no Brasil deveria partir de estudos prévios que analisariam os termos em que a teoria se relaciona com as especificidades da formação familiar brasileira, o que não ocorreu. A SAP foi criada a partir da observação da população estadunidense que tem formação política, social e econômica diferentes do Brasil.

Leila Maria Torraca de Brito realizou um estudo no Rio de Janeiro com jovens adultas/os, filhos de pais separados, para identificar as mudanças que elas e eles perceberam que ocorreram após o divórcio de seus pais. Em seus resultados a autora aponta que não há um padrão de relacionamento após o divórcio, pois observou diferentes configurações das relações conjugais. Em relação à convivência com os pais após a separação, as/os entrevistadas/os apontaram para o distanciamento da/o genitor/a que não detinha a guarda, em sua maior parte os pais, por redução da convivência. Em alguns casos, houve inclusive o afastamento do/a genitor/a guardião/ã devido ao aumento da carga horária de trabalho para manutenção das despesas (BRITO, 2007).

Brito identificou uma aproximação com o/a genitor/a guardião/ã, especialmente da mãe com filhas/os caçulas. Aponta que o vínculo afetivo entre eles/as se intensificou de tal maneira que a própria criança não conseguia se afastar da mãe para visitar o pai e, por isso, inventava desculpas. Entretanto, em nenhum momento a autora afirma que esse comportamento parte de uma manipulação ou de uma “lavagem cerebral” por parte, especialmente, da mãe. Ao contrário disso, Brito afirma que o apoio às famílias contemporâneas precisa partir do reconhecimento e da compreensão das complexidades do divórcio para os/as filhos/as (BRITO, 2007).

Da mesma forma é fundamental considerar a realidade social em que a suposta alienadora se insere. Isso porque, muitas vezes o comportamento da mãe pode ser, na verdade, uma manifestação

de práticas e discursos proferidos ao longo do tempo que reforçam o lugar da mulher como única cuidadora da criança. O comportamento das mães não deve ser analisado sob a sua formação individual que busca verificar traços psicológicos. Ele deve ser analisado em conformidade com a história, identificando a forma como elas são colocadas e se colocam na figura de mãe (SOUSA; BOLOGNINI, 2017).

A simplificação dos comportamentos constitui o pensamento cíclico da teoria de Gardner e leva à inversão do processo, estabelecendo o acusado como vítima e as mães como manipuladoras que devem ser punidas pelos seus atos. Ao mesmo tempo constroem a figura do pai como pessoas carinhosas que desejam ter contato com os filhos, mas são impedidos pelas mães. No Brasil, acadêmicos críticos à Lei de Alienação e movimentos de mulheres, os quais tratarei mais adiante, apontam que essa inversão tem colocado mulheres e crianças em risco, especialmente em casos de abuso sexual e violência doméstica. Isso porque, as denúncias de abuso sexual são assumidas como falsas e a violência doméstica não é considerada como um fator na decisão da guarda.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece em seu art. 13 a obrigatoriedade de denúncia em casos de maus-tratos, de tratamento cruel ou degradante contra crianças e adolescentes. Qualquer pessoa que tenha conhecimento da violência, sexual ou não, sofrida por crianças e adolescentes deve fazer a denúncia junto ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público ou a qualquer outro órgão de proteção à criança e ao adolescente (BRASIL, 1990a; “Como agir”, as). Essa obrigatoriedade também é das mães.

O que muitas mães vem apontando é que, em casos de denúncia de violência sofrida pela criança ou por elas e que há a discussão da alienação parental – seja porque foi alegado pelo pai, seja porque o juízo agiu de ofício - há uma inversão vítima-acusado, principalmente quando a violência não é comprovada. Isso porque a LAP estabelece em seu art. 2º, inciso VI que a falsa denúncia contra o genitor é uma conduta exemplificativa de alienação⁹. Entretanto, a ausência de comprovação da violência sofrida, leva a imputação direta das mães como alienadoras que, embora não sejam diretamente criminalizadas, são estigmatizadas e sofrem sanções pelo seu suposto comportamento alienador.

Valéria Scarance (2020), promotora de justiça do Ministério Público de São Paulo que trabalha diretamente com casos de estupro, aponta que em casos de violência contra a mulher e

9 “Art. 2º-Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.(...)”

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente.” (BRASIL, 2010)

contra a criança, especialmente em casos de abuso sexual, a prova é difícil. Em geral, a violência ocorre dentro de casa, muitas vezes não há testemunha ou a única testemunha é a criança e o abusador não deixa marcas físicas que podem ser detectadas pela medicina legal. A promotora coloca que em geral os acusados são homens acima de qualquer suspeita, ou seja, não correspondem ao estereótipo de abusador. Esse perfil aliado a dificuldade de comprovação da violência pela medicina legal e, em casos de abuso, aliado a retratação da criança¹⁰, levam a conclusão de que a denúncia é uma mentira (MATERNA, 2020).

Ainda, quanto à violência sofrida pelas mulheres, André Luiz Pereira de Oliveira (2015) identificou em sua dissertação que nas disputas de guarda, muitas vezes, os juízes deixam a violência doméstica em segundo plano por receio da configuração de alienação parental, considerando apenas o melhor interesse da criança. A partir disso, o autor defende a necessidade de o judiciário dar visibilidade à violência doméstica, considerando-a como um fator relevante na decisão da guarda. Isso porque os direitos das mulheres devem ser garantidos em consonância com os direitos da criança e do adolescente. Um não pode se sobrepor ao outro. Além disso, não é possível tratar da violência doméstica como restrita unicamente à mulher. Todas as relações familiares se modificam a partir de um contexto de violência e isso afeta diretamente as crianças e adolescentes tanto em sua individualidade quanto na sua relação com outras pessoas, da família ou não (OLIVEIRA, 2015).

As medidas judiciais estabelecidas pela LAP se aproximam do tratamento proposto por Gardner e, assim como o autor, direcionam sua atenção à atitude da mãe e não à resolução dos possíveis problemas causados às crianças e adolescentes. Ainda que a lei brasileira não estabeleça sanção penal¹¹, o pagamento de multa, a inversão da guarda, assim como outras medidas, indicam que o objetivo da LAP é a punição de quem aliena (SOUSA; BRITO, 2011). Além de todas essas medidas, estabelece ainda que elas deverão ser aplicadas “sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal”, o que possibilita a aplicação de sanções a partir de outras leis (BRASIL, 2010; DIVERSIDADE!, 2020).

10 Valeria Scarance (2020) problematiza o mito de que não há abuso sexual nos casos em que a criança se retrata. Destaca que a revelação da violência sofrida e as consequências dessa revelação podem causar dores às pessoas. Quando a criança mente e percebe que sua conduta causou um alívio nas pessoas, prefere permanecer mentindo. Outra possibilidade de ocorrência da retratação é o fato de as pessoas externas não acreditarem em sua denúncia. Por fim, aponta para os traumas gerados pelo próprio sistema de justiça ao ouvir a criança.

11 Cabe lembrar que, conforme apresentei no início deste capítulo, o projeto de lei 4.053/2008 estabelecia em seu art. 9º sanção penal à genitora que apresentasse falsas denúncias. Porém, este artigo foi retirado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, por entender que prejudicaria ainda mais as crianças e adolescentes. Em 2016 o deputado Arnaldo Faria de Sá apresentou o Projeto de Lei 4.488/2016 que visava criminalizar a prática de alienação, entretanto, em 2018 o deputado retirou sua proposição.

A análise do comportamento da mãe com base na SAP sugere que ela comete tortura psicológica contra sua/seu filha/o ao supostamente manipulá-la/o para se afastar do pai, que não detém a guarda. Essa compreensão possibilita o enquadramento das condutas da mãe como violência psicológica contra crianças e adolescentes, conforme estabelece a Lei 13.431/2017¹². Esta lei, por sua vez, apresenta formas de violência, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas. No momento, não há lei que estabeleça pena para violência psicológica contra crianças e adolescentes.

Dessa forma, Ela Wiecko Volkmer de Castilho (2020) afirma que por mais que a Lei 12.318/2010 não estabeleça a alienação parental como crime, ela criminaliza as condutas de forma indireta ao remeter a outras legislações e ao estigmatizar as mulheres. A jurista aponta ainda que a LAP tem a pretensão de identificar uma culpada e uma vítima, polarização típica do processo penal. Entretanto, o processo penal tem ferramentas que asseguram os direitos da/o acusada/o de ampla defesa e contraditório, o que nem sempre ocorre nos processos cíveis que discutem a alienação parental. Isso porque a identificação da alienação pode ocorrer de ofício ou não e em qualquer momento do processo, inclusive em decisões de segunda instância, onde a/o acusada/o não terá oportunidade de apresentar defesa.

As críticas levantadas até o momento apontam para a perpetuação – produção e reprodução – de violências de gênero e idade pelo judiciário brasileiro ao aplicar a Lei 12.318/2010, o que buscarei identificar no próximo capítulo. Entretanto, antes de iniciar a análise judicial, trago algumas informações sobre o coletivo “mães na luta” que têm resistido e impulsionado ações de resistência à aplicação da LAP no Brasil. Também, cito três ações institucionais que buscam uma resposta do Estado às violências vividas: o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2018, o Projeto de Lei 6.371/2019 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade 6273.

2.3 RESISTÊNCIAS À LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL

A aplicação da Lei 12.318/2010 legitimou uma série de violações contras as crianças, mas principalmente contras as mulheres mães. Em resposta às violências institucionais, elas se mobilizaram e criaram coletivos de atuação contra a LAP, por meio dos quais se mobilizam politicamente e compartilham suas narrativas.

12 A Lei 13.431/2017 estabelece em seu art. 4º, inciso II, alínea b: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência (...) II - violência psicológica: (...) b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este”.

Dentre os movimentos de mulheres que lutam contra a Lei de Alienação Parental, destaco os coletivos “Mães na Luta” e “Voz Materna”, ambos formados por mães que perderam a guarda de suas/seus filhas/os após a aplicação da lei. Entretanto, nesta pesquisa trouxe informações detalhadas apenas do coletivo “Mães na Luta”, pois foi com quem tive a oportunidade de conversar.

Esse diálogo possibilitou compreender o contexto da fundação do coletivo, bem como as demandas das mulheres que o integram. Além disso, a narrativa traz a violência institucional que a Lei cria e perpetua contra as mulheres mães que acusa, assim como a construção das propostas de revogação.

2.3.1 COLETIVO “MÃES NA LUTA”

Para construir este subtópico conversei com Clara Arantes, uma das mães que construiu o coletivo “Mães na Luta” e atualmente é uma das suas coordenadoras. Registro o meu agradecimento a ela e ao coletivo pela confiança de ter essa conversa comigo e de disponibilizar suas narrativas para que eu as trouxesse neste trabalho.

Clara contou que seu engajamento quanto à alienação parental começou no momento em que perdeu a guarda do filho, antes ela não sabia do que se tratava, "muito menos que tinha um lobby por trás". Quando saiu a decisão, ela pesquisou na internet sobre o tema, mas disse que só apareciam notícias sobre o mal que faz, sobre como é perversa e também colocando a mulher como quem manipula e mente. Até que encontrou um blog da Adriana Mendes - uma jornalista que perdeu a guarda da filha por alienação - com o artigo “Nem puta perde a guarda do filho”. Depois de ler o conteúdo, mandou mensagem para a autora, que já estava em contato com várias mães na mesma situação por meio do grupo de *whatsapp* “Amor de Mãe”.

Também, por intermédio de outra mãe, conseguiu o contato de uma advogada que, assim como ela, perdeu a guarda da filha depois de ser acusada de alienação parental por denunciar o abuso sexual que a menina sofria. A advogada estava em contato com outras mães nessa mesma situação pelo grupo que criou, o “Mães que lutam”, e junto com duas integrantes do grupo, criou uma ONG, chamada On Guardians. Inclusive, a entrevistada afirma que se candidatou para entrar na organização, mas foi barrada por acreditar, à época, que mulheres também poderiam alegar alienação parental, como seus advogados lhe orientaram.

Nesse meio tempo, um amigo jornalista soube da sua situação e se interessou por entender melhor a história. Assim, fizeram uma reunião, expuseram vários casos e ele foi por conta própria

buscar outras informações. Com isso, conseguiu publicar uma reportagem no Intercept e republicar em vários jornais sobre a punição pela Lei de Alienação Parental das mães que denunciavam abuso.

Em 2017, discutiram a possibilidade de criar um coletivo. Fundaram, então, um coletivo nacional, que hoje se chama Mães na Luta. Antes da quarentena, o coletivo se reunia frequentemente em Brasília para fazer lobby na Câmara e no Senado. Hoje em dia, conseguem reunir as mães via Zoom ou Google Meet, apesar de o grupo funcionar principalmente por Whatsapp.

Assim, quando ainda era denominado Mães do Brasil, o coletivo mandou um requerimento para o NUDEM (Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher) e para o CLADEM (Observatório Brasil da Igualdade de Gênero) denunciando os casos de violência institucional. Com isso, foi marcada uma reunião no NUDEM em que estavam presentes várias mães, da qual resultou uma ata que abriu um procedimento administrativo. Esse procedimento gerou a nota da Defensoria Pública do Estado de São Paulo pela revogação da Lei de Alienação Parental.

Ela afirma que a primeira proposta de revogação da Lei foi do PSC (Partido Social Cristão), proposta pelo Deputado Flavinho, mas logo o deputado deixou o mandato e a proposta foi abandonada. Não pediram a reabertura pois já vinham denunciando os casos na CPI dos Maus Tratos.

Souberam que sairia a proposta de revogação pela CPI dos Maus Tratos. Então, se encontraram com a Senadora Leila Barros. Nesse encontro, apresentaram dois casos: em um deles, a mãe perdeu a guarda da filha mais nova, mas antes que ela entregasse a menina para o pai, sua filha mais velha conseguiu filmar o padrasto abusando dela na frente da irmã. Também, conseguiram uma gravação de uma perita forense do Rio, muito famosa e citada pelos defensores da Lei de Alienação: enviaram um gravador escondido em uma criança que ela estava periciando, um menino vítima de abuso. Enquanto o menino contava o que o pai fazia, a perita dizia que ele não poderia contar as coisas que aconteciam entre ele e o pai.

Assim, levaram os dois casos com provas para a senadora Leila Barros, junto com um pedido de requerimento. Contudo, a entrevistada acredita que a senadora está sendo assediada pelo “lobby da alienação”, pois fez uma alteração no projeto que o aniquilou: passa a propor a alteração da lei, ao invés da revogação.

O que essas mulheres pediam, tanto ao NUDEM, quanto à CPI e ao Congresso era a anulação da sentença que tirou a guarda dos seus filhos e que eles fossem devolvidos, mas isso nunca conseguiram. O tempo foi passando, a esperança de recuperar os filhos foi diminuindo e eles

foram crescendo. Então, atualmente lutam pela revogação da lei, para que isso não se repita com outras mães e que outras crianças não passem pelo que seus filhos passaram, pois “é muito próximo da morte o que a gente teve que suportar”.

Suas principais pautas são: a revogação da Lei de Alienação parental; que o termo “alienação parental” seja extirpado do ordenamento jurídico que seu uso seja proibido, conforme a convenção de 2014 em Belém-PA e como foi feito em vários países; devolução dos filhos e anulação dos processos; combater a opressão “onde aquilo que o homem fala é verdade, mesmo que ele minta, e aquilo que a mulher fale, com provas, mesmo que ela prove, é considerado mentira” e combater também a violência institucional machista e misógina, em suas palavras.

2.3.2 AÇÕES INSTITUCIONAIS DE REVOGAÇÃO DA LEI 12.318/2010

Em 2017 foi criada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus tratos contra crianças e adolescentes no Brasil, por isso chamada Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus Tratos (CPIMT). Para isso, a CPI realizou diversas audiências públicas que contou com a participação de movimentos de mulheres que, além de participarem das audiências, encaminharam denúncias ao Senado. Conforme consta na no parecer da CPIMT, mães de crianças e adolescentes levaram ao conhecimento do Senado Federal casos em que perderam a guarda para pais que poderiam estar abusando de suas/seus filhas/os. Inversões feitas pelo judiciário com base na Lei 12.318/2010.

A partir dos depoimentos, a CPIMT identificou que a Lei de Alienação Parental permite manobras de abusadores que a utiliza na intenção de reverter o processo a seu favor. Nesses casos, quando não comprovada as denúncias feitas pela mãe – ou outra pessoa-, especialmente de abuso sexual, quem denunciou é culpabilizado. Entretanto, segundo a CPIMT ao mesmo tempo em que não se pode avançar na presunção de não-culpabilidade do acusado, não se pode presumir, automaticamente, que quem denuncia age de má-fé. Aponta também, que as medidas impostas permitem que a criança seja utilizada como instrumento de vingança entre ex-cônjuges. Por isso, propõe a revogação da Lei através do PLS 498/2018 (BRASIL, 2018).

Em tramitação pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a relatora, senadora Leila Barros, após realizar audiências públicas sobre o tema, afirmou que a revogação da lei não é necessária porque o problema pode ser resolvido apenas com sua alteração. Assim, propõe mudanças na lei no sentido de corrigir as brechas que possibilitam seu mau uso. Entretanto, movimentos de mulheres repudiam veemente a posição da senadora. Após publicação do relatório,

por exemplo, os coletivos “Mães na Luta” e o “Voz Materna” postaram em seus perfis no Instagram um texto onde denunciavam o posicionamento da senadora por servir ao patriarcado (LUTA, 2019).

Ainda sobre ações institucionais que buscam revogar a Lei 12.318/2010, a deputada Iracema Portella propôs o PL 6.371/2019 com esse objetivo. Em sua justificação a deputada aponta para a ausência de comprovação científica da SAP e cita entidades internacionais de saúde que se posicionaram contrários a teoria. Destaca também, a inversão gerada nos processos apontando para o beneficiamento de pais que a utilizam para manter a convivência com filhos/as dos quais abusam sexualmente e a figuração automática como alienador/a de quem denuncia e não tem a denúncia comprovada. Afirma que a LAP é uma violação de direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes e, além de afrontar o direito brasileiro, afronta a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, ratificada pelo Brasil. Por fim, levanta que o ordenamento jurídico brasileiro possui ferramentas suficientes para responder aos casos de abuso da autoridade parental, sendo descabida a existência da Lei 12.318/2010. Atualmente, o PL foi encaminhado à Comissão de Seguridade Social e Família e aguarda designação de relator (BRASIL, 2019i).

Além dos projetos junto ao legislativo, tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6273, ajuizada pela Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero (AAIG), com pedido de medida liminar, que tem a finalidade de impugnar a totalidade da Lei 12.318/2010. Segundo Ela Wiecko (2020) a propositura da ação foi feita a partir das discussões levantadas na disciplina “Gênero e Direito” com enfoque na Lei de Alienação Parental, ofertada por ela na pós-graduação de Direito da Universidade de Brasília em 2018.

A partir da disciplina também surgiu o grupo – certificado pelo CNPQ - “Direito, gênero e famílias” que possui uma linha de pesquisa sobre Alienação Parental. É este o grupo que integro e o qual esta pesquisa está diretamente relacionada. Ainda segundo a professora, foram os coletivos de mulheres que impulsionaram as discussões da disciplina e das pesquisas desenvolvidas pelo grupo, especialmente em relação à diferenciação de gênero (DIVERSIDADE!, 2020).

Na ADI, a AAIG apresenta pesquisa feita por ela que consiste na avaliação de decisões do TJRS no período de 26/08/2010 a 25/07/2019. Os resultados da pesquisa demonstram que as mulheres são majoritariamente tidas como alienadoras. Em 36% dos 453 casos analisados, há denúncia de abuso sexual o que, segundo as advogadas, leva ao questionamento sobre a importância dada a alegação de alienação como tese de defesa em casos de denúncia de abuso: Por que a denúncia de alienação se sobrepõe, é mais forte a denúncia de abuso sexual? A partir disso, por que o interesse do genitor acusado de abuso sexual ou violência se sobrepõe ao melhor interesse da

criança? Além da pesquisa, as autoras levantam outros argumentos, alguns já trazidos nessa monografia, outros diretamente relacionados ao sistema jurídico, observado o objetivo do documento (BRASIL, 2019h).

Em consulta ao processo verifiquei que até o momento foram protocolados seis pedidos de *amicus curiae*, sendo dois deles contra o pedido da ação e quatro favoráveis. A Associação Brasileira Criança Feliz e o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) se posicionam contra o pedido e defendem a constitucionalidade da Lei 12.318/2010. Por outro lado, o advogado Felício Alonso e as advogadas Patrícia Regina Alonso e Elizabethi Regina Alonso; a Organização Não Governamental (ONG) Vozes de Anjo; o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; e a Associação de Direito de Família e das Sucessões defendem a inconstitucionalidade da Lei.

A Relatora Ministra Rosa Weber ainda não se pronunciou sobre os pedidos de *amicus curiae*. Sobre o pedido de medida liminar, o afastou diante da vigência, por mais de nove anos, da Lei. Além disso, solicitou informações à Câmara dos Deputados, ao Senado e ao Presidente da República. Também, determinou vistas ao Advogado-Geral da União (AGU) e ao Procurador-Geral da República (PGR). A Câmara e o Senado se manifestaram pela constitucionalidade da Lei. Do mesmo modo se pronunciaram o AGU e o PGR. O AGU entendeu pela improcedência do pedido, enquanto o PGR defendeu o não conhecimento da ação. Destaco aqui trecho da manifestação do PGR em que afirma:

A Síndrome de Alienação Parental – SAP é assunto que interessa à coletividade como um todo, não se afigurando a afinidade ideológica para defesa da mulher como liame apto a legitimar a atuação da AIGG. Não há, portanto, pertinência temática entre o objetivo institucional da AIGG, que se volta à promoção da igualdade de gênero, e as normas impugnadas nesta ação direta, que veiculam conteúdo relativo à proteção da criança e do adolescente (BRASIL, 2020).

Dessa forma, em sua manifestação o PGR afirma que a Lei de Alienação trata da proteção de crianças e adolescentes, não estando relacionada a mulheres e muito menos a discussão de igualdade de gênero. Entretanto, as críticas apresentadas até o momento e os movimentos de mulheres que resistem à LAP, denunciam o contrário. Embora a LAP não trate do direito de mulheres, suas críticas apontam que a sua aplicação tem ensejado violações de direitos das mulheres, seja pela teoria em que a lei se ampara, seja pela lei em si, seja pela sua aplicação.

A partir do marco teórico que utilizo, busco compreender a relação entre direito, gênero e idade e, para isso questiono: O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é androcêntrico e adultocêntrico ao aplicar a Lei 12.318/2010?

3 BREVES REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E IDADE NO DIREITO A PARTIR DO GIRO DECOLONIAL E DE UM FEMINISMO JURÍDICO LATINOAMERICANO

No capítulo anterior busquei complexificar o olhar sobre a LAP e a SAP. Já neste capítulo, busco complexificar o olhar sobre o direito e sobre as relações de poder que envolvem gênero e idade. Para isso, inicio explicando os conceitos de colonialidade do poder de Aníbal Quijano, colonialidade de gênero de Maria Lugones e sua relação com o direito. Em seguida, falo sobre o patriarcado moderno, família e direito e, então, apresento os conceitos de androcentrismo e adultocentrismo. Ao final, apresento propostas alternativas à produção de conhecimento eurocêntrico com foco no direito.

3.1 COLONIALIDADE DO PODER, COLONIALIDADE DO GÊNERO E DIREITO

A modernidade - quando entendida a partir do Renascimento - é tida como um movimento de rompimento e de inauguração de uma nova era que tem como propulsora a Europa. De acordo com essa perspectiva, nessa “nova era” o homem assumiu uma posição central tanto na economia quanto na epistemologia. Na economia, o Ocidente passou a reproduzir seus recursos infinitamente. Na epistemologia, os europeus fizeram uma revolução científica que lhes permitiu o controle da natureza (ARMSTRONG, 2002, apud MIGNOLO, 2017).

Em geral, os discursos sobre a modernidade celebram as conquistas europeias e as classificam como avançadas, como O futuro, o que deve ser almejado. Entretanto, Mignolo (2017) afirma que eles escondem os crimes desse período ao ocultar a descartabilidade da vida humana. Enquanto as práticas econômicas dispensavam vidas, a ciência justificava a inferioridade dessas vidas. As mudanças que inauguram a modernidade estão diretamente associadas à colonização da América que foi “inventada, mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã.” (MIGNOLO, 2017, p. 4). Dessa forma, a colonialidade é um elemento constituinte da modernidade, ainda que ocultada por ela (MIGNOLO, 2017).

Sob essa perspectiva, a modernidade possui três fases cumulativas. A primeira se deu com a colonização da América – id-entidade criada pela Europa – e foi liderada pela Espanha e Portugal entre os anos 1500 e 1750. A segunda ocorreu entre 1750 e 1945 e foi liderada pela Inglaterra, França e Alemanha. A terceira ocorreu entre 1945 e 2000 e foi liderada pelos Estados Unidos. Essas fases reforçaram e criaram um mundo conectado pelo mesmo tipo de economia, o capitalismo, e pelo mesmo tipo de poder, a colonialidade do poder (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005).

3.1.1 COLONIALIDADE DO PODER

O conceito de colonialidade, em especial de colonialidade do poder, foi cunhado por Aníbal Quijano, que, assim como Mignolo integrou o grupo modernidade/colonialidade.¹³ O autor defende que o colonialismo, entendido como o estabelecimento de uma relação de “(...) dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes”, não se restringe ao passado, tendo influência direta na estrutura de poder vigente (QUIJANO, 1992, p. 1). Mesmo em territórios que possuem uma independência política formal, a estrutura colonial de poder criou discriminações sociais que foram codificadas e assumidas como categorias a-históricas e naturais, responsáveis por manter a relação de dominação colonial (QUIJANO, 1992).

Dessa forma, o autor entende como colonialidade do poder o padrão global de poder vigente. Ele se organiza em uma teia de relações de exploração/dominação/conflito articuladas para disputar o controle dos âmbitos da existência social, sendo eles: i) o trabalho e seus produtos; ii) a natureza e seus recursos de produção; iii) o sexo, seus recursos e a produção; iv) a subjetividade, seus produtos materiais e intersubjetivos – incluindo a produção de conhecimento – e v) a autoridade para assegurar a reprodução desse padrão de poder (QUIJANO, 2010).

Cada um desses meios é controlado por uma instituição moderna, produzida pela própria formação do poder. O trabalho é controlado pelo capital, o sexo pela “família burguesa”, a subjetividade pela “racionalidade moderna” e a autoridade pelo “Estado-nação”. O controle desses meios é disputado por indivíduos que vivenciam relações de dominação/exploração/conflito em suas vidas e de formas distintas. Por isso, os elementos, experiências e produtos articulados são descontínuos, diferentes, distantes e heterogêneos¹⁴. Sua articulação conjunta é possível porque um grupo conseguiu – e ainda consegue – se impor sobre os demais e articular uma nova estrutura. Assim, tudo o que constitui essa estrutura é situado historicamente (QUIJANO, 2005, 2010).

Quando os colonizadores invadiram os territórios nomeados por eles como América, praticaram operações para reduzir diferentes culturas a uma única dominada pela Europa.

13 O grupo modernidade/colonialidade foi estruturado através da realização de vários seminários, diálogos paralelos e publicações desde 1998. Muitos de seus integrantes tinham desenvolvido teorias próprias antes de sua criação. Dessa forma, a produção do grupo foi fortemente influenciada por essas teorias assim como pelo pensamento crítico latino-americano. Desde sua criação, contribui fortemente “para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI.” (BALLESTRIN, 2013). Para mais informações sobre a constituição, a trajetória e o pensamento do grupo Modernidade/Colonialidade, ler Ballestrin (2013).

14 Quijano (2010) cita como exemplo o capitalismo mundial. Segundo o autor, todas as formas historicamente conhecidas de trabalho foram articuladas em torno do trabalho assalariado e foram postas a serviço do capital. O mesmo ocorreu com as demais instituições modernas de controle.

Roubaram das populações colonizadas descobrimentos culturais que beneficiavam o desenvolvimento do capitalismo e do centro europeu. Reprimiram as formas de viver, a objetivação da subjetividade, a produção de conhecimento que não eram europeias. Impuseram aos povos colonizados tudo o que fosse útil para manter a dominação (QUIJANO, 2005).

Na América Latina, em particular, os europeus quase exterminaram os povos indígenas devido à violência da invasão, às doenças trazidas e, principalmente, a sua utilização como mão de obra descartável. A repressão cultural e o genocídio em massa transformou as culturas que existiam no território em subculturas que ficaram restritas à oralidade (QUIJANO, 1992). A Europa Ocidental se transformou no centro da configuração do “sistema-mundo” moderno e re-situou os povos colonizados no passado, classificando as suas culturas como atrasadas e sub-desenvolvidas (QUIJANO, 2005).

As relações sociais que foram se formando no processo de colonização ressignificaram termos que antes eram usados apenas para se referir ao país de origem ou à procedência geográfica. Palavras como espanhol e português, por exemplo, passaram a ter seu significado associado às relações de dominação que estavam se formando. Consequentemente, foram criadas novas identidades sociais – índios, negros, mestiços - que foram associadas às hierarquias, lugares e papéis nessa sociedade (QUIJANO, 2005).

Posteriormente, os colonizadores codificaram os traços fenotípicos em cor e a transformaram na principal característica da categoria racial. Com a expansão do colonialismo europeu e com a elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento, a ideia de raça foi sendo construída para naturalizar as relações hierárquicas entre colonizadores e colonizados, portanto, entre europeus e não-europeus (QUIJANO, 2005).

Simultaneamente, todas as formas de controle de exploração do trabalho, seus recursos e produtos – escravidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade e salário - foram articuladas em uma nova, original e singular estrutura de relações de produção, o capitalismo mundial. Nessa configuração, tais formas de controle do trabalho não eram apenas uma extensão das que já existiam antes, elas eram histórica e sociologicamente novas¹⁵ (QUIJANO, 2005).

As identidades produzidas a partir da ideia de raça foram associadas aos lugares ocupados na nova estrutura global de controle do trabalho como se fossem naturais. Aos índios cabia a

15 Quijano (2005) justifica essa afirmação a partir de três argumentos. Primeiro, as formas de controle do trabalho passaram a se organizar para a produção de mercadorias para o mercado mundial e não apenas local. Segundo, além de existirem todas juntas e ao mesmo tempo, foram articuladas com o capital e com o seu mercado, formando um novo padrão de controle de trabalho que era dependente histórico-estruturalmente do novo padrão de poder. E terceiro, cada uma desenvolveu novos traços e novas configurações para atender às novas funções. Assim, formou-se, pela primeira vez, um padrão global de controle do trabalho.

servidão e a escravidão, aos negros a escravidão, aos brancos – espanhóis e portugueses – o trabalho assalariado. Cada forma de controle do trabalho foi associado a uma raça, logo, o controle de uma forma específica era o controle de um grupo de pessoas. A colonialidade associou estruturalmente raça e trabalho em eixos articulados, criando uma nova tecnologia de dominação/exploração, fazendo com que parecesse ser uma associação natural (QUIJANO, 2005).

Além disso, Quijano (2010) afirma que o gênero é uma terceira linha que se articula com o trabalho e a raça, mas não chega a desenvolver a fundo sobre as relações de gênero. Segundo ele, o gênero e a idade eram estruturas de dominação/exploração já conhecidas pela Europa, que as incorporou no novo sistema. Sobre a idade, o autor afirma que se insere apenas em meios específicos de poder e, por isso, não pode ser vista como uma terceira linha. Ainda, em momentos diferentes do seu texto, Quijano utiliza gênero e sexo como sinônimos, o que, segundo Lugones (2008) reduz a complexidade da categoria, conforme tratarei a seguir. No momento, seguirei expondo questões importantes levantadas por Quijano em sua análise.

Como o trabalho assalariado era “destinado” aos brancos, estava localizado geograficamente na Europa. Consequentemente, a Europa e o europeu estabeleceram-se como o centro do mundo capitalista e do novo padrão de poder. A partir disso, as relações intersubjetivas e culturais da Europa Ocidental com o resto do mundo foram codificadas em novas categorias duais, criadas com base na noção de Europa e não-Europa. Por exemplo, racional/irracional, objetivo/subjetivo, civilizado/primitivo, mítico-científico/mágico, moderno/tradicional. (QUIJANO, 2005).

Esse dualismo foi associado à ideia de evolucionismo, definindo a sociedade europeia como moderna e as demais como atrasadas (QUIJANO, 2005). Assim, as categorias duais foram hierarquizadas de forma que as características associadas à raça europeu fossem tidas como melhores, mais avançadas, modernas. Simultaneamente, as características opostas foram associadas aos não europeus e foram classificadas como inferiores, pertencentes a um estado de natureza que deve ser superado (QUIJANO, 2005). Então, a produção de conhecimento eurocêntrica se desenvolveu para justificar o estabelecimento dessas relações de dominação/exploração, legitimando-as através da sua naturalização (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005).

Também, a produção de conhecimento eurocêntrica tem como paradigma a relação entre corpo e não corpo, perspectiva que já era adotada pela Igreja antes mesmo da colonização. Entretanto, Descartes (1963; 1967, apud QUIJANO, 2005, p. 129) criou uma separação radical entre eles, estabelecendo o não corpo como “razão/sujeito” e como a única entidade capaz de conhecimento racional. O corpo, por outro lado, não tinha outra função a não ser a de objeto por ser

incapaz de raciocinar. Logo, a racionalidade eurocêntrica é construída com o “corpo”, “objeto” de conhecimento, fixado fora da “razão/sujeito” (QUIJANO, 2005).

As relações raciais passaram a ser analisadas dentro dessa estrutura de conhecimento. Aquelas/es consideradas/os não racionais eram classificados como inferiores. Consequentemente, eram vistas como mais próximas/os do “corpo” e, portanto, se restringiam a objeto de estudo. Ao mesmo tempo, por serem aproximadas/os do “corpo”, também eram aproximados da “natureza”. Quanto mais inferior fosse a raça, mais próximo da natureza ou até mesmo dentro dela. Os conhecimentos e formas de produzir conhecimento que não se encaixavam nessa estrutura foram invalidados (QUIJANO, 2005).

Esses processos históricos modificaram também a subjetividade, individual e coletiva - intersubjetividade - de todos os povos que passaram a integrar o novo padrão de poder mundial. Todas as novas práticas sociais da colonialidade do poder, capitalista, associadas à nova perspectiva sobre o tempo e a história onde tem-se a ideia de que o ser humano – europeu - controla a natureza e aqueles próximos a ela, exigiu a modificação das estruturas até então existentes, dessacralizando-as. Nesse contexto, a individualização adquiriu sentido e possibilitou a ideia de liberdade individual diante das condições sociais impostas, estabelecendo a igualdade social entre os indivíduos como necessária (QUIJANO, 2005).

Ao mesmo tempo, essa noção estava, e está, inserida em um contexto capitalista, servindo ao capital e ao mercado. Consequentemente, a liberdade individual só é possível enquanto servir ao mercado e portanto, enquanto estiver contida nas relações de dominação/exploração. Dentro dessa lógica, o mercado é o limite da possível igualdade social entre as pessoas. Assim, tem-se a ideia da modernidade como horizonte de igualdade e como possibilitadora das condições necessárias para seu alcance (QUIJANO, 2005). Então, como afirma Quijano (2005), todo conceito de modernidade é necessariamente ambíguo e contraditório.

3.1.2 COLONIALIDADE DO GÊNERO

Maria Lugones (2008) complexifica o olhar de Quijano sobre gênero a partir do conceito de interseccionalidade, firmado pelos feminismos de mulheres do terceiro mundo e pelos feminismos de mulheres de cor nos Estados Unidos. Segundo a autora, Quijano permanece na lógica eurocêntrica e patriarcal ao biologizar o gênero, igualando-o a sexo, recursos e produtos. O significado de gênero é mais amplo e complexo, sendo constituído pela dicotomia homem/mulher,

pelo heterossexualismo e pelo patriarcado. Com isso, Lugones pretende introduzir uma nova lente de leitura das relações sociais através da percepção do gênero e sua relação com o sistema moderno/colonial (LUGONES, 2008).

A partir do trabalho de Kimberlé Crenshaw, especificamente do conceito de interseccionalidade, Lugones (2008) afirma que no pensamento eurocêntrico as categorias são vistas como homogêneas, mas, na verdade, selecionam o dominante e invisibilizam aquelas/es dominadas/os e vitimizadas/os. Nesse sentido, a categoria “mulher” dá visibilidade às mulheres brancas, heterossexuais, burguesas. A categoria “negro” permite enxergar os homens negros e heterossexuais. Consequentemente, a intersecção entre “mulher” e “negro” não compreende a mulher negra.

Dessa forma, a interseccionalidade – que defende a análise conjunta de gênero e raça – permite enxergar um vazio, mas ainda incorre na separação das categorias. Por outro lado, o trabalho de Quijano, especificamente quanto aos eixos estruturais, permite enxergar raça/gênero como inseparáveis, como fundidos, quebrando assim com o pensamento categorial¹⁶. Se raça/gênero são indissociáveis, a conclusão que chega Quijano sobre a relação de raça com a colonialidade do poder, também é válida para gênero (LUGONES, 2008).

Lugones (2008) entende que o processo de colonização e de constituição da modernidade/colonialidade impôs um sistema de gênero que tanto constitui a colonialidade do poder quanto a colonialidade do poder a constitui. A modernidade/colonialidade tem conceituado raça como engenerizada e o gênero como racializado de maneiras diferentes entre europeus e não europeus. Portanto, os dois são ficções igualmente poderosas (LUGONES, 2008).

A hierarquia dicotômica europeu e não europeu, humano e não humano, central na modernidade/colonialidade, também foi associada ao gênero. A categorização de gênero foi aplicada aos humanos, europeus, enquanto os não-europeus foram vistos como animais. Nesse sentido, as fêmeas não brancas nunca foram associadas à feminilidade, à fragilidade, à docilidade, características associadas às mulheres brancas, europeias, heterossexuais. Mulheres não brancas foram associadas a diversas versões de “mulher”, o quanto necessário para o capitalismo eurocentrado global, mas nunca tiveram os privilégios das mulheres burguesas brancas (LUGONES, 2008, 2014).

16 Maria Lugones entende que o pensamento categorial dicotômico é central para o pensamento colonial e capitalista sobre gênero, raça e sexualidade, porque não nos permite enxergar as violências em sua completude (LUGONES, 2008, 2014).

Dessa forma, o sistema de gênero moderno/colonial tem um lado visível e um lado oculto. Seu lado visível constitui o significado de homem e mulher que rege apenas a vida de homens e mulheres brancos e burgueses. Logo, atribui às mulheres brancas burguesas a pureza e a passividade sexual, além de serem reduzidas ou até mesmo excluídas dos meios de existência social. O lado oculto, por sua vez, foi e é extremamente violento. Seus processos de tomada de decisão foram reduzidos à animalidade, ao sexo forçado com colonizadores e a uma exploração tão profunda que levou à morte (LUGONES, 2008).

Diante disso, a autora defende que a modernidade/colonialidade é racializada e também engendradora. Então, o gênero permeia todas as relações subjetivas e intersubjetivas e está presente em todas as diferentes formas de manifestação da colonialidade. Consequentemente, para romper com essa lógica também é necessário romper com o gênero (LUGONES, 2014).

O gênero também está presente no direito.

O direito, como desenvolvo a seguir, é uma instituição que compõe o Estado e mantém a colonialidade. Dessa forma, ele também mantém o gênero.

3.1.3 DIREITO E COLONIALIDADE

Sara Araújo (2016) trabalha a relação entre colonialidade e direito a partir do conceito de exclusões abissais de Boaventura de Sousa Santos, jurista que compõe o grupo modernidade/colonialidade¹⁷. Embora o autor tenha produções no campo do direito sobre a colonialidade, optei por não utilizá-lo na primeira parte deste capítulo, porque Quijano elabora uma análise histórico-social que permite a identificação do gênero, o que é aprofundado e melhor abordado por Lugones.

O trabalho de Boaventura é extenso e complexo e em muito se aproxima dos autores trazidos anteriormente, mas em muitos momentos também se afasta¹⁸. Ele trabalha com conceitos próprios e acredito que a monografia não seja o melhor espaço para aprofundar estes conceitos e ainda relacioná-los aos já estudados. Entretanto, é necessário compreender ao menos o conceito de exclusões abissais.

Para Boaventura, o pensamento moderno é abissal, ou seja, divide o mundo em distinções visíveis e invisíveis onde as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são formadas por linhas radicais que dividem a realidade social em dois mundos, “deste lado da linha” e

17 Para mais informações ler BALLESTRIN, 2013.

18 Para mais informações sobre as aproximações e distanciamentos da teoria de Boaventura com o giro decolonial, ler GOMES; CARVALHO, 2020.

o “outro lado da linha”. A separação entre eles é tão grande que o outro lado é excluído, sendo irrelevante para o lado de cá. Estes conhecimentos excluídos são os populares, leigos, plebeus, indígenas, etc. Essa realidade foi e é verdadeira até hoje (SANTOS, 2007).

No direito moderno, o lado de cá da linha é determinado pelo o que é legal ou ilegal, de acordo com as definições do direito do Estado ou do direito internacional. Essas são as únicas formas de existência relevantes para o campo jurídico, constituindo-se em uma distinção universal. O que não se enquadra no legal/ilegal, é excluído do mundo jurídico e constitui o lado de lá da linha no campo (SANTOS, 2007). Assim, o direito moderno restringe diversas possibilidades à uma única narrativa linear de progresso, se constituindo como uma ferramenta importante de reprodução do colonialismo (ARAÚJO, 2016).

Nesse sentido, o direito, assim como a ciência moderna, mantém a colonialidade através da manutenção do que a autora classifica como as “cinco monoculturas que alimentam a razão metonímica”. A primeira delas é a monocultura do saber, que transforma a ciência moderna em única verdade, enquanto as outras são tidas como inexistentes e irrelevantes. A segunda surge a partir da primeira, é a monocultura do universal, em que tudo o que é local é invisibilizado pela lógica do global. A terceira é a monocultura da produtividade, que está em relação direta com a do saber: o saber serve à produtividade capitalista e todo conhecimento que não o faz é tido como improdutivo. A quarta é a monocultura da naturalização das diferenças, que alia diferença e desigualdade para legitimar a dominação e a exploração. A quinta monocultura, por sua vez, é a do tempo linear, na qual o outro é colocado como atrasado e, por isso, é excluído (ARAÚJO, 2016).

A associação do direito às ideias de neutralidade, racionalidade, objetividade e justiça buscam, assim como de toda a ciência moderna, legitimar e naturalizar um modelo dominante, colonial e capitalista. A “monocultura jurídica” classifica as formas de produtividade não capitalistas e não modernas como irrelevantes, inferiores, improdutivas. Portanto, é necessário um direito que reconheça a diversidade jurídica (ARAÚJO, 2016).

Diante de tudo isso, enxergar que o direito mantém a colonialidade, nos permite vê-lo também como mantenedor do gênero, uma vez que o gênero está presente em todas as diferentes formas de manifestação da colonialidade. A seguir, trago discussões localizadas sobre gênero e idade na sociedade e, quando foi possível, no direito.

3.2 PATRIARCADO MODERNO, FAMÍLIA E DIREITO

Como apresentei no capítulo anterior, de acordo com Barea (2009), A SAP é um ataque em resposta às conquistas de direitos das mulheres, tanto individualmente, quanto sistemicamente. Ela renova o código patriarcal e serve ao machismo enquanto se esconde sob o discurso de igualdade. No Brasil, as associações defendiam os interesses de pais separados importaram o conceito de SAP e ajudaram a construir o projeto de lei que deu origem à Lei 12.318/2010.

Diferente da teoria de Gardner, a lei brasileira não contém o termo “síndrome”, que foi suprimido como uma estratégia política, já que a teoria nunca foi reconhecida pelos manuais classificatórios de psiquiatria. Ainda assim, a SAP é seu fundamento e em muito se aproximam. As críticas à aplicação da LAP denunciam seu caráter machista e patriarcal.

Para melhor compreensão dessas afirmações, trabalho neste tópico o conceito de patriarcado vinculado à modernidade e à colonialidade. O patriarcado moderno, conforme demonstrarei, se renova e invisibiliza as violências através do discurso de igualdade. A SAP é um de seus instrumentos.

Além disso, apresento também como o patriarcado se relaciona com o direito e como o direito se relaciona com a família, instituição de origem do patriarcado e uma das instituições de manutenção da colonialidade do poder.

3.2.1 PATRIARCADO MODERNO

Como colocado no tópico anterior, Lugones (2008) afirma que a modernidade/colonialidade impôs um sistema de gênero ao mundo pré-colonial e que, portanto, esse sistema não existia para os povos colonizados antes do processo de colonização. Diferente de Lugones, Rita Laura Segato (2012) afirma que havia nomenclatura de gênero nas sociedades tribais e afro-americanas, entretanto, ela não tinha a intensidade que passou a ter na modernidade. Em seu trabalho, a antropóloga busca dar ao gênero uma dimensão que permite enxergar mudanças impostas às vidas das comunidades que vão além da própria categoria.

Segato (2012) afirma que a modernidade/colonialidade insere o seu significado de gênero na aldeia e o modifica perigosamente. O idioma hierárquico da aldeia em contato com o discurso igualitário da modernidade acentua o patriarcado que já existia e se transforma em uma ordem super-hierárquica. Isso ocorre devido a quatro processos histórico sociais, sendo eles: i) hiperinflação dos homens no ambiente comunitário; ii) a emasculação dos homens no ambiente

extracomunitário; iii) a superinflação e a universalização da esfera pública; iv) a binarização da dualidade de espaços.

Antes da intrusão, os homens das aldeias se ausentavam para a caça, para se comunicar com aldeias vizinhas, para guerrear, etc. Após a intrusão, a administração colonial, assim como faz hoje o Estado colonial/moderno, passou a negociar e a guerrear também com esses homens. Consequentemente, a posição masculina passou a ter acesso a privilégios, recursos e conhecimento sobre o mundo do poder. Os homens retornavam às aldeias e levavam consigo esses novos conceitos, mas não mudavam os nomes e rituais que já eram adotados. Dessa forma, as percepções de gênero se modificavam, mas pareciam se manter as mesmas. As mulheres, por sua vez, passaram a ser vistas sob um olhar masculino de externalidade objetificada em semelhança com o poder do mundo colonial (SEGATO, 2012).

Enquanto ocorria a hiperinflação dos homens dentro da aldeia, também ocorria a emasculação desses homens quanto aos brancos que os sujeitavam sob o domínio soberano do colonizador. Este processo oprimiu fora e empoderou na aldeia, fazendo com que os homens buscassem restaurar a virilidade perdida no externo no único ambiente possível, a aldeia. Com isso, as relações com mulheres e filhos foram fortemente prejudicadas (SEGATO, 2012).

Toda a deliberação sobre interesses comuns passou a ser decidida apenas na esfera pública republicana, que estava em construção, e o espaço doméstico foi privatizado e marginalizado, perdendo seu caráter político. Com isso o espaço doméstico e quem o habita perderam sua importância política e a capacidade de afetar decisões que diziam respeito a todos e todas, além de se encerrarem na família nuclear. Apenas o espaço público passou a ter importância, consequentemente, mulheres e todos os assuntos no âmbito doméstico foram tidos como restos e ficaram às margens dos assuntos de relevância universal (SEGATO, 2012).

Antes da modernidade/colonialidade, o gênero na aldeia era constituído de uma dualidade hierárquica, onde ambos existiam e tinham plenitude política. Entretanto, com a modernidade/colonialidade o gênero se constitui de um binarismo, onde há suplementação e não complementaridade. Um dos termos se torna o “universal” e o outro é resto, havendo um abismo entre eles e não apenas uma hierarquia. A existência, nos moldes desse padrão, é condicionada ao equivalente universal que originou o conhecimento colonial e moderno: “é homem, é branco, é *pater familiae* – portanto, é funcionalmente heterossexual -, é proprietário, e é letrado.” (SEGATO, 2012, p. 123).

Aquelas/es que sejam diferentes do padrão universalizador não são consideradas/os universais e neutras/os. Ainda, seja individualmente ou em suas atuações coletivas, só adquirem significado político quando, de alguma forma, se reformulam e se apresentam em termos universais no espaço “neutro”. Tudo o que não se encaixa no “Um” do mundo moderno é classificado como problema. O Um é binário, é universal, é canônico, é “neutral”. Dessa forma, o outro não é Dois, é resto. O mundo do Um, em contato com um mundo múltiplo, modifica seu interior, o enquadrando em seus termos, o colonizando (SEGATO, 2012).

Nesse sentido, Julieta Paredes (2011), ao tratar do patriarcado para as feministas comunitárias, afirma que elas entendem a colonialidade como fundamentalmente uma “Junção Patriarcal”. Ou seja, é uma forma sistêmica de ressignificar o patriarcado ancestral, introduzindo a violência intensa do patriarcado europeu. As relações de dominação, exploração, violação, etc., se constituem a partir do corpo das mulheres para, então, se converterem em uma estrutura patriarcal entre as pessoas e a natureza.

A partir disso, as feministas comunitárias definem o patriarcado moderno como uma estrutura que abarca violências que vão além do gênero. Nas palavras de Paredes:

(...) o Patriarcado é O sistema de todas as opressões, todas as explorações, todas as violências, e discriminações que vive toda a humanidade (homens, mulheres, pessoas intersexuais) e a natureza. Ou seja, um sistema de morte construído historicamente sobre o corpo das mulheres (PAREDES, 2011, p. 4, tradução minha)

O patriarcado, é a primeira estrutura de subordinação da história em que se fundam as demais relações de subordinação. É composto de costumes, tradições, normas sociais e familiares, leis, educação. Ele define os papéis de gênero, estabelecendo-os como naturais e universais. Também se recicla a partir das mudanças e lutas sociais, corrigindo suas formas brutais de agir e invisibilizando suas violências, tornando-as mais sutis, o que dificulta ainda mais sua identificação e uma mobilização contrária (PAREDES, 2011).

No direito, as produções feministas na América Latina têm ressaltado seu caráter patriarcal. Alda Facio e Lorena Fries (2005)¹⁹ afirmam que o direito é uma das principais instituições de manutenção do patriarcado e, portanto, de perpetuação da subordinação das mulheres. As autoras, conforme demonstrarei a seguir, têm uma noção diferente de patriarcado das feministas

19 Diferente das teorias que venho utilizando até o momento, as autoras não partem da ideia de colonialidade. Ainda assim, optei por utilizá-las porque, primeiro, fazem uma análise da relação de patriarcado com o direito que me auxiliará na análise das decisões; segundo, não tive acesso a teorias decoloniais no direito que tratassem da sua relação com o patriarcado moderno e; terceiro, as autoras constroem o texto a partir de teorias feministas latino americanas, permitindo uma análise histórica localizada e mais próxima do Brasil.

comunitárias. Ainda assim, a obra que trabalho na presente pesquisa apresenta contribuições importantes para a análise da relação do direito com esse sistema de poder. Dessa forma, no tópico seguinte exponho como as autoras entendem o patriarcado e a sua relação com as instituições “família” e “direito”.

3.2.2 DIREITO D(E) FAMÍLIA

O patriarcado tem sua origem histórica na família em que o homem, o chefe, exerce seu poder sobre as mulheres e as crianças. São relações de poder que se projetam para toda a sociedade e para diversos espaços. Parte da articulação com um conjunto de instituição da sociedade política e civil a fim de manter e reforçar o padrão de poder que determina que as mulheres, como categoria, são subordinadas aos homens. Isso não significa que as mulheres não tenham poder, uma vez que mulheres também têm poder sobre os filhos (FACIO; FRIES, 2005).

Assim, todos os sistemas patriarcais têm uma série de características em comum: i) É um sistema histórico e não natural; ii) se fundamenta no domínio do homem sobre as mulheres, exercido pela violência sexual, que é institucionalizada e promovida pelas instituições da família e do Estado; iii) as mulheres de cada grupo oprimido estão subordinadas ao varão do mesmo grupo; e iv) a justificativa para sua manutenção se baseia nas diferenças biológicas entre os sexos (FACIO; FRIES, 2005).

A partir disso, Facio e Fries (2005) afirmam que as ideologias patriarcais constituem as diferenças entre homens e mulheres e as estabelecem como biológicas, inerentes e naturais. Elas definem padrões de comportamentos, características e papéis tanto para homens quanto para mulheres – apesar de os homens estarem em situação de privilégio – com base nas diferenças biológicas entre os sexos²⁰. Além disso, elas mantêm e intensificam todas as outras formas de dominação.

Nesse sentido, o patriarcado se mantém e se reproduz através de diferentes instituições, que operam como pilares ligados entre si para a transmissão da desigualdade entre os sexos e a validação da discriminação contra as mulheres. As instituições patriarcais contribuem para a manutenção do sistema de gênero e para a reprodução dos mecanismos de dominação masculina

20 Gênero e sexo são usados, muitas vezes, como sinônimos, entretanto, o sexo é visto como algo inerente, imutável e diretamente relacionado ao biológico. Ainda assim, a noção de sexo também é construída socialmente (FACIO; FRIES, 2005). Ao tecer sua crítica à Quijano, Lugones (2008) afirma que a compreensão de sexo modificou de acordo com o tempo e o espaço. Atualmente, a designação é feita com base nos cromossomos e genitais, mas em outros momentos, por exemplo, baseava-se na função reprodutiva. Assim, a autora afirma que tanto gênero como sexo são construídos socialmente (LUGONES, 2008).

que oprimem as mulheres. Dentre elas encontram-se a família patriarcal e o direito masculista (FACIO; FRIES, 2005).

A família é a unidade de controle econômico, sexual e reprodutivo do varão sobre a mulher e seus filhos. No pensamento ocidental é tida como uma instituição natural. Entretanto, ela é uma associação humana dentre diversas associações possíveis. Por isso, tem sua formação localizada historicamente, sendo também uma construção social. Na família patriarcal, o espaço público é destinado aos homens como chefes e representantes das demais pessoas que a compõem, enquanto o espaço privado é destinado às mulheres, cujas obrigações e funções se encontram dentro da instituição da família (FACIO; FRIES, 2005).

Também, é uma instituição que tem impacto direto sobre a formação dos indivíduos, especialmente crianças. Isso porque se constitui de relações de dominação, manipulação e exploração que, quando vivenciadas na infância ou durante o período de socialização, formam adultos mais suscetíveis ao domínio e à exploração. É um sistema que opera tanto a nível mental ou intelectual como a nível emocional e físico. Embora não possa ser percebido diretamente na realidade de todas as famílias, é um modelo que se impõe como ideal e que estabelece o pai como provedor econômico e a mãe como provedora emocional (FACIO; FRIES, 2005). Facio e Fries defendem que sua mudança parte também da mudança em outras instituições que, assim como a família, favorecem os homens. Dentre elas, encontra-se o direito.

Então, o direito é um instrumento de articulação do sistema patriarcal. Ele regula o comportamento de homens e mulheres a partir do modelo patriarcal e das funções ideologicamente designadas aos gêneros. Além disso, se relaciona com outros sistemas normativos (social e moral) que contribuem para a formação do que se entende por gênero. Porém, diferente dos outros sistemas, impõe a força diante do descumprimento das suas normas. Além disso, seu sistema de normas legitima e consolida o poder dos homens como seus criadores (FACIO; FRIES, 2005).

O direito prescreve, regulamenta e disciplina homens e mulheres de formas diferentes. Para as mulheres, fixa um modelo único e legitima sua submissão aos varões. Nas legislações mais antigas essa diferenciação era mais visível, enquanto que nas legislações mais recentes aparece implicitamente. Ainda assim, não deixam de ser patriarcais, porque só consideram as mulheres nos limites da sua função reprodutora e colocam as necessidades e preocupações dos homens como essenciais (FACIO; FRIES, 2005).

Ante o exposto, Facio e Fries (2005) defendem que o direito não é objetivo e neutro. Ele é parcial ao sexo masculino e, portanto, é androcêntrico. Ele reforça as diferenças entre os gêneros e

reproduz historicamente as relações de poder, principalmente sobre as mulheres. Assim, Helena Alviar e Isabel Cristina Jaramillo Sierra (2015)²¹, em seu artigo “Família como conceito jurídico”, buscam identificar a forma como o direito de família conceitua família e quais seus impactos sobre as mulheres. Para isso, traçam uma metodologia que permite contextualizar historicamente o direito de família dos países latinoamericanos, especialmente da Colômbia. Em seu artigo, as autoras afirmam que não há um único conceito de família legal e que essa “fragmentação conceitual” contribui para a despolitização da família, tornando mais difícil pensar em argumentos fora e além do instituto.

A família passou a ser tratada em um campo específico do direito a partir, especialmente, do marco da abordagem social. O pensamento que originou tal mudança tinha duas suposições principais: a primeira consistia na ideia de que o direito deve refletir a realidade social, enquanto a segunda era a ideia de que a família é uma realidade social observável. A partir disso, foram estabelecidas regras sobre o “desenvolvimento” da família, disciplinando o casamento, o divórcio, as relações parentais, etc. (JARAMILLO SIERRA; ALVIAR, 2015).

Essa incorporação da família no direito teve diversas consequências, houve a distorção da compreensão de família, que foi direcionada para: i) o casamento; ii) as consequências da ausência do casamento e; iii) os efeitos do casamento nas relações parentais. Além disso, estabeleceu-se um conjunto de argumentos morais e científicos como relevantes juridicamente e abriu-se margem para a incorporação de diversas compreensões sobre a família, ainda que incoerentes. Na América Latina, seguindo a doutrina católica, consagraram-se os princípios da liberdade para casar e procriar (JARAMILLO SIERRA; ALVIAR, 2015).

Nesse contexto, a concepção do direito de família como um campo no direito concede ao conceito legal de família a capacidade de fundamentar interpretações das regras e doutrinas, mas também não traz um conceito único. Juristas e doutrinadores do campo variam o conceito de família conforme a lacuna em que pretendem encaixá-lo. Em geral, as compreensões sobre o conceito de família podem ser classificadas em três grandes grupos: i) o primeiro concebe a família como uma unidade econômica, ou seja, um grupo de indivíduos que vive na mesma casa; então evidencia a casa; ii) o segundo concebe a família como unidade afetiva, portanto, um grupo de indivíduos ligados pelo amor filial e romântico; esse conceito enfatiza o casal; iii) o terceiro compreende a

21 Jaramillo e Alviar (2015), fazem uma análise do direito localizado historicamente na América Latina espanhola com foco na Colômbia. O direito de família brasileiro tem particularidades que se aproximam e se afastam dos países colonizados pela Espanha. Assim, acredito que seja importante estudar as aproximações em uma pesquisa futura.

família como unidade biológica, assim, como pessoas ligadas por parentesco; esse enfatiza os filhos (JARAMILLO SIERRA; ALVIAR, 2015).

Todas essas diferentes compreensões sobre a família são tomadas, pelo direito, com o mesmo valor técnico, o que despolitiza a família e invisibiliza os papéis dos indivíduos na família, especialmente das mulheres, dificultando sua identificação. As autoras apontam ainda que a mudança no conceito de família ocorreu junto da materialização de agendas feministas e do direcionamento de recursos para as mulheres, principalmente sob o argumento biológico. Porém, este é o mesmo argumento que enseja a exclusão de casais de pessoas do mesmo sexo e que intensificou a feminilização da reprodução (JARAMILLO SIERRA; ALVIAR, 2015).

Ante o exposto, as feministas críticas afirmam que a ideia de família nuclear²² é cheia de contradições e, justamente por isso, é dominante. Assumir que sua ideia é coerente e única reforça seu efeito normativo e impede enxergar outras formas de organização (JARAMILLO, 2008). Nas palavras de Jaramillo (2008), as feministas críticas apontam que:

assim como a família tem sido defendida por atender às necessidades afetivas também tem sido criticada por ser o lugar que surgem as paixões mais destrutivas; acrescentam que assim como se tem invocado que o Estado não deve intervir na família porque esta é privada, e suas dinâmicas são resistentes à modelagem legislativa, por outro lado tem solicitado sua intervenção para proteger a família nuclear de tendências que direcionam para sua destruição; que assim como o Estado e o mercado têm sido glorificados como espaços de satisfação pessoal e desenvolvimento das pessoas, se tem rechaçado o egoísmo e a agressividade que implicam. (JARAMILLO, 2008, p. 271 tradução minha).

Por isso, é preciso tecer críticas à família nuclear e dar visibilidade às violências vivenciadas por indivíduos nesse instituto. Assim, no seguinte tópico apresento duas características fundamentais à nossa cultura ocidental que tratam das relações de poder com base nas categorias centrais desta pesquisa, o gênero e a idade.

3.2.3 VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E IDADE

Na justificação do projeto de lei, o deputado Regis de Oliveira reproduz pontos centrais da teoria da SAP de Richard Gardner, como demonstrado no capítulo anterior. Ocorre que a SAP busca legitimar cientificamente a ideia de que a maior parte das acusações feitas no âmbito de divórcios, especialmente nos casos de violência doméstica e abuso sexual, são falsas. Essa abordagem faz com

22 Jaramillo (2008) volta seus estudos para o conceito de família nuclear que, segundo a autora, é tida como uma ordem natural e articula uma sexualidade “natural” – heterossexual e monogâmica –, uma reprodução “natural” – heterossexual e a parentalidade dirigida pelos pais – uma produção “natural” – fora de casa e feita pelos homens – e uma disciplina “natural” – dos homens sobre mulheres e crianças e das mulheres sobre as crianças.

que o judiciário desloque sua atenção do comportamento do genitor abusivo para o comportamento da genitora supostamente alienadora (SOTTOMAYOR, 2011).

Para sua legitimação, Gardner se apoia no argumento de proteção das crianças e adolescentes, afirmando que as condutas alienadoras causam nelas traumas irreversíveis. A partir disso, exige uma resposta do Estado moderno, que, conforme demonstrarei a seguir, tem a proteção de crianças e adolescentes em sua centralidade, mas sob um viés paternalista. Ao mesmo tempo, sugere ações do Estado que se distanciam da proteção de fato das crianças e se aproximam da punição das alienadoras. O mesmo ocorre na LAP.

Após afirmar que a alienação é praticada proporcionalmente por homens e mulheres, o deputado Regis de Oliveira exige, em suas palavras, uma “postura firme” do legislador brasileiro com base no art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988 para reprimir expressamente a alienação parental (BRASIL, 2008, p. 4). Afirma ainda que o projeto é uma ferramenta adicional aos instrumentos de proteção da criança, permitindo ao judiciário incidir diretamente sobre os casos de alienação (BRASIL, 2008). Entretanto, cria mecanismos de ação do judiciário que se distanciam da proteção da criança e do adolescente e se aproximam, na verdade, da punição de quem seria alienador/a.

Ocorre que essa pessoa que aliena parece ter gênero definido. Além de não apresentar estudos que confirmam sua afirmação de proporcionalidade, o deputado reproduz texto da Desembargadora aposentada Maria Berenice Dias. Esse material reforça a ideia de que o pai deseja a aproximação das/os filhas/os, mas a mãe, nutrida por um sentimento de vingança, faz de tudo para afastá-los e, para isso, aliena a criança e causa traumas irreversíveis.

Todas essas estratégias argumentativas em torno da SAP e da LAP apontam um caráter androcêntrico e adultocêntrico, teorias que trabalharei a seguir. Porém, cabe ressaltar que a pergunta que move a pesquisa não é relativa à Lei e à teoria em si, mas sim à atuação do TJ/SP na aplicação da Lei nº 12.318/2010. Por isso, deixo as questões apresentadas aqui como provocações a serem pensadas futuramente.

3.2.3.1 Androcentrismo

Facio e Fries (2005) apontam que o androcentrismo é uma das características da nossa cultura intelectual. Nas culturas androcêntricas o homem é tido como o paradigma de humano e, portanto, suas experiências e interesses compõem o centro do universo. Consequentemente, todos

os estudos, análises, investigações e propostas focam na perspectiva do homem, mas como representante da humanidade. A partir disso, todas as instituições criadas socialmente respondem aos interesses e necessidades dos homens ou sobre o que eles entendem que são interesses das mulheres.

Ao mesmo tempo, esse posicionamento, por ser tido como universalizador, não é visto sob sua parcialidade, mas sim como imparcial e objetivo. Tudo o que se produz sob a perspectiva androcêntrica é posto como válido para todas as pessoas e não apenas para o grupo que se tem como referência (FACIO; FRIES, 2005). Nas palavras de Facio e Fries, “Quando o homem é percebido como o centro do universo, sua perspectiva é a que olha e avalia todas as coisas. Mais ainda, quando o homem não é apenas o centro senão que é o paradigma de humano, sua perspectiva se converte em uma não perspectiva, é uma verdade.” (FACIO; FRIES, 2005, p. 274, tradução minha)

Dessa forma, o conhecimento não é neutro em relação ao gênero. Ele assume o ponto de vista masculino como verdade válida para todas as pessoas, e por isso, invisibiliza as violações cotidianas aos direitos das mulheres e “infravaloriza” suas necessidades como humanas. O mesmo ocorre no direito, que, por mais que se autodenomine objetivo, é parcial e assume o ponto de vista masculino. Para as mulheres, ele fixa um modelo de identidade única e legítima sua submissão aos homens (FACIO; FRIES, 2005). Para corroborar sua afirmação, Facio e Fries (2005) apresentam leis de diferentes países do início do patriarcado que tomou como sujeito os homens e, por isso, partiu de seus interesses. Entretanto, optei por apresentar exemplos do ordenamento jurídico brasileiro, já que o mesmo ocorreu – e ocorre – no Brasil.

No direito civil, por exemplo, o Código Civil de 1916, revogado pelo Código Civil de 2002 vigente hoje, estabelecia que as mulheres casadas eram incapazes e que seu domicílio era o de seus maridos. No capítulo intitulado “Dos Direitos e Deveres do Marido”, determinava que cabia ao marido a administração da família e a administração dos bens comuns e particulares da mulher, bem como o direito de autorizar a profissão da mulher. No capítulo intitulado “Dos Direitos e Deveres da Mulher”, elencava condutas que a mulher não poderia ter sem a autorização do marido, como o exercício de profissão (BRASIL, 1916).

Estas restrições impostas pela lei brasileira demonstram com maior evidência o androcentrismo. Atualmente, as práticas androcêntricas parecem acompanhar o desenvolvimento do patriarcado que, como dito anteriormente, se torna cada vez mais velado. Assim como o patriarcado moderno, o androcentrismo se esconde sob o discurso de igualdade enquanto impera sobre corpos de mulheres e crianças a favor dos homens.

3.2.3.2 *Adultocentrismo*

Outra categoria de grande importância para a pesquisa é a idade, que, assim como as relações de gênero, é construída de relações hierárquicas legitimadas socialmente que asseguram a subordinação dos sujeitos, nestes casos dos sujeitos construídos como “menores”. Essas relações se originaram e se sustentam sobre as relações de ordem patriarcal que subordinam as mulheres. Dessa forma, o patriarcado é um sistema de dominação que contém, também, a prática de um adultocentrismo, no qual se tem a ideia de que a autoridade legítima e unilateral é “naturalmente” dos adultos sobre os jovens (QUAPPER, 2012).

Segundo Quapper (2012), o adultocentrismo está articulado por processos econômicos e político institucionais e consiste em um sistema de dominação a partir da criação de classes de idades. Ele centra as possibilidades de decisão e controle social, econômico e político nas/os adultas/os de meia idade, enquanto, ao mesmo tempo, estabelece crianças, jovens e idosos como subordinadas/os. Nas palavras do autor:

Em uma primeira abordagem, podemos conceituar esse adultocentrismo em um plano material, articulado por processos econômicos e políticos institucionais, como um sistema de dominação que delimita acessos e fechamentos a determinados bens, a partir de uma concepção de tarefas de desenvolvimento que a cada classe etária corresponderia, de acordo com a definição de suas posições na estrutura social, o que afeta a qualidade de suas implantações como sujeitos e sujeitas. É de dominação que se assentam as capacidades e possibilidades de decisão e controle social, econômico e político nos quais desempenham papéis que são definidos como inerentes à adultez e, no mesmo movimento, aqueles que desempenham papéis definidos como subordinados: crianças, jovens, idosos e idosos. (QUAPPER, 2012, p. 111, tradução minha).

Assim, as classes de idade bem como a relação de hierarquia entre elas são construídas socialmente. O adultocentrismo é um sistema de relações econômicas e político institucionais com base em relações de dominação próprias das sociedades capitalistas e patriarcais e, por isso, é uma matriz sociocultural. Ele se baseia em relações de tensões entre as classes etárias que são resolvidas pela imposição de normas, políticas públicas, emprego da força, etc. pelas/os adultas/os que aprofundam as condições de dominação (QUAPPER, 2012).

Então, o conflito entre as classes etárias é produzido pelo mundo das/os adultas/os, que buscam ocupar posições de poder nas estruturas sociais e nas relações cotidianas, decidindo o que as pessoas devem ou não fazer e sentir. Ele surgiu de aspectos materiais – herança, acesso a bens e serviços – e na contemporaneidade se constitui, também, de aspectos simbólicos e subjetivos –

prestígio, normas, identidade. O adultocentrismo é internalizado subjetivamente e é reproduzido, material e simbolicamente, inclusive por vítimas do imaginário – crianças e jovens (QUAPPER, 2012).

Ao trabalhar a relação direta entre modernidade e adultocentrismo, Ashis Nandy (1984) afirma que a valorização do desenvolvimento, do crescimento e da maturidade no ideário moderno, aliada ao crescimento físico e mental das pessoas atribui às crianças uma categoria inferior às/aos adultas/os. A idade adulta é valorizada e é tida como o produto final do desenvolvimento ao mesmo tempo em que a infância é tida como um estágio transitório, imperfeito que caminha para sua humanidade plena – a adultez – e, por isso, é dependente e deve ser guiado e protegido.

Ao mesmo tempo, atribui-se à infância características “ideais” que se distanciam da criança real, como, por exemplo, extremamente inocente, obediente, não autônomo (NANDY, 1984). As crianças são moldadas – pela família, pela escola, pelo Estado – para se enquadrarem no conceito adulto de boa criança, especialmente pelos pais que são seus arredores imediatos (NANDY, 1984; QUAPPER, 2012). A partir disso, a noção de proteção é, na verdade, a imposição do mundo adulto às crianças (NANDY, 1984).

O Brasil normatizou a Doutrina da Proteção Integral, doutrina do campo dos direitos humanos que estabeleceu as crianças como sujeitos de direitos, através da CRFB/88, e do ECA. Essa incorporação representou mudanças significativas na compreensão de infância para o ordenamento jurídico brasileiro, entretanto, foi construída com base na concepção de desenvolvimento humano da cultura Ocidental (BELTRÃO; OLIVEIRA, 2011).

Assis da Costa Oliveira (2020) afirma que o conservadorismo tem tido grande alcance na interpretação/aplicação dos institutos de proteção a crianças e adolescentes. O autor cita Emílio García Mendez (2020) ao afirmar que estamos “imersos em uma valoração positiva da discricionariedade paternalista no uso dos direitos de crianças e adolescentes” (OLIVEIRA, 2020). A partir disso, Oliveira (2020) sustenta que a aplicação do ECA, muitas vezes é feita com lentes adultocêntricas, tanto por conservadores quanto por progressistas.

3.3 POR UM FEMINISMO JURÍDICO POPULAR DECOLONIAL E DESPARTRIARCALIZADOR

Uma vez expostos os principais problemas e questionamentos teóricos sobre o direito, o gênero e a idade contidos no marco teórico que optei por utilizar, apresento neste tópico alternativas

à produção de conhecimento eurocêntrica, patriarcal, androcêntrica, adultocêntrica, especialmente no direito.

Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Maria Lugones, Rita Segato e Julieta Paredes, autoras e autores que trabalham a colonialidade, defendem uma análise da modernidade que ultrapasse, desmistifique e critique a versão eurocêntrica: é uma análise descolonial ou, como propõe a linguista Catherine Walsh (2009, apud FONSECA, 2016), decolonial²³. Decolonial porque não é apenas desfazer o colonial, já que o padrão de poder e todos os seus rastros jamais deixarão de existir. Segundo Lugones (2014), o que se pretende, na verdade, é uma postura de transgressão, que aponta, inclusive, caminhos alternativos. (LUGONES, 2014; MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005)

Julieta Paredes (2011) afirma ainda que não basta a descolonização, porque o patriarcado vai além, ultrapassa a colonização. Não é a colonialidade que contém o patriarcado, mas sim o patriarcado que contém a colonialidade. Assim, não basta descolonizar, é preciso despatriarcalizar (PAREDES, 2011).

Ao centralizar o debate no direito, identifiquei duas propostas de atuação ligadas às teorias trabalhadas ao longo do capítulo. No que diz respeito à colonialidade, Araújo (2016) defende a necessidade de “des-pensar” os moldes eurocêntricos, pensar fora da ideia de “caos/ordem”, identificando realidades que estão excluídas. Consequentemente, defende a necessidade de complexificarmos nossas metodologias através do Sul, falando de dores, de silenciamento e de invisibilidade.

Em relação ao patriarcado, Salete Maria da Silva (2019), que reconhece o caráter androcêntrico e adultocêntrico do direito²⁴, aponta para as iniciativas de feministas no direito que teorizam e advogam por mudanças contra a mentalidade androcêntrica e sexista. Essas iniciativas são denominadas por algumas autoras como Pensamento Jurídico Feminista, por outras como Teoria Feminista do Direito e por outras, incluindo a autora, como Feminismo Jurídico. Feminismo Jurídico porque, segundo a autora, é preciso reforçar que não se trata apenas de uma teorização, é uma atitude política explícita. Seu objetivo é a despatriarcalização das estruturas jurídicas e da cultura hegemônica dentro e fora do sistema de justiça (SILVA, 2019).

Nas palavras de Silva (2019), feminismo jurídico é:

23 Cabe ressaltar que o posicionamento das/os autoras/es sobre o termo decolonialidade e sobre o seu desenvolvimento são diferentes. Ainda assim, todas/os defendem a necessidade de descolonizar/decolonizar o Estado e demais espaços.

24 Para mais informações ler CONCEIÇÃO; PINTO; SILVA, 2019.

uma espécie de ativismo jurídico que incorpora a perspectiva de gênero no Direito, utilizando-se de estratégias políticas feministas para atuar neste campo, orientando demandas individuais ou coletivas e/ou auxiliando as lutas travadas na seara do Direito, dentro e fora do sistema de justiça (SILVA, 2019, p. 36-37).

Nesse sentido, a autora defende o conceito de feminismo jurídico popular que entende ser aquele construído com a sociedade a partir de uma relação horizontal e dialógica com pessoas que não necessariamente compõem o espaço universitário. A partir disso, lei ou processo judicial não são o fim em si mesmo, mas sim instrumentos de luta política para o empoderamento jurídico das mulheres (SILVA, 2019).

Ante todo o exposto, defendo um feminismo jurídico popular, decolonial e despatriarcalizador, que busca teorizar em meio à realidade e à história localizada; um feminismo jurídico plural que enxerga não apenas opressões, mas também privilégios e que não se restringe ao espaço universitário e à linguagem acadêmica. Por isso, espero que este seja o primeiro de outros trabalhos onde eu busque construir reflexões nesse sentido.

Passo à análise das decisões.

4 ANDROCENTRISMO E ADULTOCENTRISMO NO TJ/SP

Como apresentado anteriormente, a pergunta desta monografia é “O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é androcêntrico e adultocêntrico ao aplicar a Lei 12.318/2010?” Para responder a essa pergunta optei por analisar decisões de 1º grau, por conterem mais informações e permitirem uma análise mais aprofundada. Além disso, limitei a busca ao ano de 2019, o ano completo mais recente.

Obtive as sentenças no “banco de sentenças” do TJ/SP. Primeiro acessei o *website* do TJ/SP²⁵, selecionei o campo “Processos” e, em seguida, o campo “Banco de Sentenças” em “Consulta”. Fui direcionada para a página do e-SAJ (Sistema de Automação da Justiça) do Tribunal, onde filtrei os resultados pelos campos “assunto” e “data”.

No campo “assunto” selecionei as duas opções de classificação sugeridas pelo próprio *website* a partir do termo “Alienação Parental”. Ressalto que a classificação está em conformidade com a Resolução nº 46/2007 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)²⁶, porém, é provável que contenha erros. Por isso, é possível que alguns processos que discutem a alienação parental não tenham sido identificados no levantamento. Além disso, não consegui verificar no *website* como se dá a composição do banco de sentenças, sendo possível que nem todas estejam disponíveis para consulta. Diante disso, os casos levantados são uma amostragem de todos os casos decididos que tratam do tema.

Em “Data Inicial” preenchi com “01/01/2019” e em “Data final” com “31/12/2019”. Selecionei a organização por ordem crescente e obtive 20 sentenças. Em seguida, repeti a busca utilizando os mesmos filtros e o *website* do Tribunal retornou com 21 decisões. A diferença entre elas foi a decisão do processo “1010204-19.2019.8.26.0003”, disponibilizada em 19/12/2019, que também está classificada como “Alienação Parental”. Por isso, utilizei o resultado de 21 decisões para desenvolver as análises.

Após ter levantado as decisões a serem analisadas, dei início à triagem. Primeiro, descartei as decisões que não discutiam o mérito, que foram 10 decisões. Em seguida, descartei também as que tinham como análise de mérito outra questão que não a alienação parental, quatro ao todo. Assim, descartei 14 decisões e analisei sete.

25 (TJ/SP, 2020)

26 A Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007 do CNJ criou as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário com o objetivo de padronizar e uniformizar as classificações processuais (“rescnj_46.pdf”, [s.d.]). Para mais informações sobre a

Ante o exposto, a amostra levantada foi composta de sete sentenças de declaração de alienação parental proferidas em 2019. Dentre elas, quatro transitaram em julgado e o processo foi extinto e três sofreram a interposição de recurso, foram encaminhadas à segunda instância e aguardam decisão.

4.1 METODOLOGIA

Como dito anteriormente, o objetivo da pesquisa é a identificação da existência, ou não, do androcentrismo e do adultocentrismo na aplicação da Lei nº 12.318/2010, Lei de Alienação Parental, pelo TJ/SP. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo compõe a estrutura do poder judiciário brasileiro e, conseqüentemente, do próprio Estado brasileiro. Segundo Quijano (2005), as instituições modernas – Estado-nação, família burguesa, racionalidade moderna – controlam os âmbitos da existência social. Esse controle é disputado por pessoas que vivem as relações de dominação/exploração/conflito em suas próprias vidas e o TJ/SP também é formado por pessoas.

Embora o direito se proponha como objetivo e imparcial, se compõe de pessoas e cada uma delas tem sua intersubjetividade formada na estrutura colonial de poder. Dessa forma, para compreender o posicionamento do TJ/SP quanto a gênero e idade, analisei a relação das juízas e dos juízes com as pessoas envolvidas na sentença. Para isso, em um primeiro momento, busquei enxergar cada pessoa da sentença e a forma como o juiz ou a juíza falam **com** ela e o que falam **sobre** ela. Em seguida, identifiquei a manutenção de relações de poder pelas juízas e pelos juízes e as relacionei às teorias trazidas nos capítulos anteriores.

4.2 A VISÃO DAS JUÍZAS E DOS JUÍZES SOBRE AS PESSOAS DA SENTENÇA

Nesta primeira etapa, busquei identificar a forma como as juízas e juízes viram as pessoas envolvidas no processo, segundo a narrativa do julgamento. Nas sentenças analisadas, as pessoas envolvidas são as mães, os pais, as avós paternas, os filhos e as filhas. Para tanto, primeiro busquei identificar como as/os juízas/es lidaram com as demandas de cada pessoa, qual o peso elas tiveram em sua decisão, e o que falaram sobre elas. Com base nisso, fiz análises iniciais sobre as relações de poder mantidas pela decisão.

4.2.1 Sentença um

A Sentença um envolveu as seguintes pessoas: i) mãe; ii) pai; iii) filhos.

4.2.1.1 Mãe

O juiz apresentou brevemente a inicial, seus pedidos e fundamentos. Por isso, foi possível identificar apenas que se tratava de ação cominatória, sendo uma delas de declaração de alienação parental, ajuizada pela mãe contra o genitor. De acordo com o juiz, a mãe alegou que o genitor praticou alienação parental, “tendo em vista momentos desagradáveis que os menores passaram com o genitor” (BRASIL, 2019a, p. 253).

O pai contestou o pedido e apresentou reconvenção. Então, a genitora apresentou contestação à reconvenção. O pai apresentou réplica. Dessa forma, consegui identificar como interesses da mãe a declaração de alienação parental por parte do pai e a não declaração de alienação por sua parte.

O juiz julgou a inicial improcedente e a reconvenção procedente. Portanto, entendeu que os atos do pai não configuraram alienação enquanto os atos da mãe, sim. A partir disso, advertiu a genitora para que cessasse com a conduta de alienação parental e aplicou multa no valor de dez mil reais a ser pago para o genitor.

O juiz iniciou sua fundamentação criticando o aporte técnico da genitora. Em suas palavras: “De início, manifesto novamente a minha preocupação com a falta de técnica e palavreado chulo usado pelo patrono da parte autora” (BRASIL, 2019a, p. 260–261). Segundo ele, as ações do advogado demonstraram a falta de preparo da parte técnica da genitora. Afirmou que o processo foi encaminhado com tamanho litigiosidade que a genitora e sua equipe técnica tiveram problemas “COM TODOS OS AUXILIARES DO JUÍZO” (BRASIL, 2019a, p. 261).

Como exemplo citou “a falta de preparo psicológico da autora demonstrado, de forma até cautelosa, pelas psicólogas. (BRASIL, 2019a, p. 261). Por fim, afirmou que o advogado deveria ser o primeiro a buscar a pacificação, mas sempre buscou a litigiosidade, utilizando o emocional como se fizesse parte da ação.

Em relação à alienação, o juiz afirmou em sua fundamentação:

Resta claro e incontestado que a autora influencia e somente fala “mal” de seu ex-conjuge aos menores.

Não somente aos menores, mas para qualquer das pessoas, conforme se observou dos trabalhos das auxiliares deste juízo. Salta aos olhos que a autora não superou o fato do fim do relacionamento e busca colocar os filhos contra o pai. (BRASIL, 2019a, p. 261).

Dessa forma, entendeu que os atos da mãe inquestionavelmente se enquadraram como alienação parental, o que não verificou sobre o genitor. Para justificar seu entendimento de que o pai não praticou alienação parental, primeiro o juiz comparou seu comportamento ao da mãe, valorando positivamente o primeiro e negativamente o segundo. Em suas palavras:

Observo que o genitor sempre compareceu aos autos buscando dar efetividade à solução pacífica do feito. Diferentemente da autora da ação que sempre buscou por meios litigiosos o fim do feito. O que ensejou dezenas de incidentes processuais. (BRASIL, 2019a, p. 261).

Utilizou essa afirmação como uma indicação de que a mãe não superou o fim do relacionamento e, por isso, buscou afastar o pai dos filhos.

Em seguida, apresentou trecho do laudo que identificou que o pai não incorreu em alienação parental e que os filhos pareciam sofrer influência da mãe. Nas palavras da/o técnica/o:

Diante do exposto, não verificamos indícios de que o genitor esteja praticando alienação parental em relação aos filhos. Entretanto, percebemos que, aparentemente, os filhos sofrem influência da mãe no que diz respeito ao contato e estabelecimento de vínculo com o genitor. (BRASIL, 2019a, p. 262).

Ao se referir à conduta da genitora e à classificação como alienação parental, o juiz utilizou expressões que intensificaram a certeza da sua conclusão. As palavras como “claro”, “incontestável” e a expressão “saltou aos olhos” reforçaram que sua conclusão era uma verdade óbvia e inquestionável. Segundo ele, a obviedade da alienação parental na conduta da mãe era tamanha que qualquer pessoa, mesmo não sendo especialista, conseguiria identificá-la. Em suas palavras: “não precisava ser especialista para analisar tal caso, visto que salto aos olhos, principalmente pela forma de condução de todo esse processo” (BRASIL, 2019a, p. 262).

O juiz juntou também trecho do laudo:

Em um primeiro momento, o adolescente, na frente das técnicas, aceitou a proposta de encontro com o genitor, mediado pelas profissionais. **Posteriormente, recusou a entrevista em conjunto, sem justificar a mudança de atitude.** Entendemos que a pouca convivência com o genitor não guardião favorece ao distanciamento afetivo, com grande prejuízo emocional dos filhos que ficam divididos entre os afetos dirigidos aos genitores. **A separação do casal, embora tenha ocorrido há [quantidade] anos, aparentemente, ainda não foi elaborada pelos filhos, que sofrem com a animosidade existente entre os pais. O comportamento dos filhos pós separação sugere uma aliança com a genitora na tentativa de compensá-la pelo fim do casamento proposto pelo genitor.** (...) (BRASIL, 2019a, p. 262–263).

A partir do laudo, especialmente das partes que grifou, o juiz concluiu que a genitora manipulou os filhos contra o pai. Em suas palavras:

Novamente o que se vê é a tentativa da genitora em influenciar os filhos contra o pai. (...) A própria autora em pouco tempo junto com as auxiliares começou a dizer diversos despautérios sem o mínimo de comprovação (...).
Com a devida vênia, uma pessoa que a autora “pinta” quase com ares de psicopatia não teria o condão de ter uma convivência com ela durante mais de 18 anos.
Novamente, o que parece é que a autora não conseguiu superar o fim do relacionamento e busca influenciar os filhos a imputar a culpa do fracasso do relacionamento no ex-cônjuge. (BRASIL, 2019a, p. 263–264).

Entretanto, o juiz não demonstrou a relação direta entre as verificações dos trechos destacados com as ações da genitora. De acordo com o laudo, inicialmente o adolescente aceitou encontrar o genitor sob supervisão das técnicas, mas depois ele recusou o encontro e não justificou sua atitude. O laudo não vinculou esse comportamento à possível manipulação pela mãe. Pelo contrário, de acordo com o laudo, a pouca convivência com o genitor intensificou seu distanciamento afetivo dos filhos. Além disso, as técnicas observaram que a separação não foi elaborada pelos filhos e que depois disso, criaram uma aliança com a genitora para compensá-la pelo fim do casamento.

De acordo com Brito (2007), o divórcio tem impactos complexos e diferentes para os filhos e o apoio às famílias contemporâneas precisa reconhecê-los. Uma das situações que a autora buscou analisar em seu artigo foi o que chamou de “alianças com o guardião”. Brito citou Gonzalez, Cabarga e Valverde (1994, apud BRITO, 2007) ao afirmar que:

em situações de separação conjugal com litígio, os filhos podem estabelecer alianças com um dos genitores, desenvolvendo uma forte vinculação preferencialmente com o guardião, a quem percebem de maneira mais positiva - independentemente do sexo deste. (BRITO, 2007, p. 41).

Dessa forma, a criação de alianças com a/o genitora/or não é consequência direta de supostos atos alienadores da mãe. Ela é uma entre diversas possibilidades de impactos do divórcio sobre as/os filhas/os. Entretanto, como já apontado, o juiz associou os trechos destacados a um comportamento de manipulação pela mãe e não demonstrou a relação direta entre eles.

Além disso, o juiz fez julgamento moral da genitora e de suas condutas. Ele intensificou a reprovação às afirmações da genitora sobre o genitor e disse que, se o genitor fosse como ela afirmava, ela não teria vivido com ele por todos os anos que viveu. A partir disso e do que já havia dito sobre a avaliação psicológica da genitora, o juiz descredibilizou suas denúncias, as assumiu como absurdas e as construiu como mentiras.

Para legitimar sua compreensão de que a mãe praticou alienação, o juiz citou o artigo 2º da Lei 12.318/2010²⁷ e o conceito de SAP por Maria Berenice Dias:

(...) o filho é usado como instrumento da agressividade é induzido a odiar o outro genitor. Trata-se de verdadeira campanha de desmoralização. A criança é induzida a afastar-se de quem ama e de quem também a ama. Isso gera contradição de sentimentos e destruição do vínculo entre ambos. Restando órfão do genitor alienado, acaba se identificando com o genitor patológico, passando a aceitar como verdadeiro, tudo que lhe é informado (...). É preciso ter presente que esta também é uma forma de abuso que põe em risco a saúde emocional e compromete o sadio desenvolvimento de uma criança. Ela acaba passando por uma crise de lealdade, o que gera um sentimento de culpa quando, na fase adulta, constatar que foi cúmplice de uma grande injustiça. (DIAS, 2007, p. 409, apud BRASIL, 2019a, p. 264–265).

Em seguida afirmou que, diante dos conceitos apresentados, a alienação parental se deu pela mãe, mas não pelo pai.

Quanto às medidas adotadas após a verificação da alienação, o juiz citou o artigo 6º da Lei 12.318/2010 e entendeu que eram cabíveis a aplicação dos incisos I e III, ou seja, declarar a alienação e advertir e estipular multa à alienadora. No caso, condenou a genitora ao pagamento de multa no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) em favor do genitor. Disse que a inversão da guarda era uma das possibilidades de penalidade, mas, diante na resistência dos filhos em ter contato com o genitor, entendeu que era melhor não aplicá-la.

Ante todo o exposto, identifiquei que o juiz enxergou a genitora sob um estereótipo, estabelecendo suas afirmações como falsas ou como exageradas. Além disso, associou os problemas que o divórcio gerou nos filhos à conduta da mãe, porém não demonstrou sua relação direta. Por fim, ao decidir, o juiz adotou como medida, além da própria declaração de alienação acompanhada da sua advertência, a imposição de multa, medida de caráter punitivo. Segundo ele, não optou pela inversão da guarda porque os filhos tinham resistência ao pai, porém, ele poderia ter tomado outras medidas que ampliassem o contato entre o genitor e os filhos, mas não o fez.

4.2.1.2 Pai

Após citado, o genitor apresentou contestação e reconvenção.

A genitora apresentou contestação à reconvenção.

Sobre a reconvenção foi possível identificar apenas que o pai pediu a declaração de alienação por parte da mãe.

27 “Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.” (BRASIL, 2010).

Na decisão, o juiz julgou a ação principal improcedente e a reconvenção procedente. A partir disso, declarou que os atos da genitora se configuraram como alienação parental, advertiu para que interrompesse seus atos e aplicou multa no valor de R\$ 10.000,00 - dez mil reais em favor do genitor.

No início de sua fundamentação o juiz fez uma comparação valorativa entre o comportamento do pai e da mãe, estabelecendo uma hierarquia entre elas. Ele usou essa comparação para justificar sua afirmação de que “Salta aos olhos que a autora não superou o fato do fim do relacionamento e busca colocar os filhos contra o pai.” (BRASIL, 2019a, p. 261). Em suas palavras:

Observo que o genitor sempre compareceu aos autos buscando dar efetividade à solução pacífica do feito. Diferentemente da autora da ação que sempre buscou por meios litigiosos o fim do feito. O que ensejou dezenas de incidentes processuais. (BRASIL, 2019a, p. 261).

Em seguida, ele juntou trecho de laudo onde as/os técnicas/os não encontraram indícios de que o genitor praticou alienação parental, mas perceberam que o filho sofria alguma influência da mãe em relação ao vínculo com o genitor. O juiz comentou o laudo apenas sobre a mãe.

Também, ele juntou trecho de outro laudo que também continha informações sobre o genitor. De acordo com o laudo:

O requerido deseja ampliar a convivência com os meninos, de forma a estreitar os laços filiais, tão necessários no desenvolvimento psicossocial dos filhos e nega veementemente que seja capaz de expô-los a riscos.
(...) Entendemos que a pouca convivência com o genitor não guardião favorece ao distanciamento afetivo, com grande prejuízo emocional dos filhos que ficam divididos entre os afetos dirigidos aos genitores. **A separação do casal, embora tenha ocorrido há [quantidade] anos, aparentemente, ainda não foi elaborada pelos filhos, que sofrem com a animosidade existente entre os pais. O comportamento dos filhos pós separação sugere uma aliança com a genitora na tentativa de compensá-la pelo fim do casamento proposto pelo genitor.** Diante do exposto, neste momento, não identificamos no requerido dados que o impossibilite de exercer os cuidados com os filhos durante as visitas, bem como não identificamos nos discursos dos meninos indícios de que o pai desqualifique a genitora. (BRASIL, 2019a, p. 262–263).

O juiz não comentou as informações do laudo sobre o pai. Ainda assim, o considere para a análise porque o juiz selecionou esse trecho e o utilizou na fundamentação da sua decisão. Assim, a percepção trazida pelo laudo reforçou o argumento do juiz de que a mãe manipulava os filhos. De acordo com o documento, o genitor desejava se aproximar dos filhos e isso faria muito bem a eles. Ele afirmou que jamais faria mal aos filhos. Essa ideia associada ao sofrimento das crianças reafirmou a mãe como culpada.

Em relação às medidas adotadas, ele entendeu que eram cabíveis os incisos I e III, por isso, declarou a alienação parental por parte da mãe e a advertiu. Além disso, estabeleceu multa de R\$10.000,00 (dez em favor mil reais) em favor do genitor.

Por fim, de acordo com um dos laudos juntados pelo juiz, o requerido desejava estreitar seus laços com os filhos e se aproximar deles. Porém, o juiz entendeu quanto à guarda apenas que a inversão era uma das possibilidades de penalidade, mas, diante da resistência dos filhos em ter contato com o genitor, era melhor não aplicá-la. Assim, ele não aplicou nenhuma medida que pudesse gerar a aproximação entre o pai e os filhos. Suas medidas foram centradas na punição da genitora.

4.2.1.3 Filhos

De acordo com o laudo juntado pelo juiz na decisão, os filhos eram uma criança e um adolescente, ambos do sexo masculino. Os analisei juntos, porque o juiz se referiu a eles apenas em conjunto, tendo apenas o laudo apresentado suas demandas separadas. Nesse sentido, o laudo juntado pelo juiz apresentou:

O adolescente confirmou que quer visitas ao pai sem pernoites e a criança verbalizou que, caso o irmão aceite a modalidade de visita com pernoites, ele o acompanharia. (...) O adolescente pareceu-nos em sofrimento emocional com a lide entre os genitores. Ao mesmo tempo em que se queixa da ausência paterna, demonstra seu desejo em reaproximar-se do genitor (...). Em um primeiro momento, o adolescente, na frente das técnicas, aceitou a proposta de encontro com o genitor, mediado pelas profissionais. **Posteriormente, recusou a entrevista em conjunto, sem justificar a mudança de atitude.** Entendemos que a pouca convivência com o genitor não guardião favorece ao distanciamento afetivo, com grande prejuízo emocional dos filhos que ficam divididos entre os afetos dirigidos aos genitores. **A separação do casal, embora tenha ocorrido há [quantidade] anos, aparentemente, ainda não foi elaborada pelos filhos, que sofrem com a animosidade existente entre os pais. O comportamento dos filhos pós separação sugere uma aliança com a genitora na tentativa de compensá-la pelo fim do casamento proposto pelo genitor.** Diante do exposto, neste momento, não identificamos no requerido dados que o impossibilite de exercer os cuidados com os filhos durante as visitas, bem como não identificamos nos discursos dos meninos indícios de que o pai desqualifique a genitora. (BRASIL, 2019a, p. 262–263).

Dessa forma, não foi possível identificar exatamente qual a demanda dos filhos.

Sobre eles, o juiz afirmou ao longo da decisão que a genitora praticou alienação parental, porque buscou influenciar os filhos para se afastar do genitor. Porém, ele não demonstrou a relação direta do afastamento dos 2019, p. 262–263).filhos com o comportamento da mãe. De acordo com o laudo, trazido acima, a pouca convivência com o genitor favoreceu o distanciamento afetivo.

Ainda assim, o juiz decidiu que apenas os atos da mãe se caracterizaram como alienação parental. A partir disso, declarou alienação pela genitora e a advertiu e estabeleceu multa no valor de R\$10.000,00 (dez em favor mil reais) em favor do genitor.

Em relação à guarda, disse apenas que não cabia a inversão porque os filhos se mostraram resistentes em conviver com o pai. Entretanto, a inversão não era a única possibilidade de alteração do regime de guarda que poderia ampliar o contato entre pai e filho, mas não o fez, voltando-se apenas para a punição da genitora.

Por fim, ressalto que o juiz não fez menção ao ECA.

4.2.2 Sentença dois

A Sentença dois envolveu as seguintes pessoas: i) mãe; ii) avó paterna; iii) pai e; iv) filho.

4.2.2.1 Mãe

A genitora ajuizou ação declaratória de alienação cominada com pedido de antecipação de tutela contra o genitor e a avó paterna de seu filho. Pediu a suspensão das visitas, a declaração da prática de alienação parental pelo pai e pela avó e a imposição de medidas que impedissem a prática de atos prejudiciais ao adolescente. Para isso, afirmou que o requerido a desqualificava com a intenção de romper os laços entre mãe e filho e que sua mãe o auxiliava. Afirmou ainda que, devido às condutas do pai e da avó, o adolescente apresentava crises nervosas de choro e tinha se tornado mais agressivo e rebelde.

O pai e a avó paterna reconvieram e pediram a imposição de medidas punitivas pela prática de alienação parental por parte da genitora que, segundo eles, impedia sua convivência saudável com o adolescente.

Na decisão, a juíza julgou a ação principal parcialmente procedente, porque entendeu que a conduta da avó não configurou alienação parental, apenas a do pai. Por isso: i) declarou a prática de alienação por parte do genitor; ii) determinou que o genitor fizesse acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial; e iii) suspendeu o direito de visitas do genitor ao adolescente e condicionou seu restabelecimento ao acompanhamento psicológico do requerido por, no mínimo seis meses, e à constatação de uma “atmosfera saudável e segura” para a restauração dos vínculos entre “a criança e seu pai”.

A juíza iniciou a fundamentação apresentando os conceitos de SAP e de Alienação Parental segundo o art. 2º da Lei 12.318/2010. Sobre o conceito de SAP, ela não mencionou autor/a, mas juntou a seguinte definição:

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio que ocorre habitualmente no âmbito das disputas pela guarda do filho ou no curso de separações contenciosas, onde os adultos centram suas atenções em seus próprios interesses e nem sempre tem a sua atenção voltada para o interesse da prole. (BRASIL, 2019b, p. 635).

Também, ela associou esse conceito de SAP ao laudo psicossocial que afirmou que a mãe e o pai tinham conflitos conjugais que dificultavam a convivência e a reaproximação entre pai e filho, não apenas a conduta de um. Segundo o laudo psicossocial:

Percebe-se a cronificação das dinâmicas relacionais. A corresponsabilidade de ambos os genitores pela situação vivenciada e inadequações na comunicação parental, promovendo e reeditando conflitos, são fatores que aparecerem, em especial, quando abordado indícios de violência física. (...)

Preocupa-nos a situação de [adolescente] que está há anos no meio de batalhas entre os genitores, os quais parecem mais preocupados em vencê-las do que com o bem estar do filho. (...)

Sobre os genitores, é importante apontar que durante as entrevistas ambos se colocaram como vítimas (BRASIL, 2019b, p. 637).

Ambos genitores fizeram acusações ao outro, mas elas não foram consideradas na sentença. Ao iniciar a fundamentação a juíza afirmou: “Frise-se, que tal conclusão se dá à margem de qualquer discussão a respeito da suposta agressão perpetrada pelo requerido contra o filho.” (BRASIL, 2019b, p. 636).

Porém, o conflito entre as partes não comprovou por si só a alienação: de acordo com a juíza apenas a conduta do genitor teve a “nítida intenção de vulnerar a convivência materna com o filho ou prejudicar a imagem da genitora” (BRASIL, 2019b, p. 638). Ela aliou essa percepção ao conceito de Alienação Parental para a Lei 12.318/2010. A juíza utilizou como prova a transcrição de um áudio registrado pelo adolescente onde o genitor disse que a mãe era louca e que iria se casar por dinheiro. A transcrição embasou a afirmação da juíza de que os atos de alienação praticados pelo requerido foram indubitáveis.

Já quanto à conduta da genitora, a juíza concluiu que, embora os atos supostamente perpetrados por ela pudessem ser classificados como alienação parental, eles não foram suficientemente demonstrados, especialmente quanto à sua intenção de rompimento dos laços afetivos. Também, suspendeu o direito de visitas do pai por seis meses, em que levou em conta

apenas a relação entre pai e filho. Ainda assim, cabe considerar que a decisão de suspensão estava, até certo ponto, em conformidade com o pedido da mãe. Porém, a juíza possibilitou a restauração das visitas após seis meses de forma condicionada.

4.2.2.2 Avó paterna

A avó paterna também foi acusada de alienação parental pela mãe e, junto com o genitor, contestou a inicial e apresentou reconvenção afirmando que a genitora impedia sua convivência saudável com o adolescente. A partir disso, pugnou pela imposição de medidas punitivas pela prática de alienação por parte da genitora. Quanto a essas acusações, a juíza não reconheceu a prática de alienação por parte da avó e julgou improcedente a reconvenção.

Também, como apresentado acima, a juíza afirmou que os conflitos conjugais entre os genitores afetaram o adolescente, mas não considerou que este foi um fator determinante para caracterizar a alienação parental. Já sobre a avó, ela afirmou que as supostas condutas de alienação, assim como sua intenção de afastar mãe e filho, não foram suficientemente demonstradas. Assim, ressaltou que a avó foi pouco mencionada no processo.

4.2.2.3 Pai

Quanto ao pai, ele e a avó paterna foram citados e apresentaram contestação, onde negaram a prática de atos de alienação. Apresentaram, também, reconvenção pedindo que fossem impostas medidas punitivas pelos atos de alienação praticados pela mãe. Ambos afirmaram que a mãe impedia a convivência saudável entre eles e o adolescente.

Assim, a juíza julgou a inicial parcialmente procedente e a reconvenção improcedente. Declarou a prática de alienação pelo genitor, determinou que ele fizesse acompanhamento psicológico por seis meses, no mínimo, e que as visitas pudessem ser restabelecidas após esse tempo, se constatada “uma atmosfera saudável e segura para o reestabelecimento dos vínculos entre a criança e seu pai, que deverá ser provado mediante laudo psicológico” (BRASIL, 2019b, p. 640).

Ela iniciou a fundamentação com o conceito de SAP apresentado acima e o conceito de AP da LAP. Ela não referenciou autor/a ao falar sobre SAP, mas a descreveu da seguinte forma:

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio que ocorre habitualmente no âmbito das disputas pela guarda do filho ou no curso de separações contenciosas, onde os adultos centram suas atenções em seus próprios interesses e nem sempre têm a sua atenção voltada para o interesse da prole. (BRASIL, 2019b, p. 635).

Então, associou esse conceito de SAP ao laudo psicossocial que afirmou que a mãe e o pai tinham conflitos após o divórcio que dificultavam o relacionamento entre pai e filho, não apenas a conduta de um. De acordo com o laudo psicossocial, houve uma cronificação das dinâmicas relacionais e ambos se colocaram como vítimas. As acusações da genitora e do genitor não foram consideradas para a decisão. Ao iniciar a fundamentação, a juíza afirmou que a conclusão se deu à margem da “suposta agressão” do pai contra o filho.

Ainda assim, ela entendeu que a alienação só foi demonstrada em relação ao genitor, pois apenas a conduta dele teve a “nítida intenção de vulnerar a convivência materna com o filho ou prejudicar a imagem da genitora” (BRASIL, 2019b, p. 638). Como prova, juntou nos autos a transcrição de áudio gravado pelo adolescente, onde o genitor, nas palavras da juíza, “(...) denigre sem qualquer freio e de maneira reprovável a figura materna em dizeres e relatos proferidos ao filho (...)” (BRASIL, 2019b, p. 638). A partir disso, a juíza concluiu que os atos de alienação parental por parte do pai foram indubitáveis.

Já sobre a genitora e a avó, a juíza entendeu que:

(...) ainda que se possa qualificar alguns dos mencionados atos supostamente perpetrados pela autora e pela requerida [avó] como de "alienação parental", tais não restaram suficientemente demonstrados, menos ainda de que foram intentados de forma voluntária, reiterada e direcionada à ruptura dos laços parentais. (BRASIL, 2019b, p. 638)

Com base no art. 6º da Lei 12.318/2010, a juíza aplicou os incisos I, II e IV²⁸. Com base no ECA, afirmou que deveria ser dada preferência às medidas que “visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, além de observados os princípios do interesse superior da criança, sua proteção integral e prioritária e a obrigatoriedade da informação” (BRASIL, 2019b, p. 639). A partir disso, afirmou que a decisão de suspensão das visitas deveria ser mantida, pois o adolescente foi incisivo ao dizer que não queria contato com o pai.

Como prova, juntou trecho do relato das técnicas do judiciário que realizaram as entrevistas com o adolescente. De acordo com elas, o adolescente disse que não queria ter contato com o genitor e com a família dele. Em uma das situações se emocionou ao falar sobre isso e em outra ficou nervoso.

Entretanto, em seguida, a juíza fez uma ressalva. Em suas palavras:

Não se olvida ser salutar que o infante tenha o direito de conviver com o genitor, indispensável ao total e saudável desenvolvimento do ser humano.

28 “I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador; II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado; IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial” (BRASIL, 2010).

A essencialidade do papel a ser desempenhado pela figura paterna no desenvolvimento físico e psicológico de uma criança é inquestionável. Todavia, esse papel deve ser harmonizado em benefício do maior interesse da criança, como forma de preservar a integridade física e emocional do menor. (BRASIL, 2019b, p. 640).

Então, ela afirma que não se esquece ser bom que o menino tenha o direito de conviver com o genitor, pois a convivência é indispensável para o desenvolvimento total e saudável. Com base nesse argumento, decidiu que as visitas deveriam ser reestabelecidas com a condição de que o genitor fizesse acompanhamento psicológico por, no mínimo, 6 meses, quando deveria ser comprovada que há “uma atmosfera saudável e segura”(BRASIL, 2019b, p. 640).

Portanto, ao decidir pela suspensão do direito de visitas do genitor e possibilitar seu restabelecimento após seis meses com condições, a juíza reafirmou a posição do pai na vida do adolescente e decidiu o que seria melhor para o adolescente a partir disso. Para ela, a figura paterna seria essencial para o desenvolvimento físico e psicológico de uma criança.

Como demonstrei a seguir, a magistrada entendeu o direito do pai às visitas como um direito do adolescente à convivência familiar. Ainda assim, orientou o futuro da relação entre pai e filho para uma possível reaproximação, mesmo sendo contra a vontade do adolescente.

4.2.2.4 Filho

Pude identificar a demanda do adolescente pelos trechos anexados, pela juíza, das três entrevistas feitas pela psicóloga do juízo. De acordo com a psicóloga, o adolescente verbalizou que não queria contato com o genitor e com a família dele. Ao falar sobre isso o adolescente se emocionou e, em outro momento, ficou nervoso. Disse expressamente que não queria contato com o pai e que sua vida estava melhor sem o genitor.

Na decisão, a juíza suspendeu o direito de visitas do genitor e condicionou seu restabelecimento ao seu acompanhamento psicológico por pelo menos seis meses. Também, oficiou o Ministério Público para providenciar acompanhamento psicológico para o adolescente, garantindo, segundo ela, seu desenvolvimento psíquico-emocional e proporcionando o futuro estreitamento dos laços entre pai e filho.

Ao iniciar a fundamentação, a juíza afirmou que tanto a conduta da mãe e do pai com relação ao filho foram reprováveis. Para confirmar sua afirmação, juntou trecho do laudo psicossocial, que disse sobre o adolescente:

Sobre a história de [adolescente], adolescente em tela, é relevante apontar que ele já nasceu em um contexto de litígio entre os genitores e desde muito cedo teve que enfrentar situações de denúncias e acusações de um genitor em relação ao outro (...). É nítido que o adolescente apresenta repercussões emocionais importantes devido a estes conflitos. (...)

“Preocupa-nos a situação de [adolescente] que está há anos no meio de batalhas entre os genitores, os quais parecem mais preocupados em vencê-las do que com o bem estar do filho. (...)

Sobre os genitores, é importante apontar que durante as entrevistas ambos se colocaram como vítimas.” (BRASIL, 2019b, p. 636–637).

Em relação à acusação de agressão, a liminar foi concedida depois que a genitora a apresentou. Porém, na sentença a juíza afirmou que a discussão se deu à margem da suposta agressão do genitor contra o adolescente.

Assim, a juíza utilizou o laudo psicossocial para afirmar que os dois genitores tiveram condutas que prejudicaram o filho, mas apenas as condutas do pai foram suficientemente demonstradas como alienação parental, uma vez que ele teve, segundo ela, a nítida intenção de prejudicar a relação entre mãe e filho. Como prova, utilizou a transcrição do áudio que o adolescente gravou e reprovou o comportamento do genitor.

Para justificar sua decisão de suspensão das visitas do pai a juíza apresentou o ECA:

(...) o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que na adoção de medidas de proteção levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, além de serem observados os princípios do interesse superior da criança, sua proteção integral e prioritária e a obrigatoriedade da informação (art. 100, II, IV). (BRASIL, 2019b, p. 639).

Assim, afirmou que a decisão de suspensão dos direitos de visita do genitor deveria ser mantida, porém, em seguida, declarou que a figura paterna era essencial para o desenvolvimento físico e psicológico do adolescente. Por isso, tomou a decisão de suspender o direito de visitas por seis meses para, em seguida, avaliar seu restabelecimento.

Ao tratar da convivência com o genitor, a juíza a utilizou como um direito do adolescente, portanto não pareceu sobrepor o direito do pai à vontade do filho. Ainda assim, ela impôs sua percepção do que seria o melhor para o adolescente, que seria a restauração das visitas do pai e a aproximação entre pai e filho.

Também, oficiou o Ministério Público para submeter o adolescente ao acompanhamento psicológico devido aos atos de alienação praticados pelo réu e para “proporcionar o futuro restabelecimento e estreitamento dos laços afetivos com o genitor”. Portanto, direcionou o futuro da relação entre eles de forma contrária à manifestação expressa do adolescente, a partir da valorização da figura paterna.

4.2.3 Sentença três

A Sentença três envolveu as seguintes pessoas:: i) mãe; ii) pai; iii) filha e filho. Optei por colocar filha e filho no mesmo tópico, porque a juíza trata das suas demandas e se refere a ela e ele em conjunto.

4.2.3.1 Mãe

A genitora ajuizou ação declaratória de alienação parental cominada com regulamentação do direito de visitas contra o genitor. Afirmou que após a fixação da guarda em seu favor, o genitor passou a proferir comentários falsos para prejudicar sua relação com os filhos. Por isso, pediu a declaração da alienação e a regulamentação das visitas.

A juíza julgou os pedidos da mãe procedentes. A partir disso, declarou a prática de alienação parental pelo pai, o advertiu para cessar com as condutas alienadoras e fixou as visitas do pai assistidas pela genitora ou por outra pessoa indicada por ela.

Em sua fundamentação, afirmou que os atos do genitor se caracterizam como alienação parental. Para comprovar sua afirmação, juntou trechos do laudo psicológico, do laudo da assistência social e dos relatos das técnicas que demonstraram que o genitor causou prejuízos emocionais aos filhos.

No primeiro laudo, a psicóloga afirmou que tanto a menina quanto o adolescente, mas principalmente o adolescente, precisavam de acompanhamento psicológico. No segundo laudo, a assistente social também identificou que o adolescente precisava de acompanhamento psicológico, o que corroborou o laudo da psicóloga. Segundo a assistente, o adolescente precisava de acompanhamento para auxiliá-lo a enfrentar a situação familiar pela qual estava passando. Não foi possível identificar no que consistia, exatamente, a situação familiar levantada pela assistente social.

Além disso, a juíza juntou na decisão trecho dos relatos das técnicas em que, nas palavras da juíza, “confirmaram que os menores não pretendem encontrar o pai e que possuem medo da sua presença” (BRASIL, 2019c, p. 148). Nos trechos juntados, tanto a menina quanto o adolescente afirmaram que não queriam contato com o pai.

O relato das técnicas sobre a menina permitiu enxergar a conduta do pai com os filhos em relação à genitora. De acordo com a menina, o pai falava para ela, quando a visitava, que sua mãe

era louca (BRASIL, 2019c, p. 148). Após juntar o relato, a juíza afirmou: “Portanto, além de recomendável a fixação das visitas de maneira restritiva, restou bem caracterizado o ato de alienação parental” (BRASIL, 2019c, p. 148).

Apenas pela sentença não consegui identificar como a juíza dialogou com as demandas da mãe.

4.2.3.2 *Pai*

O genitor foi réu no processo. Após ter sido citado, ele não apresentou contestação e seu prazo transcorreu sem sua manifestação, por isso, não foi possível identificar a existência de uma demanda específica que fosse além da sua posição no processo como réu. A genitora pediu a declaração da alienação parental e a regulamentação do direito de visitas. O genitor figurou como parte oposta no processo, conseqüentemente, inferi que sua demanda consistiu em, pelo menos, não ter a declaração de configuração da alienação parental. Não identifiquei sua demanda em relação aos filhos.

A decisão da juíza foi contra os interesses do pai, ao menos em parte. Isso porque, como dito antes, a juíza declarou que os pedidos da mãe na inicial foram procedentes. A partir disso, declarou a prática de alienação e advertiu o pai. Por outro lado, fixou suas visitas de forma restrita, devendo ser assistidas pela mãe ou outra pessoa que ela indicar, por uma hora e mediante ajuste prévio de horário. Como não consegui identificar as demandas do pai sobre a convivência com os filhos, não pude verificar se a decisão da juíza atendeu diretamente aos seus interesses em relação ao contato com eles. Ainda assim, ao analisar a posição de ambos (os filhos) no processo, verifiquei que a manutenção das visitas foi contra seus interesses e, de certa forma, foi favorável ao pai.

A juíza enquadrou os fatos na norma a partir do conceito de alienação do art. 2º da Lei 12.318/2010 e do conceito de SAP para Maria Berenice Dias, sendo ele:

(...) o filho é usado como instrumento da agressividade é induzido a odiar o outro genitor. Trata-se de verdadeira campanha de desmoralização. A criança é induzida a afastar-se de quem ama e de quem também a ama. Isso gera contradição de sentimentos e destruição do vínculo entre ambos. Restando órfão do genitor alienado, acaba se identificando com o genitor patológico, passando a aceitar como verdadeiro, tudo que lhe é informado (...). É preciso ter presente que esta também é uma forma de abuso que põe em risco a saúde emocional e compromete o sadio desenvolvimento de uma criança. Ela acaba passando por uma crise de lealdade, o que gera um sentimento de culpa quando, na fase adulta, constatar que foi cúmplice de uma grande injustiça. (DIAS, 2007, p.409, apud BRASIL, 2019c, p. 147).

Com base em ambos os conceitos, a juíza afirmou que os atos do pai caracterizaram alienação parental. Em relação à medida que adotou, disse que a melhor decisão era a regulamentação das visitas de forma restrita, porque atendia ao melhor interesse das crianças. A partir disso, afirmou: “Isso porque há grande complexidade nas relações familiares atualmente, não se conformando o réu com o término do relacionamento e atingindo a prole de maneira a causar considerável prejuízo emocional conforme constatado nos estudos realizados” (BRASIL, 2019c, p. 147).

Assim, a juíza entendeu que a alienação ficou demonstrada e que as visitas de forma restrita foram a melhor decisão, com base, especialmente, nos laudos que juntou, sendo eles o laudo da psicóloga, o laudo da assistente social e os relatos das técnicas.

A psicóloga identificou que tanto a menina quanto o adolescente precisavam de acompanhamento psicológico, principalmente o adolescente. Em relação à menina, sugeriu seu encaminhamento para tratamento futuramente, uma vez que apresentou resistência à ideia de trabalhar as questões do ponto de vista terapêutico.

A assistente social também indicou que o adolescente fizesse acompanhamento profissional. Em suas palavras:

Observamos que [o adolescente] necessitando de apoio profissional para auxiliá-lo a enfrentar a situação familiar por que está passando. A psicóloga judiciária está o avaliando na questão emocional e estará orientando a mãe no sentido de encaminhamentos para tratamento. (BRASIL, 2019c, p. 148).

A juíza juntou o relato das técnicas aos laudos. Nos relatos, tanto a criança quanto o adolescente manifestaram que não gostariam de encontrar o pai e que tinham medo de ficar em sua presença. Além disso, a afirmação da menina para as técnicas permitiu identificar que o pai falava mal da genitora para a filha. Porém, esse foi o único trecho em que a juíza tratou do comportamento do pai em relação à genitora. No geral, sua decisão foi voltada para os danos emocionais que o pai causou nos filhos. Ainda assim, optou pela manutenção do direito de visitas.

Diante do quadro que apresentou, a magistrada aplicou as “penalidades” dos incisos I e IV do art. 6º da Lei 12.318/2010, que correspondem, respectivamente, à declaração da alienação parental acompanhada da advertência e à determinação de acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial. Além disso, fixou a guarda aos sábados alternados e condicionou as visitas do genitor à presença da mãe ou de outra pessoa indicada por ela.

4.2.3.3 *Filha e filho*

A filha é criança, o filho adolescente. Em trecho do relato das técnicas do judiciário, anexado pela juíza na decisão, constou que tanto a criança quanto o adolescente não gostariam de ter contato com o pai.

A partir disso, entendo que as demandas da criança e do adolescente consistiram em não querer ver o pai e não ter contato com ele. Segundo a juíza: “Os relatos das técnicas ainda confirmaram que os menores não pretendem encontrar o pai e que possuem medo da sua presença”(BRASIL, 2019c, p. 148). Entretanto, a juíza estabeleceu um regime de visitas para o pai, ainda que de forma restrita. Ao tratar da providência que deveria ser tomada, afirmou que “a regulamentação judicial da visita de forma restritiva é mesmo a providência que melhor atende ao superior interesse das crianças” (BRASIL, 2019c, p. 147).

A juíza entendeu que a alienação parental foi demonstrada especialmente pelo danos que o genitor causou nos filhos, o que foi apontado pelos laudos psicológico e social e pelos relatos das técnicas do juízo. Ainda, os relatos fundamentaram sua decisão de fixação das visitas de maneira restritiva.

No laudo psicológico, a psicóloga sugeriu que a menina fizesse acompanhamento terapêutico, mas em outro momento, pois ela ainda se sentia envergonhada para trabalhar suas questões na terapia e forçá-la poderia agravar a situação. Além disso, encaminhou o adolescente para avaliação médica e psicológica com urgência após ter identificado, a partir das suas queixas, que ele precisava de tratamento ainda mais que sua irmã.

O laudo da assistente social corroborou o laudo da psicóloga. A assistente afirmou que observaram que o adolescente precisava de acompanhamento profissional para ajudá-lo a enfrentar sua situação familiar. Não foi possível identificar na decisão no que consistiu, exatamente, a situação familiar. Ainda assim, o foco aqui foi o sofrimento do menino.

Em seguida, a juíza juntou os relatos das técnicas, trazidos no início desta análise, onde a menina e o adolescente afirmaram que não pretendiam encontrar o pai e que tinham medo da sua presença. A partir dos relatos, a juíza justificou a fixação das visitas de forma restrita.

Ante todo o exposto, a juíza entendeu que o melhor interesse das crianças era a fixação das visitas de forma restrita, devendo ser assistida pela mãe. Não foi possível identificar o motivo que a levou a fixar as visitas, porém sua decisão por si só nos aponta para algo importante.

Durante sua fundamentação a juíza mencionou mais de uma vez o melhor interesse das crianças e o utilizou para justificar a medida adotada. Dessa forma, entendeu que o melhor interesse

das crianças era um regime de visitas restrito, já que elas não queriam contato com o pai. Porém, em nenhum momento a juíza pareceu questionar a própria fixação das visitas.

4.2.4 Sentença quatro

A Sentença quatro envolveu as seguintes pessoas: i) mãe; ii) avó paterna e; iii) filha.

4.2.4.1 Mãe

A genitora ajuizou ação declaratória de alienação parental contra a avó paterna da filha, que tinha sete anos à época. Afirmou que, em processo anterior, celebraram um acordo para regulamentar as visitas da avó e que, depois disso, a avó passou a fazer denúncias falsas de maus tratos e “campanha de desqualificação da sua conduta”. Dessa forma, a genitora pediu o reconhecimento da prática de alienação, a advertência da avó e a suspensão das visitas. Também, pediu tutela de urgência para a suspensão imediata das visitas da avó.

A juíza deferiu o pedido de tutela de urgência e suspendeu as visitas da avó paterna.

Em momento posterior, quando a avó solicitou o restabelecimento das visitas, a mãe pediu a rejeição do pedido. Disse que a avó continuava criando conflitos e que a menina demonstrava um bom comportamento desde que houve a suspensão das visitas.

A juíza rejeitou o pedido da avó paterna de revogação da tutela de urgência. Na sentença, julgou o pedido da mãe procedente e suprimiu o direito de visitas da avó à criança.

Para fundamentar a decisão de que a avó praticou alienação parental, a juíza se baseou em relatório do Conselho Tutelar, em mensagens trocadas pela genitora e pela avó por *whatsapp* e no parecer da promotora de Justiça.

O relatório do Conselho Tutelar foi realizado nos autos de ação de guarda onde a avó paterna pediu a guarda da neta alegando que a genitora usava entorpecentes e que a neta sofria maus tratos da mãe. De acordo com o relatório, o Conselho Tutelar não identificou indícios de maus tratos da genitora contra a filha e nem que a genitora fosse usuária de drogas. Ainda, o relatório apontou para um indício de alienação parental por parte da avó paterna. Segundo o Conselho Tutelar, a menina contou, espontaneamente, que a avó lhe disse que sua mãe seria presa.

Ao analisar as mensagens trocadas por *whatsapp* entre a genitora e a avó paterna, a juíza concluiu que a avó fez diversas críticas e ameaças à genitora, inclusive perante a criança. A partir disso, a juíza entendeu que os atos da avó se configuraram em “uma verdadeira campanha de

desqualificação da conduta da genitora” (BRASIL, 2019d, p. 311), constituindo-se em alienação parental nos moldes do inciso I do art. 2º da Lei 12.318/2010.

A juíza juntou também o parecer da promotora de Justiça, no qual ela afirmou que a genitora se sentiu acuada pela avó na ação de guarda e lembrou o momento em que a genitora quase entregou a guarda da menina para a avó, sendo impedida pelo juízo que entendeu que ela não estava em condições de fazê-lo. A partir disso a juíza afirmou:

Todos estes elementos indicam que a avó paterna não respeita a autora na sua condição de genitora, que não consegue exercer com a segurança e a serenidade necessárias a sua maternagem. Ademais, a constante prática de alienação pode prejudicar a formação psicológica da menor. (BRASIL, 2019d, p. 311).

Portanto, entendeu que a maternagem deveria ser exercida com segurança e serenidade e, ao mesmo tempo, reafirmou a autoridade da mãe sobre a criança e a posição da avó, que pareceu ser suplementar a da mãe.

Ao decidir sobre a supressão do direito de visita da avó, a juíza entendeu que ela ainda praticava a alienação e que seus atos prejudicavam a menina. Para isso, juntou laudo social que concluiu pela alegação falsa, por parte da avó, de que a menina estaria sofrendo maus tratos pela mãe e que a mãe usava drogas. Juntou também trecho do laudo psicológico onde a avó realizou campanha de desqualificação da conduta da genitora para a menor diante das técnicas.

Por fim, ela juntou trecho do laudo em que a perita afirmou que as visitas deveriam ser realizadas na casa da genitora se houvesse colaboração e flexibilidade entre as partes. Porém, entendeu que a melhor medida era a supressão do direito de visitas da avó, porque a avó continuava praticando alienação e porque a genitora manifestou expressamente que não aceitaria as visitas da avó paterna.

Ante todo o exposto, verifiquei que a juíza considerou as demandas da mãe e dialogou com elas para proferir a decisão. Além disso, reforçou a autoridade da mãe sobre a criança em relação à avó paterna.

4.2.4.2 Avó Paterna

A avó paterna figurou como ré no processo. Após ter sido citada, ela contestou a inicial afirmando que não praticou alienação parental. Segundo ela, o que ocorreu foi que, depois de identificar que sua neta não estava sendo bem cuidada, teve divergências com a mãe. Disse que

tinha muito afeto pela menina e, por isso, pediu a revogação da tutela de urgência e a retomada das visitas.

Após a produção dos laudos periciais, a avó afirmou que desistiu da ação de guarda que movia contra a mãe e pediu o restabelecimento das visitas à neta. Sobre a ação de guarda, cabe mencionar que ela fundamentou seu pedido alegando que a mãe incorreu em maus tratos contra a neta e que era usuária de entorpecentes.

A juíza rejeitou o pedido de revogação da tutela de urgência e manteve a suspensão das visitas. Então, decidiu pela procedência do pedido da mãe e, a partir disso, declarou a alienação parental por parte da avó e suprimiu seu direito de visita.

Na fundamentação, a juíza afirmou que a jurisprudência reconhece o direito de visita pelos avós, mas não por ser um direito da avó e sim da criança. Porém, esse direito não deveria ser mantido quando a convivência fosse prejudicial à criança, o que, segundo a juíza, ocorreu no caso. Para fundamentar sua percepção, se baseou no laudo do Conselho Tutelar, nas mensagens trocadas entre a avó e a mãe por *whatsapp*, na ação de guarda movida pela avó contra a genitora, no laudo social e no laudo psicológico.

Na ação de guarda movida pela avó, o Conselho Tutelar fez uma visita domiciliar à casa da genitora e constatou que não havia sinais de que ela praticou maus tratos contra a filha e de que fosse usuária de drogas. Além disso, a criança relatou espontaneamente que a avó disse que sua mãe seria presa, configurando, segundo o Conselho Tutelar, um indício de alienação parental.

Quanto às mensagens trocadas por *whatsapp*, a juíza afirmou que elas demonstraram que a avó fez ameaças à genitora, o que indicou que ela realizou uma campanha de desqualificação da mãe para a criança, constituindo alienação parental nos termos do inciso I do artigo 2º da Lei 12.318/2010. Não fez menção à SAP.

Também, a magistrada destacou o posicionamento da promotora de Justiça, que lembrou que, no processo de disputa de guarda, a genitora demonstrou medo da avó e, por isso, quase assinou acordo onde cedia a guarda da filha para ela. O acordo não foi concluído porque o juízo percebeu que a genitora não estava em condições de assiná-lo naquele momento.

De acordo com a juíza, o laudo social concluiu que a avó praticou alienação parental porque alegou falsamente que a mãe utilizava drogas e maltratava a criança. No trecho juntado, constou que em nenhum momento o estudo atribuiu à requerida o uso de drogas ou a prática de maus tratos contra a menina.

Por fim, a juíza juntou trecho do laudo psicológico onde a avó, segundo ela, desqualificou a genitora para a criança na presença da psicóloga. No laudo a psicóloga afirmou que a avó paterna se afeiçoou à neta, suprimindo o pouco envolvimento do genitor. Porém, ela estabeleceu uma relação de rivalidade com a genitora, o que levou a diversos conflitos entre elas.

De acordo com a juíza, o laudo confirmou que a avó permanecia praticando alienação parental. A partir disso, ela afirmou sobre a avó:

Todos estes elementos indicam que a avó paterna não respeita a autora na sua condição de genitora, que não consegue exercer com a segurança e a serenidade necessárias a sua maternagem. Ademais, a constante prática de alienação parental pode prejudicar a formação psicológica da menor. (BRASIL, 2019d, p. 311).

Assim, entendeu que a avó praticou alienação parental nos termos da Lei 12.318/2010, artigo 2º, incisos I e VI – realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor e apresentar falsa denúncia contra o genitor.

Em relação às visitas, a psicóloga concluiu que elas só deveriam ser realizadas na casa da genitora e se houvesse colaboração entre as partes. Entretanto, como não havia colaboração e a mãe não aceitava as visitas da avó, a juíza suprimiu as visitas da avó à criança.

Ante todo o exposto, apresento algumas reflexões. Quanto à relação avó-neta, a juíza decidiu pela supressão do direito de visitas da avó por entender que seus atos prejudicavam a a criança e por entender que o direito de visitas da avó decorria do direito da criança à convivência familiar e comunitária. Portanto, a juíza não sobrepôs o direito da avó ao direito da criança.

Quanto à relação genitora-avó, a juíza estabeleceu lugares para a avó e para a mãe. Segundo a juíza, a avó deveria respeitar a genitora enquanto mãe da menina. Portanto, reforçou o poder da mãe sobre a criança e a ausência de poder pela avó sobre a menina.

Ademais, a juíza não pareceu ter considerado o argumento da avó de que era muito apegada à neta.

4.2.4.3 Filha

À época do processo a menina tinha sete anos. Ao longo da decisão não foi possível identificar se ela teve uma demanda própria, mas cabe ressaltar o que foi dito a seu respeito.

Como dito anteriormente, a juíza utilizou o ECA e afirmou que o direito de visitas da avó decorre do direito da criança em conviver com a família e com a comunidade. Esse direito não

poderia ser mantido caso a convivência fosse prejudicial à criança, o que, segundo a juíza, ocorreu no caso.

Então, ela entendeu que a avó incorreu em alienação parental por promover uma campanha de desqualificação contra a genitora, inclusive perante a menina, e por ter apresentado denúncia falsa de maus tratos e uso de drogas contra a genitora. A partir disso, a juíza afirmou que “a constante prática de alienação parental pode prejudicar a formação psicológica do menor” (BRASIL, 2019d, p. 311).

Por fim, para decidir quanto a supressão do direito de visita da avó, considerou o laudo psicológico, onde a técnica afirmou que as visitas deveriam ocorrer na casa da mãe para proporcionar um ambiente onde a criança pudesse se sentir acolhida e à vontade. Porém, como não havia colaboração entre as partes, decidiu pela supressão das visitas.

Na decisão, ainda que não tenha feito menção ao ECA ou ao melhor interesse da criança, a juíza suprimiu o direito de visitas da avó por entender que sua companhia prejudicava a neta. Em relação à supressão do direito de visitas da avó, a juíza decidiu de acordo com a manifestação da mãe.

4.2.5 Sentença cinco

A Sentença cinco envolveu as seguintes pessoas: i) mãe; ii) pai e; iii) filha.

4.2.5.1 Mãe

A genitora ajuizou ação declaratória de alienação parental com pedido de tutela provisória afirmando que a filha voltava para casa após visitar o pai com comportamento arreado e desrespeitoso.

Na decisão, o juiz julgou o pedido improcedente e condenou a genitora ao pagamento das custas e despesas processuais.

Antes de começar a analisar os fatos, o juiz afirmou, com base no art. 1.634, II, do Código Civil, que o direito de exercício do poder familiar só poderia ser negado diante da comprovação de que a companhia de um dos genitores prejudicava a criança. Juntou também conceito de SAP e de alienação parental do art. 2º da Lei 12.318/2010.

A partir desses conceitos, afirmou que as provas produzidas, principalmente a prova técnica, não corroboraram os argumentos da inicial. Isso porque o estudo psicossocial revelou que o genitor

tinha uma família estruturada e se identificava com as funções paternas. Assim, o juiz fundamentou sua decisão na relação entre pai e filha. Em relação a possíveis desmoralizações da genitora para a criança, afirmou apenas que o estudo psicológico identificou que a mãe e o pai não fomentaram o padrão de desqualificação da/o outra/o na frente da criança.

Dessa forma, ao focar minha atenção na mãe e em como o juiz a enxerga, percebi que ela apareceu pouco no processo. O juiz falou sobre a mãe apenas em um momento, quando tratou dos interesses da filha: “Ademais, o estudo psicológico realizado com a menor concluiu que a criança ‘encontra devidamente assistida em suas necessidades e possui seus direitos fundamentais garantidos em companhia da genitora’” (BRASIL, 2019e, p. 118). A partir disso, afirmou que a regulamentação das visitas atendia ao melhor interesse da criança.

Apenas com base na sentença, não consegui identificar se o juiz considerou as demandas da mãe para a sentença, por isso, não consegui chegar a uma conclusão sobre como o juiz a enxergou.

4.2.5.2 *Pai*

Após citado, o genitor não apresentou contestação. Em seguida, realizou laudo psicossocial e se manifestou nos autos. Com base nas informações que o juiz apresentou na sentença, não foi possível identificar se o genitor possuía alguma demanda específica. Entretanto, como figurou como réu no processo, aferi que sua demanda foi, ao menos, a não declaração de alienação parental.

Na decisão, o juiz declarou o pedido da inicial improcedente e, portanto, entendeu que o pai não incorreu em alienação parental.

Para analisar os fatos, o juiz selecionou duas normas e o conceito de SAP. Com base no artigo 1.634, II, do Código Civil²⁹, disse que ambos os pais, no exercício do poder familiar, tinham o direito de ter os filhos em sua companhia e guarda, direito que só poderia ser negado se comprovado que a companhia prejudicou a criança. Juntou o conceito de alienação parental do artigo 2º da Lei 12.318/2010 e um conceito de SAP sem referência a autor/a, o mesmo conceito juntado pela juíza na Sentença dois. Em suas palavras:

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio que ocorre habitualmente no âmbito das disputas pela guarda do filho ou no curso de separações contenciosas, onde os adultos centram suas atenções em seus próprios interesses e nem sempre tem a sua atenção voltada para o interesse da prole. (BRASIL, 2019e, p. 117).

29 “Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:

(...)

II - exercer a guarda unilateral ou compartilhada nos termos do art. 1.584.” (BRASIL, 2002).

Ao analisar a conduta do pai disse que as provas, principalmente a prova técnica, não corroboram os argumentos da inicial. Afirmou:

O estudo psicossocial realizado com o requerido revelou que o mesmo “desfruta de uma situação familiar estruturada, sendo perceptível sua satisfação e identificação com as funções paternas, bem como o carinho e afeto expresso na sua relação com a filha” (p. 84). Também ficou claro que “os laços afetivos entre pai-filha estão estabelecidos de modo satisfatório, bem como com referência à senhora [nome], atual esposa do requerido”. (BRASIL, 2019e, p. 117–118).

Dessa forma, o juiz focou a análise na relação entre pai e filha, centrando seu olhar no comportamento do genitor enquanto pai, o qual valorou positivamente. Os fatos de o genitor ter uma família estruturada, se satisfazer e se identificar com as funções paternas e ter carinho pela filha foram utilizados pelo juiz como prova de que não havia alienação parental. Quanto ao comportamento do genitor no que diz respeito à genitora, disse apenas que a psicóloga do juízo identificou que ambos não reforçavam o padrão de desqualificação do outro na frente da menina.

Ante todo o exposto, concluiu que a regulamentação das visitas paternas atendeu ao melhor interesse da criança. Entretanto, a decisão foi direcionada ao direito do pai e não da criança.

4.2.5.3 *Filha*

A menina foi ouvida pela psicóloga do juízo, porém os trechos juntados na decisão se referem apenas às conclusões da profissional, não constando palavras diretas da menina. Por isso, não foi possível identificar uma demanda específica da criança. Caso haja, ela não foi considerada para a elaboração da sentença.

O juiz falou diretamente da criança ao apresentar o estudo psicológico citado acima. Sobre o estudo, ressaltou:

Ademais, o estudo psicológico realizado com a menor concluiu que a criança “encontra devidamente assistida em suas necessidades e possui seus direitos fundamentais garantidos em companhia da genitora”. Alertou a técnica do Juízo para os fatos dos genitores não fomentarem o padrão de desqualificarem o outro genitor na frente da criança. (BRASIL, 2019e, p. 118).

A partir disso e com base, também, no estudo psicossocial realizado com o pai, afirmou “que a regulamentação das visitas paternas, bem como o direito da convivência da criança com o pai e sua família, atende ao melhor interesse da infante.” Porém, o juiz fundamentou sua decisão no direito do pai de ter a companhia da filha e não o contrário.

Como trazido anteriormente, o magistrado utilizou o artigo 1.634, inciso II, do Código Civil para afirmar que o direito de convivência do pai com a filha só poderia ser negado se comprovado que sua companhia prejudicou a criança. Com base no estudo psicossocial, concluiu que pai e filha tinham uma boa relação e, por isso, decidiu pela regulamentação das visitas paternas. Dessa forma, embora o juiz tenha dito que sua decisão atendia ao melhor interesse da criança, ele chegou a essa conclusão com base no direito do pai decorrente do poder familiar.

Por fim, cabe ressaltar que o juiz não fez menção ao ECA.

4.2.6 Sentença seis

A Sentença seis envolveu as seguintes pessoas: i) pai; ii) mãe e; iii) filho.

4.2.6.1 *Pai*

O genitor ajuizou ação declaratória de alienação parental com pedido de antecipação de tutela para a regulamentação de visitas e a inversão da guarda. Afirmou que a genitora proibiu suas visitas e que impediu qualquer tipo de contato entre pai e filho.

Em sua decisão, o juiz julgou o pedido da inicial parcialmente procedente, mas declarou que a mãe não praticou alienação. Por outro lado, fixou regime de visitas do genitor e determinou que as partes fizessem tratamento de psicoterapia.

Para fundamentar sua decisão quanto à alienação parental, ele utilizou os laudos da assistência social e da psicóloga. No primeiro, a/o assistente afirmou que a alegação de alienação parental por parte da mãe não procedia. Entretanto, ela deveria conversar com seus familiares para que apenas ela resolvesse, da forma mais pacífica possível, as questões referentes ao filho com o genitor, assegurando seu local de importância na vida da criança. No segundo laudo, elaborado pela psicóloga, o juiz afirmou que ela não concluiu pela alienação por parte da mãe.

No documento, a psicóloga sugeriu a “forma da realização das visitas paternas a cada 15 dias, com pernoite de sexta a domingo, divisão equânime de dia nas férias, feriados e festividades, bem como a realização de psicoterapia por ambas as partes (p. 133/134)” (BRASIL, 2019f, p. 201). A partir disso, o juiz manteve a guarda da criança, como já tinha sido estabelecido, e fixou a visitação nos moldes do que foi sugerido pela psicóloga.

Além disso, o magistrado ressaltou que o genitor viveu por quase um ano em outro estado quando o filho ainda era muito novo, o que contribuiu para o afastamento entre eles. Por isso,

entendeu que é compreensível que a criança tenha resistência a ele, o que, corroborado pelos laudos, demonstrou que não foi possível atribuir à genitora a responsabilidade total pelo distanciamento.

Dessa forma, o juiz observou as demandas do genitor e, a partir dos laudos técnicos, entendeu que a mãe não praticou alienação parental. Em relação à regulamentação das visitas, seguiu a sugestão da psicóloga e as fixou conforme sua sugestão. Por fim, em relação à inversão da guarda, afirmou que a criança tem suas necessidades amparadas pela genitora e, por isso, a manteve da forma como já havia sido estipulada.

4.2.6.2 Mãe

A genitora figurou como ré no processo. Após citada, apresentou contestação e opôs-se às alegações feitas pelo genitor na inicial. Além disso, pediu visita assistida por psicóloga e a realização de estudo psicossocial.

Em sua decisão, o juiz declarou o pedido do pai parcialmente procedente. Afastou a prática de alienação pela genitora, manteve a guarda como já havia sido estabelecida antes e fixou o regime de visitas.

Para fundamentar sua decisão se apoiou nos laudos da assistência social e da psicóloga que concluíram que não havia alienação parental por parte da mãe. Em suas palavras:

O laudo pericial da assistência social foi claro ao excluir a ocorrência de alienação parental: “quanto à alienação por parte da genitora, analisa-se, que não há o que se falar, pois não procede, porém ela deve se atentar às ações de seus familiares (maternos), e solicitar que estes deixem que ela resolva os assuntos referente ao filho, com o genitor da criança, da forma mais pacífica possível, com a finalidade de que o [genitor] possa ter seu lugar de importância assegurado na vida do filho, visando o desenvolvimento saudável deste”. (p. 146).

Igualmente, a psicóloga não concluiu sobre a ocorrência da alegada alienação parental. (BRASIL, 2019f, p. 200)

O juiz afirmou ainda que o genitor viveu por quase um ano longe do filho quando ele era ainda muito pequeno. Por isso e, considerando os laudos, entendeu compreensível que o filho tenha dificuldade de se aproximar. Assim, disse que não era possível atribuir toda a culpa à mãe.

Em relação à guarda, afirmou que é “incontroverso o fato de que o menor encontra-se em amparado em suas necessidades sob a guarda da genitora.” (BRASIL, 2019f, p. 201). Portanto, manteve o regime que já havia sido estabelecido e fixou as visitas a partir do que a psicóloga sugeriu.

Por fim, quanto ao enquadramento dos fatos à norma, o juiz não mencionou a Lei 12.318/2010 e/ou o conceito de SAP.

4.2.6.3 Filho

Não há, na decisão, manifestação da criança. Por isso, não foi possível identificar se ele tinha alguma demanda específica.

Sobre o menino, o juiz afirmou apenas que era compreensível sua resistência ao genitor, uma vez que o pai residiu no Paraná por quase um ano quando ele era ainda muito pequeno. No geral, as referências à criança foram feitas em segundo plano e ocorreram quando o juiz estava se referindo à genitora ou ao genitor.

Ademais, não fez referência ao ECA ou ao melhor interesse da criança.

4.2.7 Sentença sete

A Sentença sete envolveu as seguintes pessoas: i) pai; ii) mãe e; iii) filho.

4.2.7.1 Pai

O genitor ajuizou a ação declaratória de alienação parental cominada com regulamentação do direito de visitas, com pedido de alteração para guarda compartilhada e com pedido de antecipação de tutela contra a genitora. Afirmou que a genitora impediu o contato entre pai e filho e que falou mal do pai com o objetivo de que eles se afastassem, incorrendo em alienação parental. Pediu a declaração da alienação parental e a fixação de guarda compartilhada.

O pedido de tutela foi indeferido. Na sentença, a juíza julgou a ação improcedente, declarando que a mãe não praticou alienação parental. A partir disso, condenou o genitor ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios.

Antes de iniciar a análise dos fatos, a juíza fez algumas considerações em relação ao superior interesse da criança. Afirmou que, nos casos em que os pais não vivem juntos, o filho deveria ficar sob a guarda de quem for melhor para sua criação, educação e desenvolvimento. Em seguida juntou o conceito de SAP para Maria Berenice Dias (2009, apud BRASIL, 2019g, p. 184–185).

Assim, com base no estudo psicossocial, a juíza afirmou que não havia indícios de que a genitora desqualificou o genitor para o filho. Anexou trecho do estudo onde o adolescente afirmou

que tentou se aproximar do pai, mas, quando demonstrou esse interesse, ele se afastou. A juíza disse ainda que o adolescente manifestou o desejo de continuar residindo com a mãe e de manter o regime de visitas conforme acordado anteriormente. Por isso, decidiu que qualquer modificação seria desaconselhável.

Dessa forma, a juíza fundamentou sua decisão de não configuração da alienação parental na ausência de obstáculos interpostos pela mãe na relação entre pai e filho. Fez isso com base no laudo psicossocial, especialmente no depoimento do adolescente.

Por fim, exigiu do genitor, assim como exigiu da mãe, consciência e respeito, independente dos conflitos do divórcio para que haja uma convivência tranquila com o filho.

4.2.7.2 Mãe

A genitora figurou como ré no processo. Em sua contestação, afirmou que nunca impediu o contato entre pai e filho e que depois que o genitor entrou com a ação, ele deixou de buscar o filho, alegando que não tinha disponibilidade para ficar com ele. Disse também, que o processo consistiu na tentativa de redução do valor dos alimentos já que, ao mesmo tempo, o genitor ingressou com ação de revisão dos alimentos.

Após a realização da avaliação psicológica, o genitor se manifestou pela desistência da ação, mas a genitora não concordou.

A juíza concluiu que a mãe não incorreu em alienação e, por isso, julgou a ação improcedente.

Antes de iniciar a análise dos fatos, a juíza afirmou que a preocupação da lei é com o atendimento do superior interesse da criança. Por isso, quando os pais não vivem juntos, o filho deve ficar sob a guarda de quem seja melhor para sua criação. Depois, utilizou como referência de doutrina o conceito de SAP para Maria Berenice Dias, no qual a autora volta seu olhar sobre a manipulação da criança por um dos genitores. Em suas palavras:

“No meio do conflito decorrente da ruptura conjugal, encontra-se o filho, que passa a ser utilizado como instrumento da agressividade sendo utilizado a odiar o outro genitor. Trata-se de verdadeira campanha de desmoralização. A criança é levada a afastar-se de quem ama e de quem também a ama [...] O filho é convencido da existência de determinados fatos e levado a repetir o que lhe é afirmado como tendo realmente acontecido. Nem sempre consegue discernir que está sendo manipulado e acaba acreditando naquilo que lhe foi dito de forma insistente e repetida.” (DIAS, 2019 apud BRASIL, 2019g, p. 184–185).

A partir deste conceito, a juíza afirmou que, embora os genitores aparentassem não ter um bom relacionamento, não havia indícios de que a genitora desqualificava o genitor para o filho. Para

provar sua afirmação, juntou trecho do estudo psicossocial em que o adolescente afirmou que, após ter demonstrado interesse em se aproximar do pai, ele se distanciou.

Em seguida, a juíza afirmou que o adolescente manifestou o desejo de continuar residindo com a mãe e de manter o regime de visitas conforme acordado anteriormente. Por isso, com base na proteção dos interesses do adolescente, afirmou que qualquer modificação do regime de guarda seria desaconselhável.

Por fim, direcionou a seguinte exigência a ambos genitores:

Exige-se, neste momento, consciência das partes de que necessitam de respeito e consideração entre elas, apesar dos desentendimentos decorrentes da separação, para que possa haver convivência tranquila com o filho, em qualquer oportunidade. (BRASIL, 2019g, p. 185).

4.2.7.3 Filho

O adolescente manifestou interesse em continuar morando com a mãe e em manter o regime de visitas do pai da forma como havia sido estabelecido antes. Também, declarou que observou que o pai se distanciou após ter sinalizado que deseja se aproximar.

A juíza julgou a ação improcedente e manteve o regime de visitas e de guarda.

Inicialmente, a juíza destacou a necessidade de observar os interesses e o pleno desenvolvimento da criança:

Cabe considerar que o desenvolvimento físico, mental e espiritual do menor demanda um ambiente sadio e responsável.
A preocupação da lei está em que os superiores interesses da criança sejam inteiramente correspondidos.
Se os pais não vivem juntos, e se o filho tem que ficar sob a guarda de um deles, que seja ele o melhor para a criação, educação e desenvolvimento desse menor. (BRASIL, 2019g, p. 184).

Em seguida, com base no depoimento do adolescente, a juíza afirmou que não foi possível identificar que a mãe colocava obstáculos na relação entre pai e filho. Ao final, desaconselhou qualquer mudança no regime de guarda e visitas em conformidade com o desejo manifestado pelo adolescente. Em suas palavras:

O menor manifestou o desejo de continuar residindo com a genitora e a manutenção das visitas nos moldes anteriormente assumidos.
Desaconselhável se mostra qualquer modificação, à míngua de qualquer demonstração de que os interesses do menor não estejam sendo respeitados. (BRASIL, 2019g, p. 185).

Ante o exposto, a juíza considerou tanto o depoimento quanto a vontade do adolescente para proferir a decisão. Com base no depoimento, ela entendeu que não havia indícios que a mãe desqualificou o genitor para o filho e interpôs obstáculos para a relação entre eles. Além disso, observou a vontade do adolescente quanto ao regime de guarda e sua manutenção e decidiu em conformidade com seu desejo. Ressalto que a juíza não fez menção ao ECA, entretanto, utilizou o conceito de superior interesse da criança.

4.3 ANDROCENTRISMO E ADULTOCENTRISMO PELO TJ/SP

Gênero e idade são marcadores que estão presentes em todas as pessoas envolvidas no processo, mas as relações de poder em relação ao gênero se sobressaíram quando comparei as decisões que julgaram o comportamento da mãe com as que julgaram o comportamento do pai. Assim, optei por começar a análise pela Sentença um.

Para analisar a Sentença um, utilizei como referência especialmente as críticas à SAP e à LAP que apresentei no primeiro capítulo. Elas me permitiram enxergar as contradições do discurso do juiz principalmente sobre gênero. Na Sentença um estavam envolvidas quatro pessoas: a mãe, o pai e os filhos, um deles criança e o outro adolescente.

Nesse caso, o juiz analisou o comportamento das pessoas envolvidas no processo com base nos estereótipos de gênero e idade da LAP e da SAP, no conceito de Maria Berenice Dias (2007 apud BRASIL, 2019c, p. 264–265). Assim, concluiu que a mãe, movida por um desejo de vingança, manipulou os filhos contra o pai. Ele defendeu que sua conclusão era uma verdade óbvia e incontestável e legitimou seu posicionamento através do direito.

Com base nos estereótipos, o magistrado criou imagens da mãe, do pai e dos filhos, o que reforçou sua conclusão. Enquanto construiu a figura da mãe como culpada pelos problemas que identificou, enxergou o pai como incapaz de fazer mal aos filhos e os filhos como pessoas que foram manipuladas e que estavam sofrendo.

Além disso, o juiz concluiu que a mãe não superou o fim do relacionamento e, portanto, buscou influenciar os filhos contra o ex-marido. Assim, ele enxergou a genitora como mãe e, principalmente, como ex-esposa, e contrapôs seus interesses e seus comportamentos aos do genitor. Também, comparou e valorou as condutas de ambos no processo e juntou na decisão trecho do laudo que falava sobre o pai.

De acordo com o laudo, o pai afirmou que queria estreitar os laços com os filhos e que seria incapaz de fazer mal a eles. O magistrado utilizou essa informação para construir sua visão do pai.

Por outro lado, o laudo também apontou que a pouca convivência com o genitor favoreceu o distanciamento afetivo entre pai e filhos, mas o juiz não considerou essa informação na decisão, porque atribuiu à mãe a culpa exclusiva e óbvia. Reforçando seu posicionamento sobre o pai, ele desacreditou as acusações da genitora contra o genitor e as entendeu como exageradas. Assim, firmou o pai como vítima da mãe.

Também, ele associou o sofrimento dos filhos à conduta direta da mãe e entendeu que eles estavam sendo manipulados por ela. De acordo com o laudo, os filhos estavam sofrendo, ao mesmo tempo, o pai seria incapaz de machucá-los. Assim, atribuiu culpa à mãe. Com base nessa conclusão, o juiz adotou apenas medidas de punição da genitora. Além disso, utilizou o interesse da criança para justificar a manutenção da guarda com a mãe, mas não estabeleceu qualquer medida que pudesse aproximar pai e filho. Também, condenou a mãe ao pagamento de multa no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) para o genitor.

Essa foi a única entre as sete sentenças que o juiz estipulou o pagamento de multa para a/o genitora/or que entendeu ter praticado alienação. Nas sentenças dois e três as juízas entenderam que os pais praticaram alienação parental, mas não fizeram reprovações pessoais ao pai de forma tão intensa quanto na decisão um. Além disso, elas reforçaram o poder do pai sobre a criança e os adolescentes. O reforço do poder do genitor alienador ou da sua importância na vida da criança ocorreu apenas a favor do pai. Na sentença quatro a juíza reforçou o poder da genitora sobre a filha, mas declarou a prática de alienação pela avó paterna e suspendeu seu direito de visitas. Portanto, não a favoreceu.

Na Sentença dois, a juíza entendeu que a prática de alienação pelo pai foi indubitosa. Por isso, declarou a alienação por parte do genitor, estabeleceu que ele fizesse acompanhamento psicológico, suspendeu as visitas e possibilitou seu restabelecimento em seis meses com condições. Ela chegou a uma conclusão e a colocou como verdade, mas não nos mesmos termos da Sentença um.

Na Sentença um, o juiz concluiu que as condutas da mãe se configuraram como alienação parental com base no laudo, mas também independente dele. Na decisão, o juiz afirmou que não precisava ser especialista para identificar que a mãe alienava os filhos. Essa conclusão era óbvia. Diferente dele, a juíza na Sentença dois declarou a alienação parental pelo pai com base em um áudio gravado pelo adolescente, no qual o genitor atacou a imagem da mãe para o filho. Na Sentença um o juiz reprovou não apenas os atos de alienação, mas a mãe em si, como mãe e como

ex-esposa. Na Sentença dois a juíza reprovou os atos de alienação pelo pai. Verifiquei o mesmo na Sentença três.

Então, na Sentença três, a juíza disse que o pai não se conformou com o fim do relacionamento e causou prejuízo emocional aos filhos. Ela associou os estereótipos da SAP, em relação a quem aliena, ao pai, mas não o estereotipou na decisão. Ela não enxergou e não construiu todas as pessoas da sentença para reforçar sua conclusão. Assim, a juíza reprovou a conduta do pai sobre a alienação, mas não o reprovou pessoalmente. Também, não buscou puni-lo, pelo contrário, em sua decisão fixou suas visitas mesmo contra a vontade da filha e do filho.

Na Sentença quatro a magistrada declarou a alienação parental pela avó paterna com base nos laudos e enquadrando suas condutas nos incisos I e VI da Lei 12.318/2010, mas não associou a avó aos estereótipos da SAP. Ela reprovou os atos de alienação da avó e suspendeu seu direito de visitas com base nos interesses da criança e, principalmente, no poder da mãe sobre a criança e contra a avó.

Nas sentenças cinco, seis e sete, os juízes e a juíza não declararam a alienação.

Verifiquei que nem todas as decisões associaram o comportamento de quem supostamente alienou a criança ou o adolescente aos estereótipos da SAP. A associação foi feita pelo juiz na Sentença um e pela juíza na Sentença três, mas apenas na um o juiz reforçou esses estereótipos. Na Sentença um, os estereótipos da LAP só adquiriram a intensidade que tiveram na aplicação porque o juiz naturalizou as violências e associou seus próprios estereótipos. E ele fez isso contra a mãe.

O comportamento da mãe também foi analisado pelo juiz na Sentença seis e pela juíza na Sentença sete, que concluíram que seus atos não se configuraram como alienação. Na Sentença seis e na Sentença sete, o juiz e a juíza entenderam que a mãe não foi responsável pelo afastamento dos filhos em relação ao pai. Portanto, os estereótipos não foram aplicados pelas/os magistrados/as à mãe em todas as decisões, mas, dentre as sentenças analisadas, eles só foram aplicados contra ela.

Ainda sobre as relações de gênero, identifiquei que na decisão dois o juiz entendeu que o pai não praticou alienação parental com base, especialmente, no estudo psicossocial, que identificou que pai e filha tinham uma boa relação. Além disso, de acordo com o laudo, o genitor tinha uma família estruturada e se identificava com as funções paternas. Na decisão, ele se referiu à mãe e aos seus interesses em segundo plano, mas, apenas com base na sentença, não consegui analisar a importância que deu às ações do genitor contra a mãe.

Em relação à manutenção e à intensificação do poder dos pais sobre as/os filhas/os e da mãe sobre a filha, verifiquei que nas sentenças um, dois e sete as/os juízas/es reforçaram o poder do pai

sobre as crianças e os adolescentes. Na Sentença quatro, em que o genitor não participou do processo, a juíza reforçou o poder da mãe sobre a filha e contra a avó paterna.

Na Sentença dois a juíza decidiu suspender o direito de visitas do pai com base no *caput* artigo 100 do ECA³⁰. Disse que a vontade do adolescente de não querer contato com o pai deveria ser respeitada. Porém, também com base no artigo 100 do ECA, ela afirmou que a convivência com o pai era indispensável para o desenvolvimento completo e saudável do ser humano. Por isso, possibilitou seu restabelecimento em seis meses com as condições de que o pai fizesse acompanhamento psicológico e que fosse constatada uma atmosfera saudável para o restabelecimento da relação entre pai e filho. Nesse sentido, orientou a relação entre pai e filho para uma futura aproximação.

Na Sentença cinco o juiz entendeu que os atos do pai não eram alienação parental e, por isso, julgou a ação da mãe improcedente. Em sua decisão, ele afirmou que a regulamentação das visitas paternas atendia ao melhor interesse da menina, porém utilizou o direito do pai à companhia da filha para construir sua fundamentação. Com base no artigo 1.634, inciso II do Código Civil, o juiz afirmou que era um direito do pai, no exercício do poder familiar, ter a companhia da filha. Esse direito só poderia ser negado se constatado que ele prejudicou a menina, o que não verificou. Dessa forma, embora tenha afirmado que regulamentação das visitas atendia ao melhor interesse da criança, o juiz voltou sua fundamentação para o direito do genitor.

Na Sentença três, a juíza declarou a alienação e fixou as visitas sob a supervisão da mãe ou de quem ela indicasse. Ela fundamentou sua decisão no princípio do melhor interesse da criança porque, segundo ela, a menina e o adolescente disseram que não queriam contato com o pai. Porém, ela não justificou a fixação das visitas em si, utilizou a manifestação da filha e do filho para fundamentar a restrição das visitas, mas não deixou de fixá-las. Com isso, manteve o contato entre pai e filhos ainda que eles tenham se manifestado contrários à aproximação.

Já na Sentença quatro, a juíza também manteve as relações de poder, mas, diferentemente das anteriores, manteve o poder da mãe sobre a filha e contra a avó paterna. Ela concluiu que a avó paterna praticou alienação parental e, por isso, decidiu suprimir seu direito de visitas. Em sua fundamentação, afirmou que o direito da avó ao contato com a neta decorria do direito da menina de ter contato com ela, e não o contrário. Como verificou que a companhia da avó a prejudicava e que, além disso, não havia consenso com a mãe, decidiu pela suspensão das visitas da avó. Então, a juíza reforçou o poder da mãe sobre a filha e o lugar da avó na relação que deve ser suplementar a mãe.

30 “Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.” (BRASIL, 1990b).

No caso da Sentença seis, o juiz entendeu que os atos da mãe não eram alienação parental, mas fixou as visitas do pai em conformidade com o que foi sugerido pelo setor técnico. O menino não se pronunciou no processo, portanto, não consegui identificar suas demandas.

Na Sentença sete, a juíza utilizou o depoimento do adolescente e os laudos para afirmar que os atos da mãe não se caracterizaram como alienação. Além disso, ela decidiu não modificar o regime de guarda e de visitas que havia sido estabelecido antes, respeitando a vontade do adolescente.

Na Sentença um, o juiz declarou a alienação por parte da mãe e afirmou que não cabia a inversão da guarda, porque os filhos se mostraram resistentes em conviver com o pai. Embora o juiz tenha enxergado e construído a imagem dos filhos como pessoas que estavam em sofrimento e que a mãe era a responsável, sua fundamentação foi voltada para os danos que a genitora causou no pai e para sua punição. Consequentemente, incorreu em uma contradição: desqualificou a mãe pessoalmente e, ainda assim, manteve a guarda dos filhos com ela.

Verifiquei que nas sentenças dois, três e cinco, as juízas e os juízes naturalizaram a autoridade dos pais sobre as filhas e os filhos e, na Sentença quatro, a da mãe e contra a avó paterna. Houve uma naturalização da autoridade das/os adultas/os de meia idade, a mãe e, principalmente os pais, sobre as crianças e adolescentes. A naturalização da autoridade da mãe ocorreu na sentença em que o pai não estava envolvido e contra a avó paterna. Essas naturalizações configuram o adultocentrismo. As/os juízas/es impuseram o direito para a resolução de um tensão entre as classes de idade que acentuou as condições de dominação, e o argumento de proteção foi a imposição do mundo adulto.

Essas relações de dominação se aproximam da família patriarcal onde a mãe também tem poder, mas, está subordinada ao homem. Na Sentença um a violência do patriarcado moderno pelo androcentrismo foi mais evidente. O juiz estabeleceu a sua conclusão como verdade e beneficiou o homem enquanto subordinou a mulher. Nas sentenças dois, três e cinco não consegui identificar se as mulheres foram subordinadas, mas ainda assim as juízas e o juiz beneficiaram os pais.

O TJ/SP é composto de todas essas juízas e esses juízes e de todas essas sentenças. Portanto, o Tribunal legitimou também as relações que entendi como androcênicas e adultocênicas. Nelas, androcentrismo e adultocentrismo apareceram vinculados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 12.318/2010, assim como a Síndrome de Alienação Parental, é um *backlash*, ou seja, um movimento de reposta às conquistas de direitos das mulheres e das crianças. Ela é uma ferramenta do patriarcado moderno para sua própria manutenção. Ao mesmo tempo em que é produzida com base em uma estrutura patriarcal e reproduz suas violências, ela é uma nova ferramenta de produção do próprio patriarcado, porque dispõe de novos mecanismos de manutenção das violências.

Ela reproduz os estereótipos da teoria de Gardner e, portanto, também associa a responsabilidade pela alienação à genitora, enquanto estabelece o pai como uma pessoa bondosa que quer se aproximar das/os filhas/os e as/os filhas/os e destes como pessoas que estão em sofrimento. Se o genitor deseja manter contato, mas não mantém, a conclusão é de que a mãe é responsável pelo distanciamento entre pai e filhas/os. Se as crianças e adolescentes estão sofrendo e o pai é incapaz de fazer mal a elas/es, a conclusão é que a mãe é a responsável por seu sofrimento.

Esse raciocínio foi utilizado pelo juiz na Sentença um e pela juíza na Sentença três, mas apenas na Sentença um o juiz aplicou, de fato, os estereótipos. Dessa forma, nas sentenças analisadas, o TJ/SP associou apenas à mãe os estereótipos da LAP e da SAP. Nas sentenças um, dois, três e cinco, os pais, mesmo quando considerados alienadores, tiveram seus interesses e seus direitos sobrepostos aos das crianças e adolescentes. Por outro lado, o poder da mãe sobre a filha foi reforçado apenas na Sentença quatro contra a avó paterna. O pai não estava envolvido no processo.

Nas sentenças dois e três as juízas construíram sua argumentação voltada para os direitos das crianças e adolescentes, mas nas duas, decidiram o que, de acordo com elas, era melhor para a menina e os adolescentes. Ambas consideraram suas manifestações expressas de que não queriam contato com o pai para restringir os direitos dos pais, mas ainda assim mantiveram seu poder sobre a filha e os filhos. As decisões das duas foram legitimadas pelo direito.

Todas as sentenças foram proferidas pelo TJ/SP, por pessoas designadas e legitimadas pelo poder público. Portanto, o TJ/SP naturalizou o poder da mãe sobre a filha e contra a avó e dos pais sobre as/os filhas/os e contra a mãe, configurando o adultocentrismo. Ao mesmo tempo, o TJ/SP centrou seu olhar nos interesses, nas demandas e nos direitos dos pais e estabeleceu o pai como a norma, configurando o androcentrismo. Assim, androcentrismo e adultocentrismo apareceram vinculados.

As/os juízas/es construíram suas sentenças com base na LAP, no ECA, na SAP, nas compreensões de família e, principalmente, nas suas próprias percepções das relações de conflito pós divórcio e dos papéis de cada pessoa na família e fora dela. Esses conceitos e visões influenciaram diretamente nas sentenças e contribuíram na manutenção da centralidade no homem e na imposição do mundo adulto.

Ante todo exposto, identifiquei a existência de androcentrismo e adultocentrismo na aplicação da Lei de Alienação Parental pelo TJ/SP. Por fim, ressalto que percebo a necessidade de estabelecer uma maior articulação do referencial teórico com o tema, mas, pretendo desenvolvê-la em trabalhos futuros. Nessa monografia, expus algumas reflexões que possibilitam e instigam novos estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, S. O primado do direito e as exclusões abissais. Reconstruir velhos conceitos, desafiar o cânone. **Sociologias**, v. 18, n. 43, p. 88–115, 20 nov. 2016.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, ago. 2013.

BAREA, C. Backlash: resistencia a la igualdad. **Aequalitas: Revista jurídica de igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres**, n. 25, p. 60–70, 2009.

BELTRÃO, J. F.; OLIVEIRA, A. DA C. Desafios e tensões da proteção plural de indígenas/crianças. **Tellus**, p. 151–172, 2011.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

BRASIL. 8.069. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. . 13 jul. 1990.

BRASIL. 10.406. Institui o Código Civil. . 10 jan. 2002.

BRASIL. 12.318. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. . 26 ago. 2010.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2018. . 2018, p. 115.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Procedimento Comum Cível - Alienação Parental. Relator: Juiz Senivaldo dos Reis Junior. Mirassol, 20 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br>> Acesso em: 12 set. 2020

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Procedimento Comum Cível - Alienação Parental. Relatora: Juíza Maria Raquel Campos Pinto Tilkian Neves. Mogi Mirim, 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br>> Acesso em: 12 set. 2020

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Procedimento Comum Cível - Alienação Parental. Relatora: Juíza Paula Maria Castro Ribeiro Bressan. Barra Bonita, 03 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br>> Acesso em: 12 set. 2020

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Procedimento Comum Cível - Alienação Parental. Relatora: Juíza Léa Maria Barreiros Duarte. São Paulo, 18 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br>> Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Procedimento Comum Cível - Alienação Parental. Relator: Juíz Mateus Moreira Siketo. Guararapes, 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br>> Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Procedimento Comum Cível - Alienação Parental. Relator: Juiz José Augusto Nardy Marzagao. Atibaia, 27 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br>> Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Procedimento Comum Cível - Alienação Parental. Relatora: Juíza Eduarda Maria Romeiro Corrêa. São Bernardo do Campo, 10 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br>> Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 6273. 29 nov. 2019 h.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.273. . 12 jun. 2020.

BRASIL, C. DOS D. Projeto de Lei nº 4.053, de 2008. Dispõe sobre a alienação parental. . 2008.

BRASIL, C. DOS D. Projeto de Lei nº 6371/2019. . 2019 i.

BRITO, L. M. T. DE. Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 1, p. 32–45, mar. 2007.

Como **agir.** Disponível em:
<<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/nucleos-menu/3131#familia>>.
Acesso em: 27 ago. 2020.

CONCEIÇÃO, C. D. V. S. DA; PINTO, B. L. S.; SILVA, S. M. DA. FEMINISMO JURÍDICO COMO INSTRUMENTO DE RUPTURA COM O DIREITO PATRIARCAL. **Interfaces Científicas - Direito**, v. 7, n. 3, p. 93–104–93–104, 27 ago. 2019.

DIVERSIDADE!, F. **10 Anos da Lei da Alienação Parental: Avanços ou retrocessos?** Youtube, , 23 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wFYSoTLgXbk>>. Acesso em: 28 ago. 2020

FACIO, A.; FRIES, L. Feminismo, género y patriarcado. **Academia. Revista sobre enseñanza del Derecho de Buenos Aires**, v. 3, n. 6, p. 259–294, 2005.

FONSECA, L. G. D. DA. **Despatriarcalizar e decolonizar o estado brasileiro : um olhar pelas políticas públicas para mulheres indígenas**. Doctorate—[s.l.] Universidade de Brasília, 30 mar. 2016.

GARDNER, R. A. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?** Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 1 set. 2020.

GOMES, D. F. L.; CARVALHO, R. K. M. DE. Poderá o direito ser decolonial? / Could the law be decolonial? **Revista Direito e Práxis**, v. 0, n. 0, 26 mar. 2020.

JARAMILLO, I. C. Família. In: MOTTA, C.; MACARENA (Eds.). . **La mirada de los jueces**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, American University Washington College of Law, Center for Reproductive Rights, 2008. v. 2p. 267–271.

JARAMILLO SIERRA, I. C.; ALVIAR, H. “Family” as a legal concept. **Revista CS**, p. 91–109, 14 abr. 2015.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73–102, dez. 2008.

LUGONES, M. Toward a Decolonial Feminism. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, dez. 2014.

LUTA, C. M. NA. **NEM TODAS! Nem todas as mulheres em espaços de poder lutam por igualdade de gênero, políticas públicas e direitos humanos**. Instagram: @coletivomaesnaluta, 19 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B6PPxgwFpK-/>>

MATERNA, C. DE P. À I. **SAS x (Falsa)SAP - As dificuldades de provas do abuso sexual nos processos de Alienação Parental**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2sVAIoYPBnk>>. Acesso em: 17 set. 2020

MENDES, J. A. DE A. **Reflexões sistêmicas sobre o olhar dos atores jurídicos que atuam nos casos de disputa de guarda envolvendo alienação parental**. Dissertação—Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

MIGNOLO, W. D. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 01, 2017.

MONTEZUMA, M. A.; PEREIRA, R. DA C.; MELO, E. M. DE. Abordagens da alienação parental: proteção e/ou violência? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1205–1224, dez. 2017.

NANDY, A. Reconstructing Childhood: A Critique of the Ideology of Adulthood: **Alternatives**, 1 jul. 1984.

OLIVEIRA, A. DA C. **Os 30 anos do ECA: mais do que celebrar, discutir criticamente nossos rumos**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/13/os-30-anos-do-eca-mais-do-que-celebrar-discutir-criticamente-nossos-um>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

OLIVEIRA, A. L. P. DE. **“Se você ficar com nossos filhos, eu te mato!” Violência doméstica e familiar contra a mulher e as disputas de guarda de filhos/as em trâmite nas Varas de Família de Ceilândia/DF**. Dissertação—Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

OLIVEIRA, M. H. C. P. DE. **A alienação parental como forma de abuso à criança e ao adolescente**. Dissertação—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

PAREDES, J. **Una sociedad en estado e con estado despatriarcalizador**. Cochabamba: [s.n.].

QUAPPER, C. D. Sociedades adultocéntricas: sobre sus orígenes y reproducción. **Ultima década**, v. 20, n. 36, p. 99–125, jul. 2012.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/racionalidad. **Peru Indíg.**, v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117–142.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. DE S. (Ed.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010. p. 73–117.

rescnj_46.pdf. Disponível em:
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/rescnj_46.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Guarda. Superior Interesse da Criança. Síndrome da Alienação Parental; nº 70014814479; Desembargadora Maria Berenice Dias. . 7 jun. 2006.

SANTOS, B. DE S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71–76, nov. 2007.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, n. 18, 1 dez. 2012.

SILVA, S. M. DA. FEMINISMO JURÍDICO: UM CAMPO DE REFLEXÃO E AÇÃO EM PROL DO EMPODERAMENTO JURÍDICO DAS MULHERES. **Gênero & Direito**, v. 8, n. 3, 30 ago. 2019.

SOTTOMAYOR, M. C. Uma análise crítica da síndrome de alienação parental e os riscos da sua utilização nos tribunais de família. **Julgar**, v. 13, p. 73–107, 2011.

SOUSA, A. M.; BOLOGNINI, A. L. Pedidos de avaliação de alienação parental no contexto das disputas de guarda de filhos. In: THERENSE, M. et al. (Eds.). **Psicologia Jurídica e Direito de Família: para além da perícia psicológica**. 1ª ed. Manaus: UEA Edições, 2017. p. 311.

SOUSA, A. M. DE; BRITO, L. M. T. DE. Síndrome de alienação parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, mbd. v. 31, n. 2, p. 268–283, 2011.

TJSP. **Banco de sentenças**. Disponível em: <<http://esaj.tjsp.jus.br/cjpg/>>.

VARGAS, A. C.; BADILLA, I. C. BACKLASH Y ABUSO SEXUAL INFANTIL: LA EMERGENCIA DE NUEVAS AMENAZAS A LA PROTECCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS DE LAS PERSONAS MENORES DE EDAD. **Revista Latinoamericana de Derechos Humanos**, v. 22, n. 1, p. 105–126, 30 jun. 2011.